



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 105

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 19 de abril de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Os trabalhos iniciaram-se com a [sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentada pelo Deputado Independente;

Colocaram questões os Senhores Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), José Pacheco (*CH*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Tiago Branco (*PS*), João Vasco Costa (*PS*), Mário Tomé (*PS*) e o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Seguiu-se o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – “Construir 2030 – Dinamização do investimento sustentável e integrado”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Após a apresentação da iniciativa pelo Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) participaram no debate os Senhores Deputados Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Indep.*), Andreia Cardoso (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Pacheco (*CH*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por maioria.

Proferiram declarações de voto os Senhores Deputados Carlos Furtado, António Lima (*BE*), a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), Os Senhores Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM;

A apresentação da iniciativa coube à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), usando posteriormente da palavra os/as Senhor/as Deputado/as Paulo Silveira (*PSD*), Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Isabel Teixeira (*PS*), Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada por maioria, em votação final global

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Secretários Regionais.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Senhor Secretário. Faz favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Ricardo Beato Gomes Vieira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 53 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 2 da nossa Agenda: sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentada pelo Deputado Independente.

Esta sessão de perguntas versa sobre o tema: o processo de privatização da Azores Airline, nomeadamente sobre o direito de participação no processo por parte da região, enquanto acionista holding da SATA.

O Senhor Deputado Independente indicou três objetos para esta sessão de perguntas, sendo o primeiro “caderno de encargos, que limites e que encargos,

e sobre o qual o Deputado Independente, o Grupo Parlamentar do PS e do PSD, podem fazer, cada, três perguntas.

O segundo objeto, “mobilidade externa. Que futuro? E que garantias”. O Senhor Deputado Independente, o Grupo Parlamentar do PS e do PSD podem fazer 3 perguntas cada.

E o terceiro objeto, “compromissos de empregabilidade e estrutura de gestão”, que também podem fazer (o Senhor Deputado independente do Grupo Parlamentar do PS e o PSD) três perguntas.

Os outros três grupos parlamentares, ou seja, do Bloco de Esquerda, do PPM e o CDS, podem fazer, por cada objeto, duas perguntas e as Representações Parlamentares uma pergunta por cada objeto.

Como sabem, cada Senhora e Senhor Deputados têm três minutos para fazer a pergunta, o Governo 5 minutos para responder. Só o proponente tem direito a réplica e nesse caso, para responder, o Governo tem três minutos também.

Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Furtado para iniciar esta sessão de perguntas. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No dia 21 de março, o então ainda CEO da SATA, Luís Rodrigues, numa entrevista concedida à RDP-Açores e comentando o atual estado de gestão da SATA, mas também o futuro da SATA enquanto operadora aérea na região, fez os seguintes comentários:

“Estado atual da companhia é atraente para os investidores.

Custo por assente voado, que é uma métrica utilizada na aviação, é uma referência, é comparável aos melhores da indústria.

A companhia aérea poderá continuar a operar para lá de 2025, desde que atinja um nível de sustentabilidade que lhe permita manter-se como está debaixo do atual acionista.”

Quanto às possíveis penalizações pela não venda da companhia, Luis Rodrigues responde da seguinte forma:

“Penalizações? Não é um tema que apareça no radar.”

Senhoras e Senhores Deputados:

A questão é:

Perante essas declarações de alguém que conhece em profundidade a realidade da gestão da SATA à data, pergunto eu:

Porquê um caderno de encargos tão facilitista relativamente à venda da Azores Airlines?

Porquê um caderno de encargos que não garante, para lá de 30 meses, absolutamente nada a região e até aos 30 meses, apenas um conjunto de intenções muito vagas?

E interessa saber isso, porque entendo que o acionista principal (o acionista, aliás, não é o principal) o acionista do Governo Regional, participou com certeza nesse processo de caderno de encargos e aprovou o caderno de encargos.

E a pergunta que deixo aqui ao Governo é:

Se entende o Governo que esse caderno de encargos da forma ligeira como procura acautelar os interesses da região, se é o adequado, se o Governo entende que com essa ligeireza do caderno de encargos estão garantidos e assegurados os interesses da região, Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças. Faça o favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este processo relativo ao grupo SATA talvez seja dos mais discutidos e analisados nesta casa e globalmente nos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores.

Como se sabe em 202, o Grupo SATA tinha capitais próprios positivos de 30.000.000 de euros e em 2020, tinha capitais próprios negativos de 360.000.000 de euros.

Neste período de 8 anos, houve uma erosão de quase 400.000.000 de euros no grupo SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): Há exceções, Senhor Secretário!

O Orador: É evidente que o ano de 2020 não ajudou, antes pelo contrário, no caso da SATA, mas também de todas as companhias aéreas no mundo.

E foi por isso que ainda em 2020 se iniciou o processo para tentar recuperar o grupo SATA.

E essa tentativa inicia-se com uma apresentação do Estado português perante a Comissão Europeia, da situação.

Houve um conjunto de interações ao longo do ano de 2020 e também ao longo do ano de 2021 relativas a esta matéria e no ano de 22 há uma decisão sobre o conteúdo, o entendimento de Bruxelas para esta reestruturação do Grupo SATA.

É evidente que este conteúdo é exigente para a região.

Não há uma autorização de reestruturação por parte de Bruxelas sem ter duas ou três características essenciais: uma primeira é que é uma vez na vida (tem sido assim com outras companhias), uma segunda, desde logo, é que tem que haver um contributo significativo da empresa reestruturada.

Faz parte, aliás, da regulamentação comunitária, como aqui também já tive oportunidade de explicitar esse contributo significativo da empresa reestruturada, segundo as regras, e aquilo tem sido a prática, é à volta dos 50% do volume global da questão da reestruturação.

No caso do Grupo SATA, conseguiu-se que esse contributo significativo fosse inferior.

Mas ainda assim, para que sendo inferior, atendendo a sermos uma região ultraperiférica e especialmente a SATA AirAçores, ainda assim, esse contributo para ser significativo, minimamente e cumprido minimamente, os regulamentos comunitários, passou pelo compromisso de alienação de mais de 51% da Azores Airlines e também do handling.

Isso são matérias que foram já aqui explicitadas, nesta Casa.

Houve um diálogo muito próximo, com todas as entidades, e todos os deputados, e foi dado nota, primeiramente aos deputados desta Casa, através dos seus grupos parlamentares e representações, daquilo que estava a ser negociado do entendimento final de Bruxelas e também quando se iniciou o processo de alienação.

No documento orçamental para 2023, como saberão, aprovado nesta Casa, no artigo 20.º, foram criadas as condições para se iniciar o processo de alienação.

No artigo 20.º, n.º 1, diz que:

“Fica o Governo Regional autorizado a alienar as participações sociais que a Região Autónoma dos Açores tem entidades participadas, à exceção dos setores considerados estratégicos para a Região Autónoma dos Açores, e de primeira necessidade para as populações”.

No ponto diz:

“Excetua-se do disposto, na segunda parte do número anterior, a Sata Internacional Azores Airlines SA, da qual se permite a alienação da maioria da participação social indireta da Região Autónoma dos Açores detém.”

Este normativo que foi aprovado no Decreto Orçamental também previa a constituição de uma comissão especial de acompanhamento deste processo, e a elaboração de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção.

Este Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção já está finalizado, vai ser publicado muito em breve, e a Comissão Especial de Acompanhamento já deu parecer sobre este Plano.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Secretário.

O Orador: Deu parecer também sobre o júri e agora teremos o restante processo daqui para frente em relação à privatização da Azores Airlines.

Agora, o que é importante que as açorianas e os açorianos retenham é durante o ano de 22 cumprimos o processo de reestruturação do Grupo SATA, conforme tinha sido acordado com Bruxelas, e no ano de 23 estamos a dar início em função daquilo que também foi aprovado no orçamento regional, à privatização da Azores Airlines, com um ritmo, muito forte, com o cumprimento estrito de todas as obrigações legais e de transparência, mas com uma convicção muito grande também de que, se assim não fosse, poderíamos pôr em risco não só a Azores Airlines, mas o grupo SATA na sua globalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem de terminar. Obrigado.

Senhor Deputado Carlos Furtado, para a réplica. Faz favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Senhor Presidente:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional, eu sei que nos documentos provisionais para 2023 estava mencionada a venda da Azores Airlines, ou a possibilidade da venda da Azores Airlines.

Só que como o senhor sabe, e bem, os documentos provisionais são aprovados por maioria e era suposto um caderno de encargos, com uma importância que tem estrutural para a região a venda da Azores Airlines, que no mínimo esse caderno de encargos, fosse partilhado, atempadamente, com os deputados que constituem a maioria desta casa, porque os 57 deputados que representam o povo aqui nesta Casa não foram tidos nem achados nesse caderno de encargos.

E Senhor Secretário Regional, qualquer pessoa percebe que as condições impostas por esse parco caderno de encargos são lesivas os interesses da região.

Portanto, se são lesivas aos interesses da Região, contrariam o espírito daquilo que, na opinião dos Deputados que aprovaram o orçamento e Plano da Região para 2023, este caderno de encargos não se enquadra nos princípios que subjazem, à aprovação do Orçamento e Plano da Região.

Portanto, Senhor Secretário Regional, bem pode o senhor alegar que estava no Orçamento Regional, a venda da Azores Airlines. Estava!

Ninguém nos disse foi que o que estava previsto, ou que ia ser desenhado, ou o que estava em fase de desenho desse caderno de encargos, era este caderno de encargos. Desculpa a má expressão: esta pouca-vergonha deste caderno de encargos, que não garante nada aos açorianos, Secretário Regional.

E isso eu não posso admitir Secretário Regional, como não posso admitir também que esse caderno de encargos, em lado nenhum diga para quem é que fica os mais de 400.000.000 de euros, de encargos que a companhia tem.

Será para negociar, com os candidatos a compradores? Será para negociar?

No limite, o negócio é pagarmos todos e alguém leva a companhia de graça.

E é preciso que o senhor nos diga aqui, Senhor Secretário Regional, a nós, qual é o limite que este Governo Regional aceita de dívida desses mais de 400.000.000 de euros?

Senhor Secretário Regional, isto é muito importante para os Açores, porque, no limite, nós vamos ficar sem companhia aérea que nos ligue daqui para fora, mas com mais de 400.000.000 de euros de encargos, Senhor Secretário Regional.

E essa pergunta deixo-lhe: qual é o limite que este Governo entende como o teto máximo da associação de compromissos das mais de 400.000.000?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Carlos Furtado há algo que precisamos perceber na organização deste processo de alienação.

Nós o que estamos a fazer, e nunca é demais repetir, é salvar a SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Essa é que é a realidade!

O Orador: E, portanto, aquilo que nos traz aqui hoje, pela enésima vez, é sempre o mesmo, salvar a SATA.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é a realidade!

O Orador: A SATA estava falida e poderia fechar, o grupo todo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que nós estamos a fazer é salvar a SATA.

Dizem-me:

“- Ah, mas os senhores vão perder os anéis para salvar os dedos.”

Sim senhor, qualquer açoriano ou açorina percebe...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qualquer um!

O Orador: ... que, face ao desastre a que a SATA foi conduzida, as coisas não podem continuar no mesmo.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, não vamos apontar o dedo a quem está salvando a SATA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Apontemos o dedo a quem a desgraçou.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhoras e Senhores Deputados, segundo a legislação enquadradora, nacional e regional, foram cumpridos todos os trâmites.

A *holding* que foi construída no processo de reestruturação, em 2022, tem a obrigação, por diretriz do Governo, no seguimento da aprovação do Plano Orçamento, de liderar o processo de privatização.

Apresentou um caderno de encargos aos sindicatos.

No caso dos trabalhadores, apresentou um caderno de encargos que garantia apenas 18 meses aos trabalhadores.

No seguimento da auscultação com os trabalhadores, passou essa exigência para 30 meses e passou também os compromissos de estabilidade laboral do caderno de encargos de valerem 10 pontos percentuais, para 15 pontos percentuais.

Ao que me parece, globalmente no grupo SATA nos seus trabalhadores, isto foi entendido.

Deputado António Lima (PS): Não foi não!

Deputada Vera Pires (BE): Não é verdade!

O Orador: Foi entendido, há uma certa a paz social no Grupo SATA, há entendimento global na sociedade açoriana desta necessidade e desta obrigação deste Governo salvar os desmandos da SATA, que o Governo anterior provocou e, portanto, estamos agora a concretizar paulatinamente todo este processo, com todo o rigor, com toda a transparência, com todo o diálogo, quer seja nesta Casa, quer seja com as instâncias comunitárias, quer seja com as forças laborais, do Grupo SATA.

E o consenso que se gerou na sociedade açoriana e também dentro do Grupo SATA é que tem permitido esta paz social.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e esta incapacidade para se desenvolver com o ritmo que está a ser desenvolvido este processo.

Mas atenção e termino como comecei:

Estes que aqui estão, estão salvando a SATA.

Aqueles que ali estão desgraçaram a SATA!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qualquer um!

O Orador: E, portanto, se querem apontar o dedo e pedir culpas peçam ali ao Partido Socialista, não a quem está tentando resolver o problema, que não é de 400 milhões, porque isso já ficou resolvido.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: As imparidades, que possam existir no fim da negociação serão substancialmente menores do que isso.

Agora, a região já teve que meter lá muito dinheiro, é verdade, mas também é muito importante que as açorianas e os açorianos saibam...

Presidente: Senhor Secretário Regional, tem que terminar.

O Orador: ... e a partir do dia 1/01/2023, não foi, nem vai mais um cêntimo para a SATA...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Fica dinheiro para os açorianos para outras opções, depois de termos salvo aquilo que outros desgraçaram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado. Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Permita-me, Senhor Presidente, neste dia tão importante em que assinalamos os 50 anos do Partido Socialista, que saúdo os socialistas, militantes e simpatizantes num dia tão importante e que assinala muitas conquistas e defesa da democracia, das liberdades, dos direitos, portanto, permita-me que assinale aqui também este momento relevante.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Sobre a SATA, de facto, é um assunto muito debatido neste Parlamento, e não só, a SATA é uma conquista dos açorianos. É uma conquista dos açorianos que tem permitido, ao longo dos anos, reforçar o papel do turismo na Região, tem um sido um fator muito relevante no desenvolvimento da economia regional, e nós dizíamos isso no passado e reiteramos hoje.

Portanto, também reconhecemos que a Sata Internacional é uma grande empresa para os Açores, mas é um operador pequeno no mundo da aviação civil e isso também causa constrangimentos na sua operação e causou dificuldades ao longo dos anos.

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: Gostava de continuar, Senhor Presidente.

E isso é reconhecido por todos e também hoje isso acontece.

Portanto, nós, em primeiro lugar, não podemos aceitar aqui o *sound byte* do Secretário Regional das Finanças, de que está a salvar a SATA,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Fale da vossa responsabilidade!

O Orador: ... que não tem responsabilidades nenhuma sobre aquilo que está a acontecer e que todas as culpas são do Partido Socialista.

Não nos parece que seja uma abordagem correta e responsável de quem tem o papel de governar a região.

Portanto, isso tem que ser assinalado, porque, Senhor Secretário Regional salvar a SATA: então vamos ao vosso histórico também nos últimos dois anos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Em 2021 qual foi o resultado que a Sata Internacional apresentou? 50.000.000 de euros de prejuízo; em 2022 até setembro, foram 44. São cerca de 95.000.000 de euros de prejuízo em 2 anos, da vossa exclusiva responsabilidade. Se isso é salvar a Sata, então eu peço desculpa, mas não consigo compreender.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas não é sobre isso que queremos discutir e abordar porque o que nos interessa, sobretudo, é falar do futuro e falar da manutenção dos mais de 600 postos de trabalho que podem estar em causa.

Falar da importância que a SATA tem para a manutenção das rotas para o continente e para a diáspora, falar da sobrevivência da SATA, que até isso pode estar em causa e para surpresa nossa, foi já assumido aqui pelo Secretário Regional das Finanças que a sobrevivência da SATA Internacional pode estar em causa com este caderno de encargos.

As palavras, são suas. O senhor disse que tem que salvar a Sata Air Açores e, portanto, aceita que pode perder a Sata Internacional e, portanto, isso é um motivo de grande preocupação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 51% são o quê?!

O Orador: Isso é um motivo de grande preocupação, porque o caderno de encargos que foi apresentado,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Francisco César não diria melhor!

O Orador: ... que foi apresentado por este Governo é da sua exclusiva responsabilidade, que já foi aqui realçada pelo Deputado Carlos Furtado. Não foi nem discutido, nem analisado pelos partidos que estão aqui representados. Portanto, não existiu diálogo nesta matéria. Não existiu nenhum diálogo. E, portanto, não é legítimo vir imputar responsabilidades a este Parlamento quando a única responsabilidade do caderno de encargos é do Governo Regional que em campanha eleitoral, dizia que queriam a SATA pública, mas agora até permite alienar até 85% do capital.

Portanto, a primeira questão é: este é um caderno de encargos que não serve os açorianos, que não defende o interesse regional, que não assegura a manutenção dos postos de trabalho...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... que não assegura as rotas para o continente e para a diáspora (termino já, Senhor Presidente) e portanto, este é um caderno de encargos que não serve os Açores e os açorianos e essa responsabilidade é vossa e a questão que nos impõe colocar é porque é que o Governo Regional agora pretende vender até 85% do capital social, quando há meses atrás dizia que a Comissão Europeia impôs apenas 51, quando não é verdade, foi o Governo que propôs, mas agora vai muito mais longe do que aquilo que negociou com a Comissão Europeia.

Portanto, impõe-se esclarecimentos a este respeito.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O caderno de encargos que está divulgado, publicado, foi alvo, de certo, da aprovação por Resolução do Conselho do Governo.

É um caderno de encargos que tentou ao máximo proteger os interesses dos Açores dos açorianos, não prejudicando o interesse de alienação da maioria do capital.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tentou mal!

O Orador: Porque poderíamos ter feito como foi feito em 2018 e 2019, que fizeram um caderno de encargos, fizeram processo de alienação em que não apareceu ninguém.

E, portanto, se era isto que se pretendia, ou foi incompetência de quem promoveu isso,...

Deputado Nuno Barata (IL): É porque não queria vender.

O Orador: ... ou então não queria mesmo vender e fez de propósito não vender.

Portanto, nesse aspeto, temos que nos entender claramente.

Em relação a este processo, o XIII Governo está muito convicto não só do caminho como de um caderno de encargos que, protegendo ao máximo os interesses da região e dos trabalhadores, não deixa, não deixa de,...

Deputada Vera Pires (BE): Ser amigo do mercado!

O Orador: ... sendo amigo do mercado, promover a apetência de haver candidatos.

Porque se fosse para não haver candidatos, nós sabíamos bem como é que fazíamos: era repetir o processo de 2018 ou 2019.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em 2018 e 2019 ainda era possível, nos anos seguintes, a região injetar dinheiro na companhia.

Mas agora já não é, Senhoras e Senhores Deputados...

Deputado Carlos Silva (PS): Já não é?

O Orador: Açorianas e açorianos, a partir do dia 1/01/2023, em função dos compromissos que a região, através do Estado membro, assumiu com Bruxelas, para salvar a SATA, nós não podemos injetar mais dinheiro na

SATA, nem podemos deixar de fazer o processo de alienação da Azores Airlines.

E, portanto, isto que está a acontecer...

Deputado António Lima (BE): O *handling* já se foi!

O Orador: ... é do conhecimento de todos. As razões são do conhecimento de todos.

Eu peço desculpa, Senhor Deputado Carlos Silva, por o senhor parecer que há um *sound byte*, mas é verdade. O Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, desgraçou a SATA, faliu a SATA, manipulou a SATA, interferiu na SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ia destruindo a menina dos olhos dos açorianos que é a SATA Air Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Senhoras e Senhores Deputados, quem está a curar o paciente (quem está a curar o paciente) não pode ser acusado de ter provocado a doença.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem provocou a doença foram aqueles senhores, quem está a curar o paciente, somos nós.

Deputada Vera Pires (BE): Quem está curando são os açorianos!

O Orador: Tem dor... Não é possível juntar tudo, salvar tudo. É verdade, é verdade, é verdade.

Se não tivesse sido os desmandos do passado, se calhar não tínhamos que vender a Azores Airlines.

Mas face ao que aconteceu, não há outra solução. Que outra solução é que se podia fazer? Ah, não vendemos! Fica tudo como estava e olha quando falir, faliu.

Era isso que os senhores queriam para depois dizer que nós já tínhamos falido a SATA?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não, nós vamos com responsabilidade, com transparência e competência, salvar aquilo que é possível salvar, com um caderno de encargos que já é conhecido, que foi negociado com os trabalhadores, com uma comissão especializada que acompanha e que é a mesma Comissão que seguiu à anterior ao processo de alienação, tudo de maior rigor e transparência, pela primeira vez, com um plano de prevenção dos riscos de corrupção e cumprindo todos os requisitos da lei. É verdade que a lei já é muito antiga.

A Lei é de 88, o Decreto de Lei também é muito antigo, e há algumas coisas que têm de ser adaptadas. Na altura não havia sequer a possibilidade de divulgar de forma digital os cadernos de encargos. Isso é evidente.

Mas é o enquadramento legal que nós temos e está a ser utilizado da maneira mais correta, com a maior transparência possível. Agora, até o dia 20 de junho, os interessados nesta privatização, mostram o seu interesse, assinam os compromissos para poderem aceder ao Data Room, onde tem a informação privilegiada toda sobre o grupo SATA e apresentam a sua proposta. isto até às 12 horas do dia 20 de junho.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Secretário Regional

O Orador: Às 13 horas do dia 20 de junho o júri constituído pelo Professor Doutor Augusto Mateus por uma pessoa indicada pela Ordem dos Contabilistas Certificados, aliás dos Oficiais de Contas e por uma pessoa, cooptada por eles os dois, abrirá as propostas e aí, naturalmente, analisaremos em todo o pormenor, aquilo que será a melhor solução para o interesse da região no âmbito desta privatização.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem agora a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ouvimos mais uma vez o Secretário das Finanças a repetir aquele que tem sido o mantra da sua atuação sobre a SATA.

Diz em toda e qualquer intervenção que está a salvar a SATA, mas escondendo aos açorianos que para salvar, ou alegadamente salvar a SATA, está a desbaratar uma grande parte da SATA e a pôr em risco aquilo que diz querer salvar, que é a SATA Air Açores.

Chega mesmo ao ponto de dizer que os próprios trabalhadores concordaram em ser precários durante 30 meses; que isso que lhes ofereceu, é apenas uma segurança no emprego durante 30 meses.

A verdade é que todos os trabalhadores da SATA Internacional são, neste momento, trabalhadores a prazo, que podem ver o seu posto de trabalho desaparecer durante 30 meses, no prazo de 30 meses e até a própria companhia aérea desaparecer após três anos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas qual é a solução?

O Orador: É isso que o Governo entende como salvar a SATA.

E também já agora sobre esta matéria e sobre questões de trabalho, seria interessante que o Secretário Regional das Finanças explicasse o porquê de

estarem a ser feitos contratos de cedência entre trabalhadores da SATA Internacional...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como é que foi em Venezuela?

O Orador: ...com a SATA Air Açores, quantos são, o porquê e os contornos desses contratos, porque Senhor Secretário, nós falamos com os trabalhadores, com as comissões de trabalhadores e aquilo que nos disseram não foi concordância com este caderno de encargos, muito menos com esses prazos.

A preocupação é evidente. Não sei com quem é que o Governo falou na negociação ou na apresentação deste caderno de encargos, mas não foi com os trabalhadores de certeza.

Mas não é apenas relativamente aos postos de trabalho que este caderno de encargos é desastroso. É também naquilo que diz respeito à defesa dos Açores, porque esta é uma matéria que não diz apenas respeito às questões laborais, às questões financeiras da empresa, diz respeito à região, ao nosso futuro e à nossa autonomia, até.

Este caderno de encargos não garante as ligações dos Açores a lado nenhum. Fala vagamente em ligações com o Continente, não diz nada sobre frequências, sobre o número, quais são as rotas em concreto. Não garante absolutamente nada no que diz respeito às rotas para Faial, Pico e Santa Maria, porque apenas diz que SATA Internacional terá que apresentar uma proposta, qualquer que ela seja, mesmo que seja uma proposta que não cumpre o caderno de encargos do concurso que vai ser lançado. Não garante nada para estas ilhas, ou seja, é um caderno de encargos desastroso.

E abandona os nossos emigrantes da diáspora, porque esses emigrantes dependem quase todos eles da SATA para chegar aos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é mentira!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais populismo que isso é impossível, Senhor Deputado!

O Orador: O que é que o Governo fez? Não quer saber dos nossos emigrantes.

É muito bonito tecer loas e entregar medalhas aos nossos emigrantes, mas quando é para efetivamente estabelecer e garantir a sua ligação com os Açores o Governo não quer saber.

Como já referi, aquilo que pode ter interesse alguma companhia aérea, esse caderno de encargos....

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... amigo do mercado, é efetivamente um caderno de encargos para entregar a alguém, a alguma empresa, ou alguma entidade, aquilo que tem valor na Sata Internacional para essa empresa,...

(Diálogo entre os Deputados Nuno Barata e José Pacheco)

O Orador: Senhor Presidente, eu não consigo continuar enquanto o Senhor Deputado Nuno Barata e o Senhor Deputado José Pacheco, continuarem aqui, em amena cavaqueira. Peço desculpa, mas isso.

Deputado José Pacheco (CH): Estamos a falar das asneiras que o senhor está a dizer!

Presidente: Senhores Deputados...

Deputada Ana Luís (PS): Isso é um desrespeito!

O Orador: Está a falar das asneiras? Então levante-se e diga.

Deputada Ana Luís (PS): Isso é um desrespeito pelos colegas que estão a intervir!

Presidente: Os partes são regimentais, mas não podem interferir com a intervenção que está a ser feita.

O Orador: Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas isso ultrapassa todos os limites.

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco,...

Deputado José Pacheco (CH): Senhor Presidente, estávamos aqui numa conversa...

Presidente: Não estavam numa conversa! Eu estava a ouvir a vossa conversa e não estava a conseguir ouvir o Senhor Deputado António Lima e não pode ser assim.

Senhor Deputado António Lima, para colocar a questão, faça favor.

O Orador: Peço a devida tolerância no tempo, Senhor Presidente, para concluir o raciocínio e para colocar as questões finais que gostaria de colocar ao Governo.

Estava a dizer que há, de facto, interesse nalgumas coisas que a Sata Internacional possa ter, nomeadamente naquilo que são as autorizações de descolagem e aterragem em aeroportos congestionados como são de Lisboa ou na América do Norte.

Isso pode interessar a alguém, mas isso é pouco para os açorianos. Os açorianos precisam da SATA Internacional para muito mais do que isso.

E aquilo que pergunto ao Senhor Secretário é, em primeiro lugar, qual é o custo em termos sociais do desaparecimento da Sata Internacional?

Qual é o custo económico para a região do desaparecimento da Sata Internacional?

E qual é o custo de ficarmos totalmente dependentes de um mercado que o senhor tanto admira para as nossas ligações para o exterior?

Sim, porque sem SATA, sem TAP, nós ficaremos (os Açores ficarão!) nas mãos do mercado e essa responsabilidade é do Governo, é da coligação que apoia o Governo e é dos partidos que apoiam, ou apoiavam – já nem sei!... – o Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado António Lima, é exatamente isso. O senhor colocou a questão exatamente como ela é. Qual seria o custo do desaparecimento da Azores Airlines para os Açores, para os trabalhadores e para a economia dos Açores? Qual seria esse custo?

Qual seria esse custo? Se não fizéssemos este processo esse custo chegava amanhã ou já tinha chegado até.

Deputado Nuno Barata (*IL*): E continua a chegar!

O Orador: Portanto, neste caso, o que estamos a fazer, é cumprindo as obrigações que temos perante a Comissão Europeia para salvar, desde logo, a SATA Air Açores, é alienar mais de 51% da Azores Airlines.

E esta alienação da Azores Airlines está a decorrer num momento em que as OSP deligação ao continente português estão, ou já deviam até estar, mas estarão em breve abertas para concurso.

A SATA, a Azores Airlines, vai concorrer a estas OSP.

Deputado António Lima (*BE*): Concorrer?

O Orador: Vai concorrer, sim, sim. Vai concorrer agora, enquanto ainda é 100% da região. Vai concorrer.

Ninguém garante que possa ficar, é verdade, mas hoje ninguém pode garantir isso como no futuro.

Sendo mais de 51% de capital privado, ninguém pode garantir que concorrendo fica ou não. Dão concursos públicos, são Obrigações de Serviço Público. O que é que podemos fazer?

E, portanto, o que existe neste momento é a SATA Azores Airlines, como companhia, até ainda durante este processo de privatização, portanto, ainda pública, tem a convicção de que vai haver a abertura dos concursos para as OSP e vai concorrer. E ficará por três ou cinco anos.

No próximo concurso das OSP, sendo mais de 51% privado nessa altura, a obrigação que tem é concorrer, mas tanto nessa altura como agora, ninguém pode garantir que ganha, porque é um concurso. É um concurso!

Agora, outra coisa é, e eu percebo, compreendo e aceito a sua posição ideológica.

O senhor discorda da privatização da TAP, o senhor discorda da privatização da Azores Airlines.

Deputado António Lima (BE): Não é só isso!

O Orador: Bom, já sabemos o que é que custou ou os desmandos no Grupo SATA, mas também sabemos quanto é que custou o vosso posicionamento ideológico aos portugueses na TAP: 3,2 mil milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, se é admissível e eu compreendo e aceito, o seu posicionamento ideológico de não querer companhias privadas, isso é natural, é aceitável. Cada um tem a sua visão.

Agora não pode recusar depois, a responsabilidade de também ser por sua culpa, do seu partido, os 3,2 mil milhões de euros que foram agora metidos pelos portugueses na TAP.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso mesmo! Muito por culpa do Bloco!

Deputado António Lima (BE): Queria fechar a TAP? Era? Era a alternativa!

O Orador: Ah!... Então agora o senhor queria fechar a Azores Airlines! Era alternativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É tão, é tão elementar.

Eu compreendo o seu posicionamento ideológico, aceito, mas o senhor também tem que aceitar aquilo que nós estamos a dizer, as responsabilidades para esse passivo, a necessidade, como o senhor diz, que se não metesse o dinheiro na SATA, se não vendesse a TAP

Pois, é claro. É exatamente como a Azores Airlines.

Deputado António Lima (BE): Foi, foi! Eu disse isso!

O Orador: E depois, outra coisa: é também pela sua mão e do seu partido, que continuaram as ingerências desde a nacionalização da TAP, que agora tem sido evidentes.

Deputado António Lima (BE): Mas o Bloco de Esquerda está no Governo desde quando?

O Orador: Têm sido evidentes na Comissão de Inquérito. Essas ingerências sucessivas que houve na TAP,...

Deputado António Lima (BE): O que é que o Bloco de Esquerda tem a ver com isso?

O Orador: ... tal como também houve na SATA. Tal como também houve nessa SATA! E podemos lá ir ao longo deste debate. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Não sei se ainda não tem interferência, Senhor Secretário!

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional. Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que esse tipo de discussão, é de uma forte irresponsabilidade, a meio de um processo de privatização de um dos maiores ativos tóxicos que a região tem, dos maiores problemas que a região tem.

E explico porquê? Porque conversando com alguém que poderia ter feito alguns, contactos no sentido de haver interesse, na SATA Internacional... É disso que estamos falando, Senhor Deputado...

Deputado Tiago Branco (PS): Ah! Agora ninguém pode falar!

O Orador: Foco, foco. Mantenha o foco! O senhor distrai-se muito!

A pessoa disse-me assim: mas isto é para mudar amanhã ou é para ficar sempre igual? É porque vocês não se entendem?

É precisamente isso que estamos a demonstrar aqui hoje.

E mais!... 415 milhões de euros que os açorianos pagaram de prejuízo de uma companhia aérea que faz tanta falta aos açorianos como isso que aqui está.

(Neste momento o Senhor Deputado mostra uma foto à câmara)

Isto são aviões vazios!... Aviões vazios!... Não acreditam nesta tenho aqui mais uma.

(Neste momento o Senhor Deputado mostra nova foto à câmara)

O senhor percebe um bocadinho de avião. Quanto é que custou cada lugar desse vazio, Senhor Deputado?

É isto que a canhota gosta de dizer.

Como diz meu amigo Hildeberto, por detrás do balcão do seu restaurante: quando não dá certo fecha-se!

Quatrocentos e quinze milhões (uma continha simples) pagava 75 anos do complemento de pensões aos nossos idosos: 75 anos!

Quarenta milhões de euros, punha a escola de abo de Peixe, com os vidrinhos direitos e as portas arrançadas, o liceu e uma série de outras escolas.

É dinheiro a mais desperdiçado, porque alguém acha que nós temos que ter rotas para aqui, rotas para ali. Eu, aliás, inclusive ouvi da boca do Senhor Presidente da SATA, da altura (do Senhor Presidente, que agora é da TAP), que nós das rotas para trazer os turistas.

Isto cabe na cabeça de alguém? Açorianos, vocês andaram a pagar os caprichos burgueses de alguns.

Isto tem que ser dito. Tem que acabar! Vamos privatizar. Muito bem!

Não conseguimos privatizar, fechamos a SATA Internacional. Ponto final, porque dizemos e dizemos muito bem, o que não dá certo fecha a porta.

É assim que deve ser. É a posição do Chega desde o primeiro dia.

Senhor Secretário, e a pergunta é:

Se isto não funcionar e se nós não cumprirmos com isto , o que é que acontece à SATA no geral?

Todas as SATAS, a nossa SATA Interilhas, a Sata Internacional, o handling, e mais uma data de coisinhas que alguns dos senhores, porque vocês também têm alguma responsabilidade no passado, fizeram transformar aquilo num elefante enorme.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Respondendo à pergunta do Senhor Deputado José Pacheco, penso que é evidente para todos que, não podendo a região meter mais dinheiro no grupo SATA, a partir do dia 1/01/2023, duas coisas se passariam: ou o Grupo SATA encontrava uma solução financeira para se viabilizar ou fechava. Tão simples quanto isto .

E o que nós estamos a fazer, e eu já o referi, é evidente, é a perder a nós para salvar os dedos.

E, portanto, é isto que as açorianas e açorianos penso que já compreenderam há muito.

É isso que nós estamos a fazer. É esta a missão que nós temos. É esta a missão que vamos continuar a cumprir naturalmente com o apoio das açorianas e açorianos e também desta casa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A SATA foi seguramente na última legislatura e tem sido nessa um dos temas mais discutidos e, portanto, um dos temas para os quais os deputados têm tido informação sucessiva deste Governo, do anterior Governo e das sucessivas administrações, nas comissões de inquérito.

Tudo isso tem sido informação que tem enriquecido aquilo que é o acompanhamento por esta Assembleia da evolução da SATA.

E é bom que se saiba e que se tenha presente o seguinte: não falamos da SATA, mas há duas SATA: há a SATA Air Açores, com 75 ou quase 80 anos, e há SATA Internacional, que foi uma experiência que se iniciou no final da década de 90, que teve sucesso durante algum período, mas a verdade é que a partir de 2007 e, sobretudo, a partir da liberalização do transporte aéreo das ligações continente, acumulou prejuízos insuportáveis para qualquer

sociedade e sobretudo para a dimensão da nossa economia, para aquilo que é o Orçamento Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a questão essencial aqui, e só para que se tenha uma ideia, falamos nos 3 mil milhões da TAP e se olharmos para os 400 milhões de euros que custará SATA ao orçamento da Região, na proporção da população, nacional e açoriana, significava que a nível nacional *per capita* a TAP teria custado 12 mil milhões de euros.

Portanto, os 400 milhões de euros na Região tem um peso muito superior...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... em termos relativos àquilo que custou a TAP a nível nacional e é preciso ter consciência disso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São custos de oportunidade, são investimentos que deixaram de ser feitos para que se mantivesse uma empresa que, na maioria das suas rotas, trabalha em mercado concorrencial.

Mas a questão essencial é esta: o que é que herdou este Governo do dossier SATA?

Em 20 de agosto, ou 21 de agosto de 2020, a Comissão Europeia levantou um processo de averiguações à SATA por ajudas ilegais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Foi isto que despoletou todo o processo de reestruturação da SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que aconteceu? Foi arquivado!

O Orador: Ou seja, ou este Governo, ou o Governo do Partido Socialista se se tivesse mantido no Governo, teria, necessariamente, que negociar com a Comissão Europeia um processo de reestruturação da SATA, quanto não, aquilo que é o procedimento normal na Comissão Europeia é retirar-lhe a

licença de voo à companhia e nesse caso estavam duas companhias porque as ajudas ilegais tinham sido à SATA Air Açores.

Portanto, esta é a herança.

Deputado João Vasco Costa (PS): Como é que o senhor pode afirmar isso?

O Orador: ... da SATA Air Açores.

O Grupo Parlamentar do PSD, em 2017, num debate de urgência, neste plenário, o Senhor Doutor Duarte Freitas, então Presidente do PSD, na altura, fez uma intervenção e fez uma carta ao então Presidente do Governo dos Açores, alertando para isso, para as ajudas ilegais que necessitavam de autorização de Bruxelas, para a necessidade de capitalizar a SATA, para a necessidade de separar as empresas.

Portanto, não foi novidade e o PSD tem um passado de coerência nessa matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aquilo que neste momento, é o processo de reestruturação, é uma situação possível naquilo que foi o descalabro durante 10 anos de prejuízos da SATA que penalizaram os açorianos.

Agora é demagogia colocar em dúvida aquilo que é uma decisão que, tirando esta alternativa...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... e se o Governo não tivesse chegado a acordo com a Comissão Europeia a alternativa era o encerramento, não de uma, mas das duas SATA.

Deputado António Lima (BE): E a pergunta?

O Orador: E a pergunta que faço ao Senhor Secretário é: perante a situação e a negociação com o processo de reestruturação da SATA pelo Governo, que

alternativa teria o Governo que não iniciar o processo de privatização da SATA Internacional?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigada, Senhor Deputado António Vasco, pela sua intervenção e pela sua pergunta.

E na verdade, aquilo que todos sabemos é que se não cumpríssemos este caminho que estamos a cumprir o risco da Azores Airlines fechar não era de 30 meses,...

Deputado Carlos Silva (PS): Então o senhor sabe que ao fim de 3 anos vai fechar!

O Orador: ... nem de 3 anos, nem de 30 anos. Era no dia em que já não pudesse voar por não ter capacidade financeira para tal.

Deputado Carlos Silva (PS): Então o Governo já assume que ao fim de 3 anos vai fechar!

O Orador: E, portanto, é tão simples quanto isto, Senhor Deputado.

Se não fosse este processo a Azores Airlines poderia estar já hoje (já hoje!) altamente condicionada e à beira de fechar as portas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Membros do Governo:

É público que muito antes desta legislatura, o PAN já era favorável à privatização da Azores Airlines, unicamente, e não da SATA Air Açores, porque não somos uma região rica e não temos que estar a pagar, porque não temos economicamente a viabilidade de estar a suportar uma transportadora aérea para fora dos Açores.

Já para dentro dos Açores e dentro das nossas rotas inter ilhas, é mais do que uma obrigatoriedade, é uma necessidade e isto nós fazemos aqui a separação. Contudo, sempre dissemos que somos favoráveis à privatização da SATA Internacional, não somos já favoráveis ao caderno de encargos, que é amigo do mercado, mas não é amigo dos açorianos, obviamente, porque eu acho que, tendo em conta que nós podemos ter um compromisso dentro de caderno de encargos, eu acho que esta balança está muito mais virada para o mercado do que está virado para os açorianos.

Isto porquê? Porque depois da privatização tudo vai ser perfeito durante 30 meses. Depois desses 30 meses vai ser o hecatombe e o hecatombe por uma simples razão, vai completamente desvirtuar até a própria palavra SATA que pode passar “ASALTA”, neste caso, “*A Serviço Açoriano*”, que agora em Lisboa, transportadora aérea, ou então, SAPTA (não é?) *Serviço Açoriano* que

agora está no Porto, *Transportadora Aérea*, e este é que é o problema e é isso que vai acontecer.

Vão querer, depois dos 30 meses, da obrigatoriedade dos 30 meses, quem comprar a SATA Internacional de certeza absoluta que vai ou para Lisboa, ou para o Porto, não vai ficar em Ponta Delgada . Esse é o problema para os trabalhadores.

Também vamos ter um problema por causa das rotas, a obrigatoriedade das rotas neste caso para Ponta Delgada/Lisboa, Ponta Delgada/Porto, Lajes/Lisboa e vice-versa, e a vamos ter um problema também relativamente às OSP, mas o Senhor Secretário já respondeu e respondeu muito bem, isto é um concurso e depois quem vai ao concurso e quem ganha é quem vai ficar, obviamente, com essas Obrigações de Serviço Público, mas temos aqui um problema, talvez de 400 a 500 trabalhadores, que depois, quando a sede mudar para Lisboa, ou mudar para o Porto, pergunto (e esta é a minha pergunta) ao Governo, se o Governo vai lavar as mãos, ou está a pensar em fazer algo a esses trabalhadores que provavelmente a maior parte delas e deles açorianos, que vão ser obrigados a ir para Lisboa, a ir ao Porto e mudar totalmente a sua vida quotidiana e as suas famílias.

O Governo pensou nisso? O Governo tem um plano de contingência relativamente a isso?

Porque 30 meses depois... antes desses 30 meses, nada poderá acontecer, não pode haver um despedimento coletivo. Depois dos 30 meses, tudo pode acontecer.

O Governo vai ter uma voz ativa e vai apoiar esses trabalhadores? Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Senhor Secretário Regional faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, o Governo está convicto, até por aquilo que tem acontecido noutros processos, e com a expectativa de que o adquirente da Azores Airlines faça até um reforço de meios e de pessoal.

É o que tem acontecido em muitas privatizações, ou na maioria das privatizações, que têm existido de companhias aéreas.

Portanto, temos uma boa expectativa nesse aspeto. Em relação à mudança eventual da sede para outro local, é preciso lembrar também uma questão, que é uma questão que hoje em dia se discute muito na indústria, que é esta:

Os *hubs* estão cada vez mais condicionados e há companhias que começam a procurar outros *hubs* que não estejam nas mãos, como grande maioria em Portugal está nas mãos de uma determinada empresa,...

Deputada Vera Pires (BE): Isso é que ser democrático!

O Orador: ... e isto também pode ser uma mais-valia para o futuro da companhia nos Açores.

E, portanto, eu não sei se a tendência de qualquer adquirente não será vincar ainda mais a sede nos Açores, vincar ainda mais a operação com base nos Açores e até, como é normal e como tem acontecido na indústria, nas privatizações, adquirir mais equipamentos e mais pessoal.

De qualquer maneira, como o Senhor Deputado já sabe também, na base de Lisboa da SATA já estão muitas dezenas ou centenas de trabalhadores.

Aliás, posso dar os números mais precisos, mas estão muitas dezenas de trabalhadores.

Comprometo-me até ao final deste debate a dar o número de pessoas que estão na base de Lisboa, porque nós não vamos confundir os trabalhadores da Azores Airlines, tudo com pessoas que estão nos Açores.

Também há pessoas que estão no continente e se a base continuar nos Açores e até se for incrementada a sua operação a partir dos Açores, se calhar, até mais pessoas que estão na base de Lisboa vão ter que vir para os Açores, mas

isso faz parte daquilo que será o futuro definido pelo adquirente e em função do perfil do adquirente, também pode haver aqui opções diferentes.

Deputado António Lima (BE): Pode!

O Orador: É evidente, em função do perfil do adquirente, pode haver opções diferentes. Se o adquirente quiser vincar o seu espaço e a sua operação num aeroporto que não (vamos dizê-lo, que não VINCI), podemos ter mais vantagens até em ter aqui o reforço da operação na nos Açores,...

Deputada Vera Pires (BE): Isso é que é ser “amigo do mercado”.

O Orador: ... mas isto , naturalmente, o mercado é que vai depois decidir isto , por muito que a palavra mercado arrepie Bloco de Esquerda.

Deputada Vera Pires (BE): Não arrepia!

O Orador: Mas ele existe, ele existe e Senhores Deputados, eu acho que a civilização ocidental tem duas coisas fantásticas: é a democracia e a concorrência, o mercado. E isso acho que nós nunca podemos ficar arrepiados pelo mercado, arrepiados pela democracia.

Deputado António Lima (BE): Quando as coisas correrem mal quero ver o mercado sem rotas!

O Orador: A concorrência, a democracia e a liberdade são ativos fundamentais desta civilização ocidental.

Percebo que arrepia algumas pessoas falar em mercado, mas ele existe também.

Algumas pessoas se arrepiam a falar de democracia, mas ela existe!

Deputado António Lima (BE): O que é que democracia tem a ver com mercado?

O Orador: E eu digo: felizmente, democracia e mercado existem.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional. Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Não resisto, Senhor Secretário Regional, não há nada mais democrático do que o mercado. isto é garantido.

Aliás, a liberalização do espaço aéreo para os Açores demonstrou isso mesmo, democratizou o acesso ao transporte aéreo de passageiros entre a Região Autónoma dos Açores e o continente português. Ponto Final.

Se há caderno de encargos amigo dos açorianos é um caderno de encargos que seja amigo do mercado. E eu explico.

Porque o Senhor Secretário já respondeu a isto “n” vezes, os governos anteriores do Partido Socialista responderam a isso “n” vezes, responderam ao PSD, em 2019 (apanhei por acaso. em casa, esse debate): uma necessidade imperiosa de alienar a companhia aérea que nós já percebemos que ninguém quer, por isso é que no passado fizeram cadernos de encargos que ficavam desertos.

Não queriam vender, fingiam que queriam vender. Diziam às pessoas que era para alienar, diziam aos açorianos, aquilo que continuam a dizer aos açorianos, que vai ser o descalabro, se se vender a companhia, vai ser o descalabro, “aqui d'el rei” a diáspora.

Oh que diabo!... Os Estados Unidos da América, que é onde está 90% da nossa diáspora, tem centenas (centenas!) de voos diários para a Europa. Centenas de voos diários, regulares, para a Europa.

Deputado António Lima (BE): E para os Açores temos que pagar para virem outras companhias!

O Orador: E para os Açores, como diz o senhor Deputado António Lima, nós temos que continuar a acumular prejuízos para eles vir, ou seja, temos que continuar a pagar para eles virem.

Deputado António Lima (BE): Já pagamos!

O Orador: Temos que continuar a pagar! Já vai em 415 milhões de euros. Atenção, Senhor Deputado António Vasco Viveiros: 415 milhões de euros de passivo financeiros. Depois há as dívidas a fornecedores.

Deputado António Lima (BE): Quanto é que custa a United?

O Orador: Convém acumular isso tudo.

E, aliás, há muita gente que está entusiasmada em não se vender agora, em não se alienar agora. Atenção, que esse caderno de encargos é perigoso, a Azores Airlines, porque o EBITDA, de 31 de dezembro, foi animador.

Mas vão olhar para o EBITDA de 30/03/20203 e que já não é tão animador como o de 31 de dezembro. E depois do incidente do Funchal, de há três semanas, vão olhar para o EBITDA do primeiro semestre deste ano, e já vão ver que as continhas, afinal, não são bem assim, porque correu tudo muito direitinho, em 2022, teve um grande fluxo de procura, correu tudo bem na operação, não foi preciso recorrer a muitos ACMIS, não foi preciso pagar muitas indemnizações, e, portanto, o EBITDA foi animador, mas mesmo assim, porque nós tínhamos que ter 50 anos com aquele EBITDA para pagar o passivo acumulado da companhia.

Deputada Vera Pires (BE): Nós pagamos às companhias para voarem!

O Orador: E nem isso é possível (e nem isso é possível!) pelas razões que o Senhor Secretário já aqui explicou, que são as imposições que temos de Bruxelas.

As imposições que temos de Bruxelas de não poderem injetar dinheiro na companhia a partir...

Presidente: Agradeço que termino, Senhor Deputado.

O Orador: ... de 31 de dezembro do ano passado.

Mas há uma pergunta que é imperiosa fazer, Senhor Secretário:

Porque é que este caderno de encargos ainda não foi mais amigo do mercado?

E porque é que este caderno de encargos não prevê a venda de 100% da companhia aérea?

Isto é que era importante perceber.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Permita-me, Senhor Deputado Nuno Barata, que despenda 10 segundos da resposta que tenho para lhe dar, com uma informação que há bocadinho, não tudo complementar, mas que neste momento posso:

Dos 728 trabalhadores da S4, da Azores Airlines 313 estão em Lisboa (313 estão em Lisboa): 43%.

E, portanto, é bom que nós também fiquemos...

Deputado António Lima (*BE*): Então os outros 400 não podem ir!

O Orador: isto para dizer que até esses trabalhadores em função daquilo que seja a estratégia do adquirente, podem ter que vir para os Açores.

(*Risos do Deputado António Lima*)

Nesse caso, o seu o Bloco de Esquerda apresentará aqui uma proposta, ou na República, para luta contra essa deslocalização de trabalhadores.

Deputado António Lima (*BE*): O senhor está muito preocupado com o Bloco de Esquerda, de facto! Está muito preocupado!

O Orador: Senhor Deputado Nuno Almeida Sousa, Senhor Deputado Nuno Barata:

Os 85% como limite, foi uma reflexão que fizemos e sobre a qual naturalmente poderá haver opiniões diversas.

A opção dos 85%, posso explicar, que tem a ver com termos uma margem de 15% para poder garantir uma presença no Conselho de Administração, e também para se não quisermos acompanhar aumentos de capital, ainda temos margem, e até se houver caso para vender aos trabalhadores. Foram essas as razões.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Para mim a venda da Sata Internacional é uma questão difícil.

Eu gostaria muito que não fosse necessário que não nos tivesse sido imposta.

A verdade é que a gestão calamitosa que o Partido Socialista realizou ao longo dos seus governos colocou a Sata Internacional numa situação tremendamente difícil.

E por isso, no âmbito do processo que nos foi movido por as ajudas ilegais e tendo em conta o conjunto de decisões que a União Europeia tomou, fomos colocados (e o Estado em que a empresa se encontra) perante esta situação.

Da minha parte, da parte do PPM, nunca foi a situação desejável. Se fosse possível, gostaria que não o tivéssemos que fazer, mas percebo as circunstâncias desesperadas em que a gestão do Partido Socialista, nos colocou.

Aliás, se há uma coisa que não conjuga, é o Partido Socialista e companhias aéreas.

Veja-se o caso da TAP, veja-se o caso da SATA!

O caso da SATA, eu, ao acompanhar as comissões de inquérito fico absolutamente aterrorizado, como é que é possível uma gestão tão calamitosa? Como é que é possível umas intromissões políticas na gestão da empresa?

Deputado Tiago Branco (PS): Como é que é possível o senhor dizer isso?

O Orador: Como é que é possível que isso aconteça a nível nacional, sabendo eu que a nível regional isso sucedia com os Governos do Partido Socialista?

Deputado António Lima (BE): O próprio presidente da SATA assumiu que isso acontecia aqui.

O Orador: E foi essa situação, essas intromissões constantes que também são fator muito importante, que levaram a empresa a esta situação.

Mas Senhor Deputado Nuno Barata não assuste o mercado. Ser bom amigo do mercado é também reconhecer que o trabalho que foi feito pelo Conselho de Administração foi um bom trabalho...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e que o Governo Regional fez aquilo que tinha que fazer nestas circunstâncias, que é não se intrometer na gestão da empresa. E isso, só por si, já é muito importante, já é uma grande coisa: não se intrometer na gestão da empresa.

Fizeram essa pergunta ao Doutor Luís Rodrigues que, aliás, foi chamado de urgência para o território nacional continental da República, embora a TAP seja uma empresa nacional (e, portanto, opera no conjunto de todo o território, e o continente não é nenhuma região autónoma, é preciso fazer sempre esse conjunto de referência) para responsabilidades de âmbito nacional, em relação à TAP, exatamente porque conduziu este processo com eficácia.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Senhor Presidente, a questão que coloco ao Governo é esta:

Eu tenho vindo a defender esta posição, porque é agora o processo de privatização em 2023, e porque não esperámos para 2025:

Há várias explicações, desde logo, para resolver a questão com maior urgência possível, mas também há uma questão que eu acho que coloca a Região Autónoma dos Açores numa situação mais favorável, que é o facto de, como vemos, isto demora praticamente um ano, este processo concursal, e isto permite-nos ter outras possibilidades no futuro.

Penso que o Governo está a negociar com mais força, tendo um prazo ainda alargado para o poder fazer.

Se o fizéssemos só em 2025, não teríamos, diria, uma segunda oportunidade. E por isso eu considero que, neste momento, é muito, muito importante que se faça, com este tempo de antecipação, para dar mais poder negocial ao Governo e ao próprio Conselho de Administração da Empresa.

Gostava de ouvir também a posição do Governo nesta matéria.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças?

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A avaliação que o Governo fez coincide com a avaliação que o Senhor Deputado Paulo Estêvão aqui expressou.

É diferente de estar com este processo de alienação hoje do que em 24 ou 25, quando os potenciais adquirentes sabiam que nós estávamos na linha da meta para a privatização e por isso é evidente que em termos comerciais é mais robusto para a região fazê-lo neste momento e é isso que foi decidido. E é nesse sentido que estamos a trabalhar convictos de todo este processo, que tem uma delicadeza, uma dimensão brutal.

Este é dos processos mais delicados, mais importantes que a região teve nos últimos anos e terá para os próximos anos.

E, portanto, isto é uma enorme responsabilidade e o Governo sente essa responsabilidade e é por isso que tudo faz para cumprir todos os requisitos que defendam o interesse dos Açores e, no caso do interesse dos Açores, é promover esta alienação agora cumprindo os entendimentos com Bruxelas, aproveitando situações de mercado e não deixando que a companhia se deteriore mais, o que poderia pôr em causa a SATA Air Açores, a nossa “menina dos olhos”.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma primeira palavra para felicitar o Partido Socialista, que celebra o seu 50.º aniversário, o Senhor Deputado Carlos Silva lembrou-nos aqui os méritos do Partido Socialista. É um partido que faz falta à nossa democracia, quanto mais não seja para nos lembrar, diariamente, que o que não desejamos para a nossa sociedade é um modelo socialista, de organização socialista da nossa sociedade.

Deputado Tiago Branco (PS): Senhor Deputado, isso é muito deselegante para isso! É por isso que o senhor está sentado na Assembleia da República!

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é para si, Senhor Deputado!

O Orador: E, portanto, o Senhor Deputado Carlos Silva evidenciou os méritos do Partido Socialista na nossa sociedade.

À memória veio-me logo, a bancarrota dos camaradas José Sócrates e António Costa,...

Deputado Tiago Branco (PS): É por isso que o senhor está sentado na Assembleia da República!

O Orador: ... seu Ministro.

A dívida colossal da Azores Airlines que nos trouxe a este debate. E, portanto, se estamos debatendo aqui a alienação, a privatização da Azores Airlines deve-se ao Partido Socialista e aos desmandos do Partido Socialista nos últimos anos.

Não é, uma situação que nos agrada. A companhia, o Grupo SATA, é um grupo fundamental aos Açores.

Somos uma região arquipelágicas no meio do Oceano Atlântico e, portanto, estamos dependentes de transportes aéreos e transportes marítimos.

E, portanto, se a dada altura da nossa história se criou e bem a Azores Airlines, depois, e já ficou aqui, e não só aqui, como também já houve uma comissão de inquérito sobre a SATA, patente as interferências políticas que houve na companhia e, portanto, a dada altura, todas essas interferências levaram ao descalabro financeiro que nos trouxe aos dias de hoje.

E, portanto, uma primeira palavra para, neste sentido, enquadrar a questão, garantir que, se dependesse da nossa escolha, obviamente que não, procederíamos à privatização da companhia, porque faz falta e é um elemento fundamental para garantir o mercado concorrencial que temos nas duas gateways liberalizadas, porque no dia em que dependermos exclusivamente de companhias sobre as quais a gente não tem algum tipo de controlo, estaremos completamente à mercê daquilo que for a vontade, ou falta dela, de voar para os Açores, porque sejamos francos, somos só 240 mil habitantes aqui, dispersos por 9 ilhas.

Não vivemos propriamente nos trópicos, onde todo o planeta deseja ir lá passar férias. Há um nicho neste planeta de pessoas que deseja, e desejaria, visitar os Açores – e bem – e temos que o explorar.

Mas não somos um destino de massas,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E ainda bem!

O Orador: ... nem temos uma população numerosa que seja capaz de ela só por si sustentar uma companhia aérea.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: E, portanto, estamos nesta encruzilhada.

Senhoras e Senhores Deputado, Senhor Secretário:

Relativamente a esta questão acho que é preciso esclarecer de uma vez por todas se isto é ou não é vontade desta maioria, desta coligação, deste governo, privatizar a SATA,...

Deputado Carlos Silva (PS): Já sabemos que não é a sua vontade!

O Orador: ... ou se estamos perante uma imposição externa que resulta da gestão desastrosa que foi feita no grupo SATA, nomeadamente na Azores Airlines.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Pinto, esta é uma questão que colocou que tem sido recorrentemente colocada aqui nesta Casa e que, não só neste plenário, mas

também noutros em que discutimos este tema, foi afluída, afluída e explicitada.

Em linguagem mais popular, aquilo que eu disse é que temos que vender a Azores Airlines para salvar a menina dos olhos da SATA Air Açores.

Isto é, temos que “perder os anéis para salvar os dedos”.

E isto porquê? Porque, face à situação a que foi conduzido o Grupo SATA e face ao pedido de reestruturação que se começou a anunciar em Bruxelas, a meio de 2020 e terminou a meio de 2022, o contributo significativo que nós poderíamos dar, é aquele que foi identificado.

A alternativa seria (um contributo significativo), vamos vender a SATA Açores. Não é! Não era solução para nós!

E, portanto, a única solução que tínhamos era a privatização da Azores Airlines e também no caso do handling, e ainda assim, com a atenção de Bruxelas para o contributo significativo ser abaixo daquilo que é a regra. E, portanto, são estas as razões que levaram a esta solução.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Carlos Furtado, vamos passar para a segunda pergunta do 1.º objeto. Faça.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Antes da pergunta que pretendo fazer ao senhor Secretário, não posso deixar de comentar que estou satisfeito pelas perguntas que já foram aqui feitas, o que mostra a pertinência dessa sessão de perguntas.

As perguntas que já foram aqui feitas, algumas delas fazem parte dos meus apontamentos de perguntas que pretendia fazer ao Governo, o que mostra que, no fundo, não é a articulação com a bancada da esquerda, porque não houve seguradamente, mas da necessidade da realização de determinadas perguntas que não ficaram esclarecidas no âmbito da apresentação deste caderno de encargos.

Comentar ainda que, e ao contrário do que já se está a esgrimir aqui na sala, de que a culpa da venda, à pressa da Azores Airlines tem a ver com o passado de gestão do Partido Socialista, ou da possível ingerência, ou ingerência, que existia do Governo na anterior gestão, eu devo comentar o seguinte:

Para mim é tão responsável anterior gestão pela situação, como a atual; gestão governativa.

Porque, se por um lado, podemos dizer que uns abriram a cova, os outros estão pondo o caixão lá dentro, limpinho, porque não se deram ao trabalho de tentar perceber ao limite, e o limite é. 31/12/2025, as possibilidades da companhia SATA Azores Airlines continuasse a ser de titularidade regional.

Portanto, não houve essa preocupação ao limite, arriscar ao limite. Se tivéssemos a falar de uma casa de confeitaria, eu podia dizer que o Governo Regional recebeu a coleção de verão e na primavera já está em saldo, sem fazer dinheiro com ela. Basicamente, é isso Senhor Secretário. Basicamente, é isso!

Comentar ainda que, por exemplo, o Senhor Secretário das Finanças de outra vez tem que articular melhor essa situação com o Chega, porque o senhor diz que o privado provavelmente vai fazer mais ligações para a região, e depois, entretanto, o outro diz que os aviões andam vazios.

Deputado José Pacheco (CH): Eh pá para de usar o CHEGA.

O Orador: Portanto, eu não sei como é que o privado vai fazer mais ligações para a Região, se os aviões, segundo as fotografias, andam vazios.

Comentar ainda também que se todas as empresas do SPER se dão prejuízo, e se têm dívidas para pagar para mais de 50 anos, então o que é que vamos fazer, por exemplo, com a Atlânticoline?

Ou, por exemplo, com a Portos dos Açores?

Foi comentado aqui pelo Senhor Deputado Nuno Barata, que é funcionário da Portos dos Açores, que a Azores Airlines tem dívidas para pagar por 50 anos, mas a Portos dos Açores, tem dívidas para pagar por 150 anos, ou 149.

Portanto é para vender também. Eu não percebo isso.

No meio disso tudo o que tem faltado, é coragem dos senhores da governação (de um lado e do outro) que tem faltado de, se assim for, perder eleições.

Meus senhores, eu se fosse Presidente do Governo, eu não teria vontade nenhuma de ser Presidente do Governo de uma região em que o eleitorado não percebe a necessidade de tomar medidas corajosas, embora impopulares, mas para resolver problemas estruturais da região.

Se por um lado, não ouvi isso no tempo do Partido Socialista, agora também não vejo isso da direita.

Senhor Secretário das Finanças, se o preço a pagar por este Governo for perder eleições por incompreensão dos açorianos, depois é o que eu que lhe disse:

Presidente: Agradeço termino, Senhor Deputado.

O Orador: Já terminarei, Senhor Presidente.

Mais vale perder eleições do que estar a governar para quem não compreende os problemas estruturais da região.

Não podemos dar-nos ao luxo... Essa geração que está aqui não se pode dar ao luxo de estar a usar todos os recursos e mais alguns, compreendo o futuro.

E o que estamos a fazer aqui com esse caderno encargos, é comprometer o futuro das próximas gerações em termos de mobilidade dos açorianos.

E a pergunta, Senhor Secretário Regional, é:

Percebendo o hiato de tempo que existe entre a venda da Azores Airlines e as definições, ou a falta delas, por parte do Governo da República relativamente às Obrigações de Serviço Público, está o Governo Regional dos Açores à altura de assumir, mesmo que temporariamente, os custos das OSP, quando a Azores Airlines, for privada e a República ainda não tiver assumido os seus custos com as OSP.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu acho que se há medida corajosa deste Governo é esta que nós estamos aqui a falar.

Vamos lá ver:

Se este Governo não assumisse corajosamente a missão de salvar a SATA, o que teria feito era um caderno de encargos igual ao de 2018 ou 19. em que fingia que queria resolver o problema e ficava o problema ainda maior.

Isso é que seria um atitude pífia, cobarde e acho que não é para isso que nós aqui estamos.

Pode haver pessoas que concordem mais ou menos com este caminho, mas nós assumimo-lo com clareza e estamos a cumpri-lo com transparência.

Em relação às Obrigações de Serviço Público, Senhor Deputado Carlos Furtado, já sabemos que esse concurso, promovido pelo Governo da República, está atrasado.

Ainda apesar disso, quase de certeza que esse concurso vai ser aberto e vão ser atribuídas as Obrigações de Serviço Público antes do final da privatização da Azores Airlines.

E, portanto, nesse sentido, para os próximos 3 a 5 anos, a SATA vai concorrer e se vencer esse concurso irá executar essas rotas.

No final desse período de três ou cinco anos das Obrigações de Serviço Público, aquilo que está no caderno de encargos, é que a Azores Airlines tem que concorrer.

Deputado António Lima (BE): Tem que apresentar uma proposta!

O Orador: Mas isso qualquer entidade percebe que, mais do que concorrer, não é possível a um concurso público.

Deputado Carlos Silva (PS): Senhor Secretário isso não está lá!

O Orador: Há um concurso público...

Deputado Carlos Silva (PS): É este concurso: “ou manter a proposta que foi apresentada”:

O Orador: ... as entidades que concorre, mas não quer dizer que possam ficar, não obrigam a outra parte, porque há uma outra parte do concurso público, que é a parte que lança o concurso público.

Portanto, com isso também penso que já tinha ficado clarificado e clarifico de novo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Senhor Secretária Regional. Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, o senhor não respondeu à minha pergunta.

Deputado Carlos Silva (PS): Já é habitual.

O Orador: Antes de reiterar a pergunta acho que há aqui se calhar uma questão de gramática.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é gramática. É semântica.

O Orador: Acha que o Governo, em vez de dizer salvar a SATA,...

Deputado Tiago Branco (PS): Ou desmantelar a SATA!

O Orador: ... eu acho que é mais do tipo salvar-se da SATA, mas pronto isso lá cada um saberá.

Quanto à pergunta, Senhor Secretário, a pergunta foi se, entretanto, o Governo da República não tratar do seu compromisso relativamente às OSP, o Governo Regional está disposto a assumir, mesmo que, temporariamente, os custos das OSP perante o novo acionista ou ao comprador da Azores Airlines.

É porque isso pode acontecer. Às vezes a República atrasa-se um bocadinho, os senhores são os próprios cometam, e até concordo convosco, que às vezes atrasa-se um bocadinho grande.

Portanto, na eventualidade desses bocadinhos grandes que podem acontecer, o Governo Regional está em condições de assumir o custo anual na ordem dos 10 milhões de euros relativamente às OSP?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Senhor Deputado. Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Carlos Furtado, a Azores Airlines, está a prestar o serviço agora para essas rotas. E está a prestar quando o concurso já devia ter aberto agora.

Agora, o senhor não pode querer que eu, em nome do Governo, vá dizer que vamos pagar aquilo que o Governo da República é que tem que pagar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É isso aíd eve perceber que eu não posso fazê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas os senhores gostavam!

O Orador: Não estaria a defender os interesses das açorianas e dos açorianos desta Casa, porque quem colocou no Orçamento de Estado, a verba para compensação das OSP foi o Governo da República.

Quem vai lançar o concurso é o Governo da República.

Quem está atrasado é o Governo da República.

E agora, face a isto tudo, o que é que a gente dizia?

Ah! Ok! Não tem problema que a gente paga.

Não podemos fazer isso com esta ligeireza.

Entretanto, hoje o serviço está a ser prestado, vai continuar a ser prestado, temos a expectativa que o Governo da República acelere o processo do concurso das OSP e que se não o fizer, possa encarar a possibilidade de um ajuste direto, tal como o Governo da região fez em relação à SATA Air Açores, quando o concurso já tinha terminado.

Se houver boa vontade do Governo da República, Senhor Deputado Carlos Furtado, essa questão não se coloca, porque se atrasarem mais o concurso, o que devem fazer é estudar a hipótese de um ajuste direto para poderem apoiar a SATA Air Açores. E é esse o interesse dos Açores, com o qual eu naturalmente conto com todos os Deputados desta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

Eu começo por registar que a veneração ao mercado não é igual em todos os partidos da coligação, porque vejo que o CDS tem medo, e com razão,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Medo?!

O Orador: ... de deixar os Açores nas mãos do mercado, mas é isso que o CDS está a fazer e é isso que o Governo está a fazer.

E sobre amigos do mercado e sobre a forma como essas privatizações têm sido feitas, eu recordo ao Senhor Secretário a célebre notícia de fevereiro deste ano (vou fazer até lhe chegar, porque, não tenho a certeza se terá lido), que tem á um título muito interessante: “Como Neeleman controlou a TAP com dinheiro da própria empresa?”

É isso o seu amor ao mercado e a sua confiança no mercado.

É quando se entrega a empresas públicas, a acionistas privados que pagam a empresa com o seu próprio dinheiro, seu próprio dinheiro, da empresa, não o seu, porque esse é intocado.

E há uma investigação no Departamento Central de Investigação e Ação Penal em curso nesta matéria.

E é isso que o Governo do PSD e do CDS terão que explicar, aqueles lá estiveram e que o senhor muito bem sabe, apoiou.

Também sobre salvar a SATA, critica tanto o Governo, e com razão os péssimos e desastrosos resultados que a SATA teve nos últimos anos.

Mas, Senhor Secretário, certamente que estamos em abril de 2023 e o Governo já nos poderá dizer quais são os resultados da SATA Internacional e da SATA Air Açores, do ano passado. É porque os do ano 2021 sabemos que foram 57 milhões de euros de prejuízo.

Em, que é que isso difere do Governo anterior, infelizmente, e digo isso com verdadeira preocupação.

Mas também devo recordar que a privatização da SATA foi vendida por esse Governo, vendida como necessária para salvar a SATA, mas não só a SATA Internacional.

Dizia o Governo que era necessário vender o *handling*. Uns meses depois a administração e o Governo já diziam que isso não era importante. Não era importante? Mas então não era uma imposição de Bruxelas.

Deixou de ser importante e uma imposição para ser algo que logo se vê?

Então nós podemos escolher que medidas é que cumprimos?

Essa é uma novidade, porque o Governo, na verdade, faz o que quer.

Este Governo, e principalmente o PSD, sempre quis desmantelar e desfazer-se da SATA Internacional. Foi por isso que foi para negociações com Bruxelas sem nenhuma vontade de garantir a existência sequer da SATA Internacional, porque essa é a verdade que não querem assumir perante os açorianos e as açorianas, mas essa é a responsabilidade que o PSD, principalmente...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Como é que o senhor paga 400 milhões de euros?

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... tem que explicar aos açorianos.

Tanta conversa, tanto discurso sobre o nosso Estatuto de Região Ultraperiférica e não foram dizer a Bruxelas que nós somos uma Região Ultraperiférica e que não podemos ter o mesmo tratamento de uma companhia aérea em Itália ou na Bélgica.

Porque é que não o fizeram? Porque não queriam!

E já agora também pergunto: a Sata Internacional tem uma dívida de 285 milhões de euros à SATA Air Açores. E o Governo diz que isso vai ser negociado com o comprador? Mas que caderno de encargos é esse?

Nós vamos pagar 285 milhões de euros, ou mais, para alguém ficar com a Sata Internacional? Isso é que é ser amigo do mercado, Senhor Secretário.

Presidente: Aliás, já agora, que o Governo é sócio da ATA, ou agora *Visit Azores*, (muito moderno), gostaria que nos dissesse quanto é que nós pagamos para cada uma das companhias aéreas que voam dos Estados Unidos e da Europa para vir para vir para os Açores? Quanto é que nós pagamos?

Deputado Tiago Branco (PS): Ah, pois é!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): 400 milhões!

O Orador: O mercado vem aos Açores? Vem, se nós pagarmos e é isso que acontece, é isso que nós teremos que fazer sem Sata Internacional ou com SATA Internacional.

Iremos sempre pagar alguém para voar para os Açores.

A diferença é se nós controlamos e temos interferência no mercado...

Presidente: Senhor Deputado, tem determinar se faz favor.

O Orador: ... ou se deixamos totalmente a vida dos açorianos nas mãos do mercado, pagando para virem voar para os Açores.

E isso nós não queremos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor tem 400 milhões?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor deputado António Lima, nós estamos o XIII Governo está a gerir processo com muita responsabilidade e com muita seriedade.

Muita responsabilidade e muita seriedade.

Deputado António Lima (BE): Não parece!

O Orador: Não lhe parece? O que é que não lhe parece? A responsabilidade?

Deputado António Lima (BE): A responsabilidade!

O Orador: Ah! Muito bem.

Mas posso afirmá-lo com muita responsabilidade e muita seriedade.

E aquilo que nós estamos aqui a enfrentar, é uma situação que tínhamos que encarar, corajosamente.

Diz-me: Há, porque há companhias que possam viajar para os Açores, podem ter apoios para a promoção do destino.

Deputado António Lima (BE): Não, isso não é promoção do destino!

O Orador: Isso existe em todos os aeroportos, em todos os destinos, Mormente, quando se iniciam algumas rotas, isso faz parte também da lógica do negócio global.

Deputado António Lima (BE): Sim, sim! Quando se inicia e quando se prolonga!

O Orador: Em relação às acusações do PSD não gostar da Azores Airlines.

Deputado António Lima (BE): É verdade!

O Orador: Quem é que criou a Azores Airlines? Ó Senhor Deputado António Lima, quem é que criou a Azores Airlines?

Por amor de Deus!

Isto custa-nos ainda mais, porque foi o PSD que a criou, ela deu lucro até 2007, e aqueles senhores desgraçaram...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto é que é nível!

O Orador: ...e agora a gente para salvar a Air Açores temos que vender a maioria da Azores Airlines.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É só isto, tão só isto.

E, portanto, esse nesse aspeto, penso que fica claro a nossa, não só seriedade, transparência e correção, mas também a penalização que sentimos por termos

que tomar esta atitude para salvar a SATA Air Açores em relação à companhia, que foi o PSD no governo, criou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade à nossa sessão de perguntas. Antes do intervalo estava inscrito o Senhor Deputado Tiago Branco, a quem dou a palavra.

Eram 12 horas e 03 minutos.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

É sempre curioso vir agora os partidos que suportam este Governo falar das ingerências na Azores Airlines e na SATA.

Quantas vezes os senhores no passado exigiram voos para a ilha A, para a ilha B, para acrescentar voos aqui e ali, em favor da vossa conveniência política?

Quantas vezes os senhores combateram o Partido Socialista, por o Partido Socialista nem sempre acautelou as tentativas de ingerência na Azores Airlines, que senhores propunham?

Quantas vezes os senhores defenderam que a Visão da Azores Airlines devia primeiramente ser servir as gateways dos Açores para só depois se lançar em voos para o exterior, ou agora os 95 milhões de prejuízos da SATA, de 2021 e 2022 são por culpa do Faial, do Pico e de Santa Maria?

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O problema deste caderno de encargos é que ele é demasiado amigo do mercado e pouco amigo da mobilidade dos açorianos e da coesão territorial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Em apenas cinco linhas de texto, diz este caderno de encargos que “a companhia ou consórcio que adquirir Azores Airlines são obrigados a apresentar uma proposta ao próximo concurso público para as OSP”.

E os concursos que se seguirão? Nesse caso, já não há qualquer perspetiva a médio e longo prazo, salvaguarda destas gateways.

E depois está obrigada a apresentar uma proposta que, por sinal, pode ser a pior proposta possível. Não existe qualquer tipo de ambição de que seja uma proposta minimamente condizente com as aspirações destas populações.

Não aceitamos que as ligações às gateways do Faial, Pico e Santa Maria sejam vistas como um fardo para o Governo e para a SATA, porque a ambição da SATA é também garantir que estas ilhas não recuam décadas nas ligações diretas com Lisboa.

Deputada Ana Luís e Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional passou um cheque em branco, a administração da SATA, cujos interesses não se compatibilizam com os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Era ao Governo Regional que cabia garantir o interesse dos Açores.

Com estes pressupostos, com um caderno de encargos que permite que a região possa ficar apenas com 15% do capital da Azores Airlines, Senhor Secretário, que garantias o Governo Regional pode dar quanto ao futuro das ligações diretas para o Faial, Pico e Santa Maria, que hoje são asseguradas única e exclusivamente pela Azores Airlines.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Tiago Branco, a garantia que o Governo Regional pode dar em relação a esta matéria é aquilo que se está exatamente a passar. está a fazer, está a prestar esse serviço a Azores Airlines.

Certamente que o concurso das OSP, embora atrasado, sairá brevemente.

A Azores Airlines concorrerá ainda antes da privatização.

Se houver outros concorrentes com melhores condições naturalmente, o Governo da República terá que tomar as suas opções. No futuro em outros concursos, de Obrigações de Serviço Público ficou definido aquilo que se pode definir, que é obrigatoriedade de concorrer, mas num concurso, tendo-se obrigado a concorrer, não se pode obrigar ninguém a ganhar. Isso faz parte.

Deputado Carlos Silva (PS): Concorrer em que condições?

O Orador: Agora, a verdade é que há um conjunto de situações que não se podem passar mais na SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): Devia lá pôr: manter as condições atuais!

O Orador: Eu não sei se os senhores têm conhecimento, mas talvez seja uma boa oportunidade para aqui o revelar de que os desmandos da SATA chegaram ao ponto de, em 2002, a SATA comprar ações de Orange Telecom, da operadora de comunicações francesa. Ninguém sabe porquê, ninguém sabe com que fins. Só sabemos uma coisa: em 2002, durante a vossa administração, a SATA comprou ações da Orange Telecom que agora estamos a vir a descobrir que elas estão lá e que naturalmente vão ser vendidas porque não interessa à SATA ter, mas seria importante os Senhores Deputados do Partido Socialista revisitarem esse passado, porque eu acho que é uma pergunta, uma curiosidade extraordinária para os açorianos: porque é que a SATA comprou ações em 2002 da Orange Telecom, de comunicação francesa?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Lá estão os *sound bytes*!

O Orador: Porquê? É isto que querem que continuemos a fazer? Isto nós não vamos fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aviões!... E o Senhor Deputado e do Faial! Um avião que ficou aqui no Faial à espera de responsáveis políticos de um dia para o outro, do Partido Socialista.

É isso que os senhores querem que continue?

Essas interferências? Obrigar aviões a ficarem parados para levar Deputados Socialistas?

É a compra de ações de telecomunicações estrangeiras?

É isso que os senhores querem.

Não! Foi isso e muitas outras coisas que fizeram “o desastre” que provocou na SATA, da vossa responsabilidade e que nós estamos a resolver.

Mas mais!... O Senhor Deputado Tiago Branco está preocupado com as ligações, ao Faial/Pico e Santa Maria, a primeira coisa que tem que fazer e eu

ainda não ouvi, mas pode ser que consigamos ouvir hoje é aqui ao Governo da República que apresse as Obrigações de Serviço Público.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Esse esforço de exigir ao Governo da República que apresse o concurso ou então que estude a possibilidade de fazer um ajuste direto, como aqui já referi, esse esforço, é um esforço que deve emanar-nos a todos.

O Senhor Deputado Tiago Branco pensei, quando se levantou, viria aqui afirmar, em nome do Partido Socialista, que exigia ao Governo da República que compensasse a Azores Airlines por aquilo que tem no orçamento regional e que não quer pagar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não consegue dizer isto , não conseguirá explicar porque é que o avião ficou no Faial à espera do Deputado Socialistas. Menos, se calhar, conseguirá explicar a compra de ações à Orange Telecom em 2002.

Portanto, os senhores não têm nada para dizer em vossa defesa, pelos vistos, mas mais do que isso, não tem nada para dizer na defesa dos açorianos, na defesa dos faialenses, dos picoense e dos marienses, que tem a Azores Airlines a praticar o serviço sem o Governo da República, devidamente compensar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Tiago Branco (PS): Não é neste caderno de encargos!

O Orador: Porque colocar no orçamento de Estado para depois não executar é uma manobra de enganar os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

A Mesa aguarda mais inscrições para esta segunda pergunta do primeiro objeto e podem se inscrever o PPM, o CDS-PP e o PSD.

São os três partidos que ainda têm direito a fazer esta pergunta.

Senhor Deputado António Vasco Viveiros, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Tiago Branco falou das suas preocupações relativamente às ligações Pico/Faial, daquilo que resultam das obrigações que não estão aprovadas ainda e que aguardamos a abertura do concurso.

Eu gostava de recordar aquilo que foi o mau serviço que a SATA prestou, em 2017, 2018 e 2019, exatamente no triângulo, quer nas ligações com o continente, quer nas ligações inter ilhas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Tiago Branco (PS): É os 95 milhões? Antes era uma ofensa, agora é uma verdade absoluta!

O Orador:... em que os empresários do alojamento, da hotelaria tinham as suas camas disponíveis e não tinham os clientes a chegar por falta de voo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Isso sim, isso foi um drama que prejudicou a economia do Faial, do Pico e de São Jorge.

Deputado Tiago Branco (PS): E os 16 voos? E os 14 para o Pico?

O Orador: Relativamente às Obrigações de Serviço Público tem-se falado aqui várias vezes aquilo será que a SATA concorre, está privatizado ou não?

É bom recordar o seguinte, as Obrigações de Serviço Público são responsabilidades da República e têm um preço, e têm uma compensação definida fixada pelo Governo da República, tal como tem uma compensação definida as obrigações inter ilhas.

É evidente que se o mercado para aquele valor não tiver resposta, no caso das obrigações inter ilhas do Governo Regional, ou da República, esse valor significa que, se para aquele preço não há interessados, essa compensação não é suficiente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E se o Governo mantém essa obrigação, porque a tem, tem a obrigação de subir.

Esse drama de a SATA concorre, não concorre, há de haver um preço que alguém concorra...

Deputado Tiago Branco (PS): O que está no caderno de encargos, é *concorre para perder!* Mas valia a pena não terem posto!

O Orador: ... e a obrigação de garantir esse preço é do Governo da República no caso das Obrigações de Serviço Público, Pico, Faial e Santa Maria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, isto é matéria que nos compete a nós, a exigência perante o Governo da República, tal qual como as obrigações inter ilhas o preço tem que ser possível para que alguma empresa possa vir cá e que tem sido a SATA.

Mas a pergunta que o Senhor Deputado na sua questão levantou (levantou), também fez aqui uma acusação: que o PSD pedia voos para aqui, pedia voos para ali.

Deputado Tiago Branco (PS): Mas isso são perguntas ao Governo?

O Orador: O PSD, o PSD, nunca pediu voos de Lisboa para Fortaleza que deram prejuízo de 1 milhã de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nunca pediu voos da Madeira para Paris.

Deputado Tiago Branco (PS): Mas voa agora para Nova Iorque, Punta Cana!

O Orador: Nunca pedi voo da Madeira para Oslo, nunca pediu voos à SATA Internacional que deram prejuízo e que não tinham nada a ver com os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem fez isso foi o Governo do Partido Socialista.

Não foram os problemas da SATA Air Açores que levaram ao descalabro e à situação do Grupo SATA. Foi a SATA Internacional.

A SATA Air Açores se se tivesse mantido com as suas contas, com aquilo que eram os seus proveitos e os seus custos, não estávamos na situação em que estamos.

E a pergunta que faço ao Senhor Secretário é se alguma vez este Governo interferiu na SATA Internacional pedindo voos para determinadas partes deste mundo, que não aquilo que eram os voos com ligação e origem dos Açores. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Respondendo ao Senhor Deputado António Vasco Viveiros, no diálogo que tive com o Conselho de Administração da SATA, a única coisa que coloquei foi haver dois administradores não executivos na holding.

Foi a única questão que coloquei (se quiserem dizer impus) ao Conselho de Administração ter dois administradores não executivos indicados pelo Governo para sendo a holding quem vai fazer o processo de privatização para podermos ter 2 pessoas não executivas a acompanhar o processo.

Se isso é uma interferência, Senhor Deputado António Vasco Viveiros, eu assumo que a tive: foi colocar duas pessoas não executivas no Conselho de Administração da holding da SATA.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente. Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

(Pausa)

A Mesa aguarda inscrições e como disse há pouco podem ainda intervir o PPM e o CDS.

(Pausa)

Não havendo manifestações de interesse, vamos passar à terceira pergunta do primeiro objeto.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Presidente Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Atendente que já foram respondidos, um conjunto de perguntas que estavam incluídas nas minhas possibilidades de perguntas relativamente ao primeiro objeto, passaria ao segundo objeto e à primeira pergunta do segundo objeto.

Presidente: Faz favor, muito obrigado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado.

Senhor Secretário Regional, o caderno de encargos, o brilhante, caderno de encargos com que nos presenteou o Governo Regional, não impõe condições objetivas relativamente aos compromissos de rotas.

Lembro-me, por exemplo, que quando, no ponto 5, diz, manter as rotas, Lisboa/Ponta Delgada, Lisboa/Lajes, Lisboa e por aí fora, não diz nem especifica qual é o número de ligações, quais os horários de ligações, se é para se manterem, se há possibilidade do adquirente da SATA, da Azores Airlines mudar esses horários, diminuir o número de ligações. Isso não está especificado.

Não está especificado, por exemplo, no ponto a seguir, o ponto 6, quando diz que “assegurar a ligação dos Açores à diáspora açoriana, designadamente aos residentes dos Estados Unidos da América, do Canadá...” e por aí fora, não diz se assegurar a ligação aos Açores, contrariamente à redação do parágrafo anterior, onde diz “manter as rotas” no outro parágrafo, diz “assegurar as ligações”.

Como sabe o Senhor Secretário, assegurar as ligações, não quer dizer que se mantém as rotas, assegurar as ligações à diáspora pode ser daqui a Lisboa, Lisboa/Madrid, Madrid/Boston, por exemplo. Portanto, vai haver esse cuidado na análise das propostas dos interessados da Azores Airlines, de que, por exemplo, assegurar as ligações à diáspora terá que ser no modelo que existe atualmente, ou seja, de forma direta.

Não especifica também, por exemplo, Senhor Secretário Regional relativamente ao transporte de doentes em maca, que acontece dos Açores para o continente. Não especifica se vai haver um contingente mínimo de assegurar deslocações de doentes em maca, não especifica, por exemplo, nada relativamente à carga aérea que, por aquilo que eu fui ver nos relatórios consolidados da SATA Airlines, há um transporte diário de aproximadamente à movimentação de cargas diárias da Azores Airlines de aproximadamente 10 toneladas por dia.

Portanto nada é referido relativamente a isso e é importante que se saiba, qual é o compromisso e qual é a sensibilidade deste Governo relativamente a essas questões importantes (que eu entendo que são importantes) relativamente aos destinos das ligações dos açorianos, para fora da região, mas também das cargas que são transportadas e dos doentes que têm necessidades urgentes e que têm que ser asseguradas e mantidas, nem que seja por um contingente mínimo. Senhor Secretário, eu peço-lhe que responda com clareza relativamente a essa situação, porque se essas situações são importantes e determinantes, naquilo que é o compromisso do futuro comprador e daquilo que o Governo Regional aceita como mínimos para essas ligações.

Senhor Secretário, não podemos passar cheques em branco a uma situação dessas.

E os açorianos seguramente...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Já terminarei, Senhor Deputado.

... têm a sua posição relativamente a esse assunto.

Eu da minha parte tenho a minha.

Eu prefiro perder o governo do que perder uma Azores Airlines para uma forma que não garante a mobilidade dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Deputado Carlos Furtado, muito obrigado pelas suas questões.

Aquilo que o caderno de encargos define é um conjunto de obrigações, mas é evidente que se o Governo não interfere hoje em horários, nem em número de ligações da Azores Airlines, se não o faz hoje, não o vai fazer em relação ao adquirente.

O que podemos e devemos fazer é assegurar, no caso, como referiu, e bem, que possa haver transporte de macas, seja por quem for,...

Deputado António Lima (*BE*): Onde é que isso está?

O Orador: ...obtendo naturalmente a devida compensação no momento em que tal se verificar esse requisito. E, portanto, nesse aspeto é quanto posso afirmar aqui.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Para a réplica, tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, vou relembrar-lhe.

Carga aérea, Senhor Secretário: o senhor não nos disse nada sobre carga aérea.

A região precisa exportar, há produtos que precisam ser transportados para fora da região, com urgência, para a valorização desses mesmos produtos.

O senhor não respondeu a essa questão.

O senhor não respondeu à questão de assegurar a ligação dos Açores, à diáspora. O Senhor não respondeu a essa questão Secretário.

E, sinceramente, e percebendo aquilo que o senhor disse e que faz algum sentido que, se supostamente a Região, ou o Governo, não interferem nos horários e nas ligações dos Açores para fora, quando o serviço prestado pela Azores Airlines, entendo que é tempo, neste momento de análise de avaliação das propostas de aquisição da Azores Airlines, é tempo de definir padrões, porque senão o Senhor Secretário, eu não preciso que haja no futuro “lágrimas de crocodilo”: olha, não pensámos não, ficou salvaguardado; olhe paciência, há de ser o que Deus quiser.

Não, Senhor Secretário. É este o momento de definir mínimos. Se esses mínimos não foram definidos no passado, que sejam definidos agora, porque no passado, se não foram definidos, havia um acionista – que ainda há, hoje, à data – que pode a todo o momento, intervir na administração da SATA, tentando articular aquelas que são as melhores ligações para a região.

No dia que a Azores Airlines deixar de ter como acionista principal a região, esse poder acaba.

E no dia que isso acontecer, Senhor Secretário, é tarde demais para negociar.

Portanto, há imposições que têm que ser assumidas agora.

E essa sessão de perguntas, Senhor Secretário, não foi feita para eu vir para aqui abotoar o casaquinho.

Essa sessão de perguntas foi feita para esclarecer sobre elementos importantes desse caderno de encargos e estamos a chegar a uma hora da tarde e eu, sinceramente, ainda não ouvi um compromisso definido, e é devidamente identificado, relativamente às suas situações vagas que estão identificadas aqui nesse caderno de encargos.

Corremos o sério risco daqui a pouco ser uma hora da tarde, acabar a sessão de perguntas e ficamos a saber exatamente o que sabíamos e os açorianos, os tais que têm os 400 milhões para pagar, ficarem saber exatamente, o que sabiam antes da sessão de perguntas.

Espero, Senhor Secretário, que essas perguntas apareçam e espero que os açorianos fiquem esclarecidos, que esta Câmara fique esclarecida, porque eu não estou a ver isso.

Secretário, é importante que se defina isso.

Eu acredito que não sou o único preocupado com o futuro da mobilidade dos açorianos. O senhor também estará, com certeza que está. Mas há situações que não podemos abdicar delas.

A mobilidade dos açorianos é determinante; os 50 milhões que não podemos continuar a injetar na SATA, são importantes são: 50 milhões representam 2,5% do Orçamento da Região Autónoma dos Açores. (2,5 da mobilidade dos açorianos).

Pode haver quem defenda que a Azores Airlines pode ser vendida a 100%, outros podem defender que é para destruir. Eu entendo que a mobilidade dos açorianos...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: Já terminarei.

... depende em muito da Azores Airlines, porque como foi dito aqui há pouco, e até pelo Senhor Secretário, do que é que vale termos camas disponíveis se depois não há ligações, concretas e definidas, atempadamente, das pessoas poderem viajar para os Açores e ocupar essas camas, se vamos ter aqui uma companhia que se calhar voa, se calhar não voa.

Senhor Secretário, provavelmente não poderei fazer mais nenhuma intervenção, porque o tempo está a correr, mas que fique aqui o compromisso da minha parte, que fique aqui manifestado da minha parte, que eu sou contra uma privatização nesses moldes e tudo farei para contrariar uma privatização que não esclareça de forma cabal quais são os interesses que vão ficar segurados à data da privatização, da Azores Airlines.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor deputado Carlos Furtado, com todo o respeito, se não o esclareci nalguma questão que colocou, não foi essa a minha intenção e vou tentar, naquelas que agora citou, que eu não referi, vou tentar dar a resposta.

Em relação às ligações à diáspora, como relação às ligações ao continente português, estão definidas no caderno de encargos que tem que ser mantidas.

A que dias é que vão ser, a que horas é que vão ser, não faz parte do objeto de um caderno de encargos, nem sequer daquilo que o Governo deve fazer.

Se não o faz hoje em dia, em relação à companhia que é pública, naturalmente não o poderia fazer, nem o deveria fazer no em cadernos de encargos.

Em relação à carga aérea, 2 questões: como deve saber há a possibilidade de obrigações de serviço público para a carga aérea.

Nunca foram lançadas, porque nunca se verificou necessário, mas poderá existir, mas também devo dizer que já há companhias privadas de carga operar nos Açores.

Portanto, estou convicto que o problema não será de disponibilidade de espaço para levar a carga aérea, mas de adequação logística de todo o sistema nos Açores e de também penetração dos produtos açorianos nos mercados nacionais e essa resposta, se calhar até nem precisa vir para Obrigações de Serviço Público, vai surgir pelo mercado, naturalmente, como já está a surgir e que nós, nomeadamente para os produtos açorianos, para os produtos da marca Açores, poderemos também ter aqui um papel importante para solidificar essa solução de carga aérea para o exterior, nomeadamente os produtos mais perecíveis.

De resto, Senhor Deputado Carlos Furtado, o caderno de encargos que, aliás, foi objeto de, como disse, de apresentação e negociações com os

trabalhadores, a última carta da Administração da Azores Airlines, depois de passar o período de 18 para 30 meses e de aumentar os compromissos dos critérios do caderno de encargos de 10 para 15, foi mandado aos sindicatos e a informação que tenho é que não teve resposta em relação a esta última abordagem, razão pela qual se entendeu que o assunto estaria com sensualizado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Antes de fazer a pergunta, uma breve introdução que tem a ver com aquilo que assistimos aqui há pouco.

O Senhor Secretário das Finanças apontou o dedo em riste e isso merece-me duas notas.

A primeira é que isso demonstra mais o nível de abordagem e diz mais de quem o aponta, do que propriamente do conteúdo que tem subjacente.

A segunda, é que quando faz isso esquece que quando aponta um para a frente, tem três apontados para si.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E um para o chão!

O Orador: O Senhor Secretário Regional das Finanças não convive bem com a verdade, certamente, quando diz que a Azores Airlines foi criada pelo PSD. Não é verdade!

O PSD aproveitou (e fez sim senhor.) a internacionalização dos voos dos Açores através de charters.

Não criou a Azores Airlines coisíssima nenhuma. Primeira coisa.

O COA é atribuído em 1998 e aproveitaram aquele certificado que a OceanAir tinha.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso são as licenças. As operações são de 95/96.

O Orador: Esse é o primeiro dedo que está apontado contra si.

O segundo é dizer e afirmar, mal e com inverdades, enganando os açorianos, de que a Comissão Europeia é que obrigou a que fossem 51%. Não é verdade! A Comissão Europeia obteve a vossa proposta de privatização de 51%, com a qual concordou e, portanto, esse é o segundo dedo que tem apontado contra si. O terceiro é quando o Senhor Presidente do Governo, em várias entrevistas, diz que vai haver diálogo e concertação, a propósito deste caderno de encargos. Isso não houve, não existiu, está demonstrado e é prova que os senhores não concertaram nem com os trabalhadores, nem com o Parlamento, absolutamente nada. Esse é o terceiro dedo.

Depois, o Senhor Presidente do Governo vai ser uma hipótese de solução e que não há problema nenhum com a privatização, porque sempre ficaríamos com 49% da Azores Airlines, o que é ainda uma participação de grande peso. Eu pergunto, Senhor Secretário, se ficar com 15% da participação Azores Airlines, é ainda uma posição de peso no seio dessa companhia.

E depois, obviamente, que as razões que levaram – e o senhor Secretário há pouco disse aqui em resposta a um Senhor Deputado – que as razões que levaram a optar pelos 85% era que tínhamos a hipótese de garantir isto , aquilo e aquele outro. Muito bem!

Essas razões que o levaram a optar por 85% ficavam muito mais bem salvaguardadas se tivesse optado por 51, exatamente porque quem pode o mais, pode o menos. Portanto, esse argumento cai por terra.

Mais, a verdadeira razão pela qual os senhores querem alienar 85% da SATA, e pegando também na resposta...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É para compara ações da Orange!

O Orador: ... na conjectura que o senhor há pouco tempo tazer a lume...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos compara a Orange toda! Até tem a ver connosco, e tudo!

O Orador: Senhor Presidente...

A conjuntura que o senhor fez a propósito da antiga tentativa de alienação da SATA, que não foi conseguida, porque, afinal, se calhar não queriam vender, permite-me concluir que, neste momento, o que os senhores fazem com os 85% não é os senhores não querem vender. Os senhores querem dar, os senhores querem oferecer a SATA, os senhores querem fazer como disse o Senhor Deputado Carlos Furtado, os senhores não querem salvar a SATA, o que os senhores querem é salvar-se da SATA e com isso, o senhor esquecem-se que estão a prejudicar a mobilidade dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores nem uma coisa nem outra!

O Orador: Diga-se a este propósito, e a pergunta é exatamente isso, porque é que os senhores optam em alienar 85% e não 51?

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: E se esses 15% que os senhores têm permite obter, ou não, a mesma participação de grande peso?

Sabe, Senhor Secretário, é que da bancada do partido pelo qual o senhor faz parte, designadamente em Santa Maria,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a apontar o dedo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe lá o dedo!

O Orador: ... nós conhecemos bem qual é o vosso respeito, por exemplo, com a Ilha de Santa Maria.

Os senhores acabaram com a placa giratória, os senhores não queria a NAV II em Santa Maria...

Presidente: Senhor Deputado tem que terminar, faz favor.

O Orador: Os senhores acabaram com o transporte marítimo de passageiros e mercadorias e, portanto, do vosso Governo exige-se mais do que ter um Ferrari. É preciso saber conduzi-lo.

E os senhores não sabem. Os senhores querem e governam com facilitismo, porque é mais difícil vender 49% da SATA do que vender 85%.

Governar existe para quem sabe e tem competência. Esse Governo já demonstrou que não tem nem uma coisa, nem outra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Qual é a pergunta?

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Devo confessar que eu temo não estar à altura tão ilustre causídico...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas se quiser ir por aí, a gente também pode ir!

O Orador: ... nesta na minha resposta, mas ainda assim vou fazer um esforço. Em relação a estas matérias que foram colocadas o Senhor Deputado João Vasco Costa eu já tive oportunidade de o esclarecer, já tive a oportunidade de esclarecer a Câmara, aliás, por mais do que uma vez em relação a estas matérias.

O que me parece é que a intervenção do Senhor Deputado João Vasco Costa foi toda construída para, no fim, falar de Santa Maria.

E, portanto, nesse aspeto eu não posso, porque não é aqui o objeto destas perguntas.

O Senhor Deputado João Vasco Costa, naturalmente, eleito por Santa Maria tem todo o direito e, aliás, o dever de defender a sua, a sua ilha, e nós compreendemos.

Agora uma coisa é certa, Senhor Deputado, não somos nós que estamos a salvar-nos da SATA. Quem está a tentar salvar-se do desastre a que conduziu a SATA, são os senhores. Isso sim.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isso sim. E já que o Senhor Deputado João Vasco Costa derivou para Santa Maria, já estava quase a chegar ao continente europeu, talvez nos pudesse explicar a compra das ações da Orange, de França.

Porque razão? E o senhor revelou algumas questões que têm a ver com Santa Maria, coisas do passado. Sim, senhor.

O passado não é muito longínquo, 2002. E França é já ali pelos vistos: a SATA comprou ações da Orange para quê, Senhor Deputado? Para quê?

Deputado Mário Tomé (PS): Mas as perguntas são para si!

O Orador: Ainda não nos explicaram, ninguém nos explica?

Porque é que o avião ficou parado no aeroporto da Horta para levar Deputados do Partido Socialista?

Ficou parado uma noite no aeroporto. Porquê, Senhores Deputados?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas as perguntas são para si!

O Orador: Portanto, os senhores, por mais que tentem, não se salvam!... Não se salvam!...

Deputado Mário Tomé (PS): Vocês foram buscar a um Cachalote igual!

O Orador: Não se salvam da responsabilidade de terem desgraçado a SATA.

Os senhores desgraçaram a SATA. Nós estamos a salvar a terem desgraçado a SATA e agora querem acusar quem está tentando resolver o problema por aquilo que é o vosso património terrível (terrível!).

Os senhores desgraçaram a SATA!... Os senhores desgraçaram a SATA! Nós estamos a salvar a SATA!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Respostas, zero!

O Orador: Por muito que vos custe ouvi-lo é esta a verdade, Senhor Deputado João Vasco Costa.

Portanto, nesse aspeto eu repito, o que já disse:

Nós estamos a curar um corpo que os senhores provocaram a doença e querem acusar quem está a tratar da empresa moribunda. Bom, assim, não chegamos lá. E os senhores se julgam que os açorianos têm capacidade para vos ouvir nessa matéria vai ser muito difícil.

Deixe-me dizê-lo: vai ser muito difícil.

Os senhores primeiros resolvam os problemas com a vossa consciência. E eu acho que os senhores têm consciência, e têm consciência política de que desgraçaram a SATA, aniquilaram praticamente a SATA.

Isso é a vossa responsabilidade e este dedo está apontado para aí como o senhor apontou para aqui, e aponto novo. Os senhores desgraçaram a SATA e nós estamos a salvar a SATA.

É só isto ?

Muito obrigado, Senhor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não se preocupe connosco!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado João Vasco da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu queria perguntar se esta sessão de perguntas é feita ao Governo, ou se é o Governo que faz perguntas aos partidos desta Câmara?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado João Bruto Costa para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Uma interpelação? Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras, Senhores Membros do Governo:

Uma interpelação, Senhor Presidente, para aproveitando a interpretação do Senhor Deputado João Vasco Costa pedir a Vossa Excelência que esclareça também se o interpelante não tem que fazer perguntas? Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): E fez!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fez várias perguntas?

Deputado Berto Messias (PS): A percentagem da privatização. Ele fez a pergunta! O Senhor Secretário não responde a nada!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra, Senhor Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu gostaria de pedir à Mesa que distribuísse ao Senhor Secretário Regional das Finanças e aos restantes membros desta Assembleia, a minha intervenção na qual eu peço, e pergunto, se o Senhor Secretário e este Governo entende que se 49% da Azores Airlines era uma participação de grande peso...

Presidente: Foi perceptível, Senhor Deputado, a sua pergunta.

O Orador: Foi isso que eu fiz e fiz a pergunta .

Portanto, gostaria que fosse distribuído para que não houvesse esse tipo de *fait divers* aqui apresentado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para a segunda pergunta, do segundo objeto. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Por aquilo que li no relatório consolidado de 2021, do Grupo SATA, o total dos custos que o Conselho de Administração, com o Presidente e com os dois vogais, situava-se em 40 mil e um euros.

Portanto, o Presidente recebia a quantia de 13.685 euros por mês e cada um dos vogais recebia 13.158 euros.

A minha pergunta é: O acionista – o Governo Regional – que agora vai ficar dono de uma empresa bastante mais pequena, de um *holing* que apenas vai

representar duas empresas, continua disposto a ter um Conselho de Administração que custa 40 mil e um euros por mês, ou atendendo à reduzida atividade que vai decorrer da saída da Azores Airlines, se já pensou em renegociar esse Conselho de Administração em termos de preço, porque convenhamos que o Conselho de Administração que foi contratado em 2020, mais do que duplicou, por aquilo que percebi, os custos da anterior administração da SATA.

Portanto, mais do que duplicou em 2020. Agora que a atividade do grupo vai diminuir, se se concretizar a venda da Azores Airlines, a questão é, faz sentido ter um Conselho de Administração com tão principescos os salários? Muito obrigado.

Presidente: Senhor Secretário Regional para responder, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Respondendo ao Senhor Deputado Carlos Furtado, percebo a sua pergunta, a pertinência da sua pergunta e é matéria, naturalmente, que no final deste processo de privatização teremos que rever.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Furtado. Prescinde?

Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado Mário Tomé?

(*) **Deputado Mário Tomé** (*PS*): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Eu vou dar uma folgazinha ao Senhor Secretário das Finanças, porque a minha intervenção também vem em sequência da sessão de perguntas de ontem, sobre o aeroporto da Horta, sobre os investimentos, proferidas pela Secretária.

Ainda ontem, nessa sessão de perguntas da Iniciativa Liberal sobre as diversas áreas da economia da ilha do Faial, a Senhora Secretária de Turismo,

Mobilidade e Infraestruturas, respondendo a uma pergunta sobre o investimento do aeroporto da Horta, referiu, e bem, a importância da coesão regional e da continuidade territorial, que deve ser assegurada por boas ligações aéreas diretas, com mais oferta de lugares adequados, visando promover essa coesão e essa continuidade territorial.

Obviamente, Senhora Secretária estamos de acordo quanto a estes princípios, assim como elencou os objetivos do desenvolvimento sustentável, referindo-se quanto mais voos diretos existirem, menor será a emissão dos gases de efeito de estufa.

Estamos inteiramente de acordo com estes objetivos e com estes princípios.

Mas de momento também existem preocupações. Preocupações estas que têm sido manifestadas por muitos picarotos, ligados a diferentes áreas da economia e que necessitam de ser esclarecidas. Refiro-me à sua mobilidade com o exterior da ilha e da região e é sempre necessário lembrar a esta Câmara, aos centralistas que esta foi uma conquista de muitos, muitos contra a vontade de alguns, quando em 2002 não achavam ser necessário ampliar a pista do aeroporto do Pico dos 1.520 metros, para os atuais 1760, permitindo assim a ligação direta com o exterior, com o primeiro voo da TAP, no dia 20 de abril do ano 2005, (faz amanhã precisamente 18 anos). Foi uma conquista de todos os picarotos. E é por isso que saudamos o referido anúncio feito por Vossa Excelência, Senhora Secretária, na adjudicação do estudo prévio da ampliação da pista do aeroporto do Pico, uma proposta do PS que reflete uma ambição de todos os picarotos e um compromisso assumido, diga se por todos os partidos desta Casa.

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:

Conforme está expresso no caderno de encargos em que o Governo pretende vender os 85% da SATA Internacional, e como já foi diversas vezes sinalizado, isto é, deixará de ter poder de decisão e poderá colocar em risco a

mobilidade dos picarotos, que muito lutaram para ter uma *gateway* e para ter uma acessibilidade direta.

E a questão que se impõe é muito simples: de que forma está, ou ficará garantida, a mobilidade com o exterior dos picarotos, nomeadamente nas rotas entre Lisboa e o Pico?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra para responder o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Respondo com o maior gosto, caro amigo e Deputado Mário Tomé, não só como Secretário das Finanças, mas como picoense.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

É evidente que Vossa Excelência, meu caro amigo, sabe como eu sei, aquilo que defendemos da nossa terra e naquilo que estiver ao nosso alcance, será isso que continuaremos a fazer.

Do gabinete que o Secretário das Finanças tem na ilha do Pico, pela primeira vez, continuarei a defender os interesses da ilha do Pico.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Mas quando o senhor foi candidato a Presidente do Governo, esqueceu-se que era do Pico. Foi cabeça de lista por São Miguel. É bom ter memória!

Deputado Joaquim Machado (PSD): isto é uma questão que está numa outra dimensão.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, antes de colocar as questões que tenho a colocar que dizem respeito essencialmente também a alguns aspetos do caderno de encargos, gostaria de certa forma comentar aquilo que é recorrentemente dito pelo governo nos partidos que o suportam, relativamente às críticas, às ingerências passadas.

Mas eu ouvi o Presidente da SATA (até há poucos dias Presidente da SATA), numa entrevista, a dizer que lhe batiam à porta a pedir rotas. E de certeza que não era o Bloco de Esquerda que lhe batia à porta a pedir rotas.

Por isso sobre ingerências, se esses pedidos eram ou não atendidos. saberão, os senhores se foram ou não.

Agora, se houve tentativas de ingerência, parece que é claro que elas existiram.

Eu transcrevo-lhe a entrevista se entender, a entrevista à Antena 1 do Presidente da SATA.

E também sobre rotas poderiam explicar aos açorianos as rotas para Bilbao ou para Paris.

Por isso, talvez isso explique os resultados da SATA, alguns que nós tivemos, infelizmente, nos últimos anos.

Mas as questões que queria colocar são questões efetivamente do caderno de encargos e sobre o que ele prevê, no que diz respeito, por exemplo, a transporte de doentes (ou não prevê), transporte, por exemplo, de incubadoras, ou, queremos ficar dependentes da Força Aérea para tudo e mais alguma coisa?

O que prevê para transporte de carga?

Aquilo que se vê no caderno de encargos não é uma obrigação, é uma majoração. Bem, se o comprador quiser, efetivamente, transportar carga, macas doentes, bem, nós damos aqui um bónus na pontuação. Isso não é pouquinho, é ridículo, porque o que os senhores estão a fazer, é sim fazer-nos recuar décadas. Fazer-nos recuar a tempos que dependeríamos eventualmente das forças armadas para levar um doente de maca. É isso que nós queremos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já defendemos!

O Orador: É esse grau de serviço que nós queremos? Isso é, de facto, preocupante e gostaria de que o Governo explicasse como é que vai garantir aos açorianos que a Ryanair vai transportar doentes de maca? Ou a Ryanair vai transportar incubadoras. Expliquem-nos!

Meus senhores, gostaria ainda de perguntar, relativamente às rotas do triângulo... Aliás, de lembrar as rotas das gateways que o Governo tinha obrigação de defender estas rotas com a Comissão Europeia.

Este Parlamento aprovou uma recomendação que foi proposta do Bloco de Esquerda por unanimidade. A Recomendação 16/22...

Presidente: Agradeço termino, Senhor Deputado.

O Orador: ... que o Governo (termino já) nas negociações com a Comissão Europeia, defendesse a manutenção destas rotas, invocando o estatuto de região ultraperiférica.

O que é que fez o Governo? Bem... Propôs que se privatizasse a SATA Internacional, porque era isso que queria e, no fundo, tudo vale para livrarem-

se da SATA Internacional e livrarem-se desse problema e com isso deixar os açorianos nas mãos de sabe-se lá quem.

Deputado José Pacheco (CH): Esse é que é o problema!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É evidente, Senhor Presidente, que ao longo deste debate há um conjunto de circunstâncias e de respostas que já foram dadas, como é o caso, por exemplo, dos 51-85% da possibilidade de alienação. Mas já foi colocada aqui, já respondi duas vezes...

Deputado António Lima (BE): O senhor não fala nisso!

O Orador: ... e acusaram-me depois de não estar a responder.

Pois, eu não posso dizer sempre a mesma coisa senão vão dizer, “olha, está sempre a dizer o mesmo”.

Deputada Vera Pires (BE): E está sempre a dizer o mesmo, que é “vamos salvar a SATA” e mais nada!

O Orador: ...mas se fazem as mesmas perguntas, aquilo que eu posso fazer é remeter para as respostas idênticas que já dei anteriormente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, nesse aspeto, são respostas que já foram dadas.

Também nas questões colocadas pelo Senhor Deputado António Lima, há matérias que já foram respondidas, em relação às macas, em relação à carga. São matérias que já respondi.

Deputado António Lima (BE): Não! Não respondeu!

O Orador: Aliás, a perguntas do Senhor Deputado Carlos Furtado.

Portanto, a questão de perguntar sempre a mesma coisa para tentar passar uma mensagem, “Ai Jesus, que vem aí a privatização vai ser uma desgraça.”

Deputada Vera Pires (BE): Vamos salvar! Vamos salvar! Não diz outra coisa!

O Orador: É isso que o Bloco de Esquerda está a tentar fazer é ajudar o Partido Socialista a alijar as suas responsabilidades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É isso que o Bloco de Esquerda está a fazer, quer ajudar o Partido Socialista a alijar as suas responsabilidades.

Deputada Vera Pires (BE): O Governo levou toda a manhã a dizer que vai salvar a SATA!

O Orador: Ora, deixem-me dizer-vos uma coisa: nem o Partido Socialista se consegue ver livre deste pesadelo que foi o desastre que provocou à SATA, nem os senhores conseguirão sair limpos dessa tentativa de ajudar o Partido Socialista.

Acho que ficam os dois menos bem na fotografia.

A terminar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu não sei se (também já dei esta resposta uma vez mas não sei se o Senhor Deputado António Lima estaria cá), foi mandado pelo Conselho de Administração da SATA, a reação às propostas dos sindicatos, assumindo que passava de 18 para 30 meses,...

Deputado António Lima (BE): E não foi isso?

O Orador: ... que passava os critérios de 10 para 15%, no seguimento de reuniões e de trabalho que foi feito com os sindicatos. Foi remetido esta última proposta.

Deputado António Lima (BE): Os sindicatos pediam 10 anos.

O Orador: E foi remetida no dia 3, e não houve resposta a esta posição.

Nós partimos do princípio de que havia acordo.

Agora, os senhores que gostam de falar pelos sindicatos...

Deputado António Lima (BE): Eu não falo pelos sindicatos!

O Orador: ...gostam de falar pelos sindicatos, gostam de falar pelos trabalhadores, até podem falar por eles, mas nós falámos com eles.

Deputado António Lima (BE): Ah, sim!

Deputada Vera Pires (BE): Não, não! Eles falam por si!

O Orador: Os senhores gostam de falar por eles. Nós falámos com eles...

Deputada Vera Pires (BE): Falar sem ouvir, não adianta!

O Orador: ... e é por isso que neste diálogo de concertação conseguimos encontrar soluções que salvaguardam todos estes interesses, que garantem a paz social e que continuaremos a falar com todos os trabalhadores, com todos os sindicatos, embora tenhamos que ouvir quem acha que pode falar por eles.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado António Lima pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, eu faço uma interpelação para recordar a Mesa que eu fiz várias perguntas, nomeadamente, sobre carga,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só pode fazer uma!

O Orador: ... transporte de doentes, transporte de incubadoras e sobre Obrigações de Serviço Público.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Eu já as tinha dado!

O Orador: Sobre isto , o Senhor Secretário não respondeu a nada,...

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Já tinha respondido a tudo!

O Orador: ... mas também sobre as ingerências políticas, que eu aqui citei a entrevista, vou fazer chegar à Mesa uma transcrição da entrevista do antigo Presidente da SATA sobre as ingerências políticas, sobre as pressões que existiram, sobre quem lhe batia à porta a pedir rotas...

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

O Orador: ... para que toda a gente fique a conhecer essa entrevista, porque se calhar não teve o eco que deveria ter tido.

Presidente: Assim que a Mesa rececionar fá-las-á distribuir pelos Senhores Deputados.

Para uma interpelação tem a palavra o Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Uma interpelação com a mesma latitude da do Senhor Deputado António Lima para referir ao Senhor Presidente e à Câmara que já dei as respostas em relação às ingerências, e já afirmei que a única ingerência que este Governo tinha tido na SATA, tinha sido obrigar a que tivesse dois administradores não executivos no Conselho da Administração da holding.

Deputado Berto Messias (*PS*): Ingerências é com o Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Isso já tinha sido respondido.

Em relação à carga área e ao transporte de doentes, já tinha sido respondido ao Senhor Deputado Carlos Furtado. Portanto, não serve de muito continuar a insistir que nós não respondemos, quando as respostas já estão todas dadas.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

O Orador: Se calhar não era aquilo que queriam ouvir, mas olha, temos pena.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra para colocar uma questão o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, vamos já com essa sessão de perguntas bastante adiantada, andamos aqui às voltas com retórica sobre os mesmos assuntos, mas há uma coisa, há uma conclusão que já tirámos:

Há um bloco que não quer vender a Azores Airlines e há um bloco que está empenhado em vender, alienar o capital social da Azores Airlines para salvar a SATA Air Açores, que é um bem escasso, necessário ao desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, que é acarinhado por todos nós, que nasceu num tempo em que não me cansarei jamais de dizer em que a ilha de São Miguel era periférica no contexto da aeronáutica civil Internacional e que um grupo de audazes a construiu para libertar os micalenses daquela sua ostracisão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dependência!

O Orador: Há aqui, de facto, um bloco que não quer mudar nada e é um bloco que quer fazer diferente para mudar qualquer coisa.

Senhor Secretário Regional, em relação às ingerências...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há ingerências!

O Orador: ... eu não tenho dúvidas que o senhor não disse aqui a verdade a esta Câmara. Mas pronto! isto fica outras núpcias!

Mas citarei sempre um Presidente do Conselho de Administração que muita gente aqui conhece, o Doutor Roberto Amaral. Foi Presidente do Conselho de Administração da SATA ainda nos tempos da primeira autonomia dos

governos do PSD, que dizia que a principal função de um Presidente do Conselho de Administração da empresa pública era protegê-la dos desmandos do acionista.

Ora, foram os desmandos do acionista que nos trouxeram aos 415 milhões de euros de prejuízos acumulados.

Foram os 415 milhões de euros que não foram possíveis serem utilizados, como disse o Senhor Deputado José Pacheco – e bem! – a incubadoras, a escola, em ginásios que não estão a ser utilizados porque não foi feita a manutenção e um 100 número de outras coisas que eu podia aqui, num assumo de populismo enumerar. Mas não é isso que interessa.

O que interessa saber é de facto, e esta é a pergunta que faço ao Senhor Secretário Regional e que os açorianos merecem ver respondida, é se de facto, essa região tem capacidade financeira para continuar a sustentar uma companhia aérea que apesar de ainda vender mais, de trabalhar, de ter melhores *load factors* continua a acumular prejuízos todos os anos, e que este ano que passou, apesar de ter tido um EBITDA um bocadinho melhor do que é costume, continua a acumular prejuízos que estarão certamente (não me enganarei muito) a rondar os 30 ou 40 milhões de euros. E por isso, responda-me, Senhor Secretário Regional, esta Região produz riqueza para continuar a sustentar uma companhia que acumula prejuízos, mesmo quando trabalha da forma que tem trabalhado nos últimos meses, com *load factors* a rondar os 70%, os 80% e a trabalhar como nunca trabalhou.

Responda-me se faz favor.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Está encerrada esta sessão de perguntas.

Eram 13 horas.

Presidente: Senhores e Senhoras Secretários Regionais, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos da parte da tarde com a Agenda, com o ponto 5: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII – “Construir 2030 – Dinamização do investimento sustentável e integrado”**.

É uma proposta apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças para a sua apresentação. Faz favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Construir 2030 foi elaborado na base de um diálogo alargado, com sessões em todas as ilhas dos Açores, em que estivemos com responsáveis das associações empresariais e da sociedade civil, num profundo exercício de diálogo.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é o que eles dizem e escrevem!

O Orador: Estivemos a 29 de junho em Santa Maria, a 30 de junho em São Jorge, 1 de julho nas Flores e no Corvo, 4 de julho no Pico, 5 de julho no Faial, 6 de julho na Graciosa, 7 de julho na Terceira, 13 e 14 de julho em São Miguel.

Juntámos centenas de pessoas nestas sessões e os seus contributos foram muito relevantes para um diálogo construtivo para este diploma.

Criámos ainda um espaço digital para recolha de mais contributos.

E numa fase final, reunimos novamente, neste caso com as associações empresariais, para fechar o diploma antes de o enviar para o Parlamento.

Gostaria aqui nesta apresentação de sinalizar os 5 pontos diferenciadores e que marcam esta proposta.

Em primeiro lugar juntar o investimento em capital fixo ao investimento em capital humano, nomeadamente juntando ao investimento em capital fixo, a qualificação e a contratação.

Em segundo lugar, uma maior exigência de capitais próprios, sendo que, por outro lado, vamos proporcionar aos empresários, através do capital participativo Açores, a possibilidade de capitalização para acederem não só às suas atividades normais empresariais, como também a este sistema de incentivos. E é bom lembrar, neste segundo ponto, que já houve esta maior exigência de capitais próprios.

Depois deixou de haver, nos últimos anos e entendemos que é relevante e foi esse também o feedback que obtivemos de associações comerciais, esta exigência em capitais para que possa ser melhor assegurado a concretização dos investimentos propostos.

Em terceiro lugar, o Construir 2030 tem uma real e profunda preocupação com a economia circular, com a valorização de produtos endógenos e, naturalmente, onde se inclui os produtos marca Açores.

Em quarto lugar, a diferenciação positiva ou as majorações são feitas, não por ilha, mas na lógica concelhia.

E porquê? Porque achámos redutor considerar espaços como, por exemplo, o Nordeste ou a Povoação, com maior capacidade de que, por exemplo, a Madalena do Pico ou as Velas de São Jorge.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é esta também uma diferenciação que aqui sinalizamos. Último ponto desta sinalização de diferenciação tem a ver com o termos, para além dos subsistemas, que já tem algum histórico de negócios estruturantes de desenvolvimento local e, no caso dos jovens empreendedores, temos também aqui uma abordagem simplificada para o fomento dos pequenos negócios, nos concelhos de todas as ilhas.

E esta quinta diferenciação será muito significativa, quer seja pela facilitação de acesso, quer seja pela resposta rápida e concreta a pequenos investimentos, em pequenos negócios em cada uma das nossas terras, sendo elas maiores ou menores.

Posso também dar nota de que o diálogo mantido com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, está a dar frutos e vamos elaborar um protocolo entre o Governo Regional e a Associação de Municípios da Região para que seja um verdadeiro contributo para a desmaterialização de processos e simplificação e análise destes.

E isto facilitará, naturalmente, também depois a análise, compaginando aquilo que são os sistemas das autarquias com os sistemas do Governo Regional.

E também dar nota face à excelente experiência que temos tido de relacionamento, nomeadamente com a Ordem dos Contabilistas Certificados, em que já participámos num conjunto de *webinars*, alguns deles com mais de 200 pessoas, aqui, nos Açores, que favorecem a capilaridade da informação para todo o nosso tecido empresarial.

Esta relação próxima com a Associação de Contabilistas Certificados, como também com a Ordem de Economistas, estamos convictos e já temos provas disso, será muito potenciadora para não só levarmos a informação aos nossos empresários, também recolhermos as induções que daí venham do nosso tecido empresarial e poderá também ajudar, naturalmente, no processo de desburocratização e simplificação da análise de processos.

Num momento em que os empresários e o Governo Regional fazem um enorme esforço para a execução final do COMPETIR +, que tem de ser finalizado até ao verão, como sabem, e depois de termos aberto o aviso “de braço no ar” para que não ficassem os empresários prejudicados em investimentos no âmbito de construir 2030, temos agora, portanto, a

oportunidade de lançar o novo sistema de incentivos da Região Autónoma dos Açores.

São 360 milhões de euros destinados a projetos de investimento das empresas açorianas.

Isto surge agora no seguimento da aprovação do acordo de parceria do estado português com a Comissão Europeia, a 15 de dezembro, e passado menos de um mês do Decreto-Lei 20-A, de 22 de março, que estabelece a regulamentação geral dos fundos a que temos, naturalmente, de nos conformar.

E, portanto, o Parlamento, o Governo, tiveram aqui um papel. Responsável, célere, de maneira que, menos de um mês depois de termos esta regulamentação no plano nacional, possamos aqui analisar este documento já conformado com algumas diretrizes, nomeadamente em termos de prazos que os diplomas nacionais têm.

Este decreto legislativo regional e a sua regulamentação constitui o mais poderoso instrumento de política económica dos Açores.

O XIII Governo dos Açores vê no investimento privado que agora agrega capital fixo, formação e contratação nesse sistema de incentivos (vê no investimento privado, dizia) a fórmula mais eficaz de potenciar o desenvolvimento económico dos Açores com responsabilidade social e ambiental que hoje todos exigimos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Senhor Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O sistema de incentivos ao investimento é, de facto, um instrumento muito importante de política económica, de políticas públicas e que tem servido ao longo dos anos para potenciar exatamente o investimento privado na economia regional.

E isso é reconhecido por todos nesta Região ao longo dos anos, pelos empresários, pelos trabalhadores que também beneficiam, direta ou indiretamente, desse sistema de incentivos, como um importante alavanca do desenvolvimento económico da região e também como um fator de coesão regional, territorial e também económico e social.

E isso é bem patente quando nós analisamos os resultados que são conhecidos do anterior sistema de incentivos ao investimento COMPETIR +.

Foi aqui aprovado nesta Assembleia, creio que em 2014, 2015, cujos números da última legislatura traduzem bem o sucesso dessas políticas públicas da governação do Partido Socialista. Só para termos uma ideia na última legislatura, relativamente ao COMPETIR +, foram apresentadas mais de 862 candidaturas, correspondente a um investimento superior a 560 milhões de euros e que represente cerca de 3000 postos de trabalho, diretos ou indiretos.

Isso traduz bem a marca da governação do Partido Socialista, a aposta que foi feita no fomento da economia privada, em parceria com os empresários, com os trabalhadores, com as Câmaras de Comércio, e isso é reconhecido por todos.

E é ainda mais relevante destacar isso quando nós temos em conta, o Decreto Legislativo Regional que está agora em apreciação, o Construir 2030. Porquê? Porque, em primeiro lugar, o Governo Regional da coligação é responsável por um vazio legal, superior já a 14 meses, em que as empresas dos Açores

não podem concorrer a qualquer sistema de incentivos ao investimento privado.

Isso é uma marca negativa que é realçada não apenas pelo Partido Socialista, mas também pelos pareceres sociais, Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Câmara de Comércio e Indústria de Angra de Heroísmo, Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, Conselho Económico e Social, AICOPA, AHRESP, todas essas entidades reconhecem que este vazio que resulta de uma opção do Governo Regional da coligação, de não ter um sistema de incentivos aberto, prejudica as empresas açorianas e tem prejudicado nos últimos meses as empresas açorianas que, perante aumento de custos de contexto, perante os custos resultantes do aumento de inflação, das dificuldades que isso acarreta, não têm tido no Governo um parceiro para ajudar a mitigar...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... para ajudar a mitigar os riscos de que resultam da inflação e têm feito os investimentos por sua conta e risco, sem beneficiar do apoio do Governo Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... que se diz amigo das empresas, mas na prática, o que têm feito é prejudicar exatamente as empresas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Senhor Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, tem-nos habituado, sobretudo nos últimos meses, a um registo de desinformação. Aliás, eu creio que o Secretário devia de alterar a designação da sua Secretaria para a *Secretaria da Desinformação das Insinuações e das Fake News*,...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Que deselegância política! isto não é o PS!

O Orador: ... não apenas relativamente ao Decreto Legislativo que está aqui em apreciação, mas tudo aquilo que tem feito ao longo dos últimos meses traduzem bem esta postura.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O anterior Carlos Silva a falar do GaCS!

O Orador: E vou concretizar aquilo que disse:

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas vem aqui dizer que há aqui uma alteração de paradigma com este Decreto Legislativo Regional.

Diz que pela” primeira vez vamos apostar no incentivo à contratação de recursos humanos com um sistema de incentivos ao investimento.”

Senhor Secretário o Competir + já previa isso.

Já previa majorações quando existia a contratação de trabalhadores. Isso não é novidade. Não há nenhuma alteração de paradigma nesta matéria.

Dizia ainda que “existe uma maior aposta nos capitais próprios, que há uma preocupação com a economia circular e com majorações por concelhos”.

Ó Senhor Secretário, se não estamos a favor com os princípios da preocupação com a economia circular, a majoração por concelhos também é uma boa medida, reconheço, mas nada disso está no decreto legislativo regional.

Onde é que está essa informação?

Se o Senhor Secretário entende que isso é informação pertinente e que devia de ser conhecida pelas associações empresariais que deram parecer a este decreto legislativo regional porque é que não as apresentou em pacote, como foi feito pela governação do Partido Socialista?

Esta é uma crítica que é feita nos pareceres do Conselho Económico e Social, Câmaras de Comércio que, ao contrário do que aquilo que acontecia no

passado, a proposta de diploma que agora vem criar o Construir 2030 é muito genérica, sendo omissa num conjunto relevante de aspetos.

Diz ainda: “Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada” (e continuo a citar), “entende esta Câmara que seria uma boa prática a apresentação conjunta da totalidade do pacote legislativo do sistema, como já aconteceu no passado e num processo de maior interligação e de diálogo com as entidades representativas do setor. A atual solução não permite emissão de um parecer conclusivo e fundamentado sobre o sistema, aguarda com expectativa esta Câmara, a regulamentação das respetivas medidas.”

Portanto, ó Senhor Secretário, qual é o diálogo?

Vem aqui apregoar o diálogo com a sociedade civil, com as Câmaras de Comércio.

Mas afinal, Senhor Secretário, não ouvi as suas preocupações.

Em, que é que ficamos?

Não acha que era relevante apresentar já a regulamentação que consta do DRR, que seguramente o Governo já tem pronta, mas não divulgou.

Acha que isso é transparência?

O senhor Secretário quer que esta Assembleia aprove um Decreto Legislativo Regional que é importante, nós reconhecemos, para fomentar o investimento privado, mas nós não conhecemos nem as áreas a apoiar, nem as taxas de incentivo, nem as majorações. O Senhor Secretário quer que o Parlamento passe novamente um cheque em branco ao Governo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É à AngraSol!

O Orador: Ao longo desta legislatura isso tem sido habitual e, portanto, é esta a intenção do Governo que apregoa transparência, o diálogo, a concertação. Mas quando chega a altura concreta de apresentar as medidas, não faz aquilo que apregoa?

Mais!...

Nós reparámos e quando comparamos com o Competir + que o custo do Construir 2030, ao invés dos sete subsistemas que existiam no passado, apresenta quatro medidas e corta, por exemplo, no Subsistema de Inovação Empresarial.

Corta, por exemplo, no Subsistema de Eficiência Empresarial; corta ainda nos Apoios à Internacionalização e ao Acesso aos Mercados Exteriores que não estão contemplados no Construir 2030, como acontecia no Competir +, e mais uma vez, não é apenas o Partido Socialista que refere isso, são as Câmaras de Comércio, é o Conselho Económico e Social, que diz que um Decreto Legislativo Regional que fomente o investimento privado não pode descurar áreas como a dos carbonização, não pode descurar áreas como a digitalização, nem pode não ter medidas concretas já imediatas que permitem o acesso ao mercado e o fomento da internacionalização e exportação.

São palavras que vêm realçadas vezes sem conta pelos pareceres que nós recebemos e isso não pode ser menosprezado, num Decreto Legislativo Regional que devia ter esta importância, mas que é omissivo em muitas matérias que são relevantes e que traduzem no Fundo da Ação do Governo Regional que apregoa uma coisa, mas na prática, o que faz, é deixar as empresas sem sistema de incentivos ao investimento privado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... durante mais de 14 meses e, infelizmente, esse prazo ainda vai se alargar, porque nós, antes do primeiro semestre, seguramente não teremos um sistema de incentivos totalmente operacional e disponível para as empresas. E esta é uma marca muito negativa de um Governo Regional que se dizia amigo das empresas, mas o que tem feito é exatamente prejudicar as empresas açorianas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra agora o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional –“Construir 2030 – Dinamização do Investimento Integrado e Sustentável”, constitui um quadro de referência dos incentivos financeiros às empresas, no atual período de programação de fundos europeus, ao qual, após a sua aprovação, se seguirá a respetiva regulamentação nas quatro medidas definidas: negócios estruturantes, base económica local, jovem investidor e pequenos negócios.

No seu preâmbulo é referido como desígnio e citamos “A promoção de investimentos que estimulem uma maior competitividade e inovação das empresas, a criação de emprego, a geração de valor acrescentado e de ganhos de produtividade bem como a criação de mercados locais e a promoção de processos de internacionalização, assumem-se como elementos críticos para o crescimento económico da RAA”.

Por outro lado, de entre os objetivos gerais definidos, realçamos, a “promoção do desenvolvimento sustentável da economia regional através da valorização dos recursos humanos”, “uma maior coesão económica na Região e a convergência com a União Europeia” e, conseqüentemente, com o país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É igualmente relevante a orientação contida no diploma, relativa ao “reforço da competitividade empresarial, devidamente alicerçada na promoção do desenvolvimento económico, na investigação, na inovação, na digitalização e na sustentabilidade, será uma prioridade de investimento,

tendo como objetivos específicos o apoio ao reforço do crescimento sustentável e da competitividade das PME, bem como o desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo”

Esta proposta de diploma do GRA introduz alterações relevantes relativamente ao passado que importa assinalar.

A qualificação dos recursos humanos constitui um fator determinante na produtividade das empresas e, por conseguinte, no desenvolvimento económico sustentável e médio e longo prazo.

Esta mudança será transversal a todas as medidas de apoio do Construir 2030 e permite a ligação entre os apoios ao investimento em capital fixo e os apoios à formação profissional e valorização dos recursos humanos.

Por outro lado, a exigência de um determinado nível de autonomia financeira e de financiamento por capitais próprios para os investimentos candidatados ao Construir 2030, contrariamente ao que ocorreu no âmbito do Competir +, no qual não era exigido qualquer nível de capitais próprios para a apresentação de candidaturas, essa alteração, permite fortalecer a estrutura financeira das empresas, criando assim, melhores condições para assegurar a concretização dos investimentos aprovados no novo sistema de incentivos.

Importa salientar que para o atual período de programação os projetos de investimento que contribuam para a sustentabilidade económica e ambiental, através da inclusão de medidas que concorram nomeadamente para a transição energética e digital e para a circularidade da economia, assim como no domínio da responsabilidade social, envolvendo iniciativas conducentes à melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, a inclusão de pessoas em situação de desigualdade ou ações que promovam o desenvolvimento da comunidade, terão um tratamento diferenciado em termos de incentivo e valorização dos projetos.

Estamos perante uma iniciativa que constitui o maior instrumento de política económica para os Açores, que reflete a preocupação na correção das assimetrias económicas das diversas ilhas, na coesão económica e social, privilegiando a complementaridade das nossas ilhas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O investimento está na génese do crescimento e do desenvolvimento da economia.

Investir significa abdicar de consumir no presente em troca de um aumento da capacidade produtiva, que irá possibilitar um maior consumo no futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sendo fundamental para o bem-estar social das gerações presentes e futuras, o investimento é decidido, numa economia de mercado, pelas empresas, com base na rentabilidade esperada.

A ultraperiferia dos Açores, os subsequentes sobrecustos, a sua repartição por 9 ilhas de reduzida dimensão e as deseconomias de escala, condicionam fortemente a capacidade de investimento das empresas, sendo por isso, fundamental um sistema de incentivos, premiando o maior risco que constitui investir na nossa economia.

É fundamental o indicador do peso relativo do investimento no PIB de cada país ou região. Quanto maior for esse indicador, em princípio, maior será a taxa de crescimento económico.

Na última década, os países europeus em processo de convergência com a média da EU, registaram sempre elevados níveis daquele indicador, destacando-se negativamente a Grécia e Portugal, sendo que a média europeia foi sempre superior a 20%.

Nos Açores, infelizmente, no mesmo período, aquele indicador foi ainda inferior ao registado no país.

De acordo com o Boletim Estatístico divulgado pelo SREA, entre 2013 e 2018...

Deputado Carlos Silva (PS): E em 2021, como foi?

O Orador: ... o peso médio do consumo das famílias no PIB foi de 75%, o consumo público foi de 30% e o investimento foi de apenas 14%.

Como todos sabemos, não será nem pela via do aumento do consumo público nem do consumo privado que será possível a nossa economia crescer e convergir nos próximos anos.

Assim, para inverter esta situação e sendo o investimento condição “sine qua non” para o crescimento económico e para a convergência com as médias nacional e europeia, aliás o que igualmente constitui um dos objetivos fundamentais da autonomia, conforme estipulado na alínea d), do art. 3º, do Estatuto Político Administrativo, importa congregar todas as políticas públicas nesse sentido.

O diploma ora em discussão, constitui um instrumento fundamental para a promoção do investimento, mas, só por si, não garante os níveis necessários para que os objetivos da convergência sejam atingidos, como demonstram os resultados do passado.

Os incentivos não financeiros são igualmente determinantes na captação de investidores, por isso, é fundamental continuar a modernizar a administração pública, simplificar todos os processos administrativos de licenciamento e respostas dos serviços públicos, centralizar muitos dos processos de decisão, cumprir os prazos de respostas, enfim criar uma administração ágil e amigável dos empresários.

Por outro lado, dados os níveis de descapitalização da maioria das empresas regionais e a sua pequena dimensão, afigura-se essencial a captação de investimento externo, seja nacional ou internacional.

É fundamental disponibilizar estruturas dinâmicas de acolhimento, promovendo no exterior a região pela posição geoestratégica e a sua riqueza em termos dos recursos, promovendo a sua diversidade, escala, área de influência, potenciando a visão deste território insular como uma região de

referência no domínio do desenvolvimento sustentável, pela economia azul, pelo seu potencial de crescimento do turismo sustentável e pela competitividade fiscal dos Açores, decorrente da reforma fiscal introduzida pelo XIII Governo Regional.

Relativamente aos pareceres emitidos por diversas entidades, registamos o parecer globalmente positivo emitido pelo Conselho Económico e Social, sendo que muitas das questões colocadas por outras entidades, remetem para posterior regulamentação.

Face ao exposto, o GP do PSD dará o seu voto favorável à presente iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta a esta Assembleia uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que cria um novo sistema de incentivos designado por Construir 2030, para o investimento da iniciativa privada, financiado, naturalmente, com fundos públicos.

A existência dos designados incentivos, ou subsídios, aquilo que se queira chamar ao investimento numa região como a nossa é, na nossa opinião, uma necessidade, porque as nossas características geográficas, sendo uma região ultraperiférica, uma região arquipelágica, com uma economia muito frágil e muito sensível a choques externos, assim o exige.

Não há em praticamente nenhum país da Europa economia privada sem apoios públicos. A verdade é esta! E nos Açores, por maioria de razão, eles existem e certamente têm que continuar a existir, embora alguns setores da nossa praça acham que não, mas depois, na verdade, concordam com eles.

Todavia, esses mesmos apoios públicos às empresas para investimento devem ter subjacente uma estratégia de desenvolvimento da região.

Uma estratégia que nós não vemos, ou não nos revemos, na estratégia que o Governo Regional segue.

Em primeiro lugar, queria começar por dizer que não nos revemos em sistemas de incentivos que apoiem todo e qualquer tipo de projeto, sem critério.

Esse é um tipo de estratégia que levará, sem sombra de dúvida a que se apoie a criação de investimentos e de projetos que não trazem qualquer mais-valia para o desenvolvimento da região e, mais grave ainda, a ausência de critério e de estratégia. leva a que os mesmos de sempre levem a parte de leão dos recursos públicos destinados ao investido.

Não nos revemos também em estratégias que queiram construir ou substituir uma monocultura por outra, como é a estratégia deste Governo, que vê o turismo como o *alfa e o ómega* do desenvolvimento da região,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... sem se preocupar com as consequências que terá a criação de uma nova monocultura na Região

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não é da vaca, agora é do cavalo!

O Orador: E recusamos também estratégias que apoiem projetos em setores que dizem respeito a serviços públicos essenciais e que visam dar músculo a um setor privado rentista, ao mesmo tempo que degrada os serviços públicos.

E foi isso mesmo que aconteceu, por exemplo, com o Competir +, em que se apoiou com o dinheiro de todos nós, a construção de um hospital privado que agora foi parar às mãos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Às mãos de privados.

O Orador: ... do maior grupo privado de saúde nacional, e não bastasse isso, vive com recurso aos profissionais mais qualificados que estão no Hospital de Ponta Delgada e que naturalmente é “um tiro no pé” do Serviço Regional de Saúde

Um sistema de incentivos ao investimento privado tem que ter subjacente uma estratégia de desenvolvimento para os Açores, uma estratégia que para o Bloco de Esquerda tem que diversificar a economia, rejeitando monoculturas que o Governo fomenta e tem que apostar em novos setores de valor acrescentado, garantindo trabalho com direitos, porque não há combate à pobreza nos Açores e em lado nenhum sem alterar o perfil da nossa economia, fomentando setores de maior valor acrescentado.

Não há combate à pobreza nos Açores sem criar emprego qualificado que fixe os jovens na região, aqueles que tantas vezes têm que ir embora, porque aqui só encontram trabalho mal pago, que só encontram precariedade e tantas vezes trabalho sem direitos.

Diria também que não há combate à pobreza se não houver trabalho, o tal trabalho com direitos, e trabalho com salários dignos.

Aquilo que vemos na estratégia do Governo e que este sistema de incentivos procura prosseguir é mais do mesmo.

E esse não é o caminho que nós desejamos seguir e que queremos para os Açores.

Não temos ilusões que com meia dúzia, ou uma dúzia, de propostas de alteração a este diploma conseguimos, ou podemos, alterar de tal forma este diploma ou a estratégia do Governo para este tipo de incentivos.

Mas podemos, e devemos, procurar mitigar os seus aspetos mais gravosos e as suas graves omissões

Em primeiro lugar, o sistema de incentivos não pode servir para pagar mais nenhum hospital privado nos Açores, nem nenhuma escola privada.

Propomos impedir que isto seja possível de modo a canalizar o investimento público em saúde e educação para o Serviço Regional de Saúde e para a escola pública.

E não aceitamos que à boleia de incentivos à iniciativa privada se mine o futuro do Serviço Regional de Saúde e da escola pública.

Para além disso, é preciso que o dinheiro público que é entregue aos investidores privados seja garante de combate à precariedade, seja garante de igualdade de género no emprego e seja garante da melhoria das condições gerais de trabalho ao nível dos salários e dos direitos.

Fazemos, por isso, várias propostas de alteração com estes objetivos e recordo a esse respeito que, por proposta do Bloco de Esquerda na anterior legislatura, foram introduzidas ainda no Competir + medidas relativas à estabilidade dos postos de trabalho.

E este Governo deitou-as fora com esta proposta, porque elas não foram incluídas nesta proposta.

Não desistimos delas, como não poderia deixar de ser, e voltamos a apresentá-las, mas obviamente, com maior exigência face à situação atual do mercado de trabalho, nomeadamente os níveis de desemprego e ao nível de contratos, a termo.

Finalmente, não é aceitável que, numa altura em que não temos, pelo menos em São Miguel – e de certa forma também os buracos que existem na legislação permitem quase tudo – um Plano de Ordenamento Turístico para a Região revisto, não aceitamos que se continue a financiar o aumento de camas, porque isso é, efetivamente, pior do que deixar o mercado trabalhar. É incentivar uma queda no precipício.

Se somarmos o Alojamento Local aos restantes empreendimentos, aliás, segundo números do Governo que nos transmitiu há pouco tempo em resposta a requerimento, há muito que a Região ultrapassou todos os limites de camas previstas no anterior Plano de Ordenamento do Território.

E sabemos bem que para o Governo e para a direita importa fazer o turismo, até torná-lo uma nova monocultura.

É essa a única estratégia que têm para os Açores e essa estratégia que este diploma procura incentivar e desenvolver só trará riqueza para alguns e miséria para a maioria das pessoas.

E esse é um caminho que nós não aceitamos.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este diploma, sem qualquer tipo de complexo ideológico, tem o mérito de, finalmente, trazer a esta Câmara um programa de incentivos ao desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores, com base naqueles que são os diplomas comunitários e nacionais que o enformam e traz algumas novidades relativamente ao passado, se bem que não muitas.

Eu diria que é, até porque decorre um pouco daquilo que são as diretivas da União Europeia, daquilo que é a prática (infelizmente é a prática) , naquilo que nós consideramos ser o mundo ocidental, não há economias, hoje, na Europa, nos Estados Unidos, nos países em desenvolvimento do ex-juiz bloco soviético, que não tenham um sistema de incentivos como este que nós temos agora e os outros que temos tido ao longo dos últimos anos, depois da nossa integração na então Comunidade Económica Europeia.

Confesso que este tipo de economia dirigida não nos traz grande satisfação, ao contrário do Bloco de Esquerda, que achava que a coisa devia ser mais musculada, talvez, mas este diploma que o Governo nos traz, sendo um

diploma que no seu esqueleto é muito próximo daqueles que no passado foram aprovados por governos do Partido Socialista e que não tiraram os Açores e os açorianos mais pobres da situação de pobreza em que se encontravam e continuam a encontrar, traz uma pequena novidade.

No nosso entender, essa pequena novidade deve ser ressaltada, e tem precisamente a ver com o eixo daquilo que o Senhor Deputado António Vasco Viveiros chamou de pequenos negócios (e que está no diploma, também é assim que se chama).

E o que é que isto vai permitir se o Governo regulamentar neste sentido? É uma coisa que também nós gostaríamos de conhecer o mais rapidamente possível, porque este diploma é muito vago e a sua regulamentação é fundamental para percebermos qual é o alcance que essas medidas mais macro vão ter, pós regulamentação, na prática, na vida das pessoas e das empresas, Mas parece-me que aqui neste eixo dos pequenos negócios, isso irá permitir (e permitam-me a sugestão, se assim o entenderem), que.

um pequeno minimercado (espero que seja isso que está na mente do Governo), um pequeno negócio de café, snack-bar, restauração, inclusive, possa fazer pequenos investimentos, com apoios significativos para melhorar, aí sim, as suas condições de oferta no mercado que se está a globalizar, no mercado que tem que concorrer com a marcas muito fortes, internacionais (as marcas que nós conhecemos: uma é amarelo, o velhote da galinha frita, etc. etc. etc., para não fazer aqui qualquer tipo de publicidade), mas que os nossos pequenos negócios regionais...(eu não vou dizer que os apartes inconvenientes vem do Senhor Deputado Joaquim Machado para toda a gente não saber quem é, mas é mesma coisa, Senhor Deputado, é tal e qual como citar o meio amarelo e a galinha frita).

Mas para dizer que este sim, é um eixo que nos parece que pode trazer aqui grande inovação, porque no resto (eu nunca pensei dizer isso, mas vou dizer) quase que concordo com o Senhor Deputado António Lima: nós estamos a

construir um programa de incentivos que vai canalizar para os mesmos de sempre, e aqui, sem qualquer tipo de filtro, eu vou usar mesmo a expressão, para os mesmos abutres de sempre, recursos da União e recursos da Região que depois não se refletem na vida do cidadão comum, nem sequer se refletem na vida dos trabalhadores dessas empresas, porque se há coisa que nós estamos a ouvir, quer dos representantes das empresas, quer dessas próprias empresas, sejam elas da hotelaria, sejam elas da grande distribuição, sejam elas da indústria, sejam elas do comércio, é que, por exemplo, não se pode subir o salário mínimo regional porque elas não têm capacidade de pagar. Ora, essas empresas receberam milhões de euros nos últimos anos para investirem nos seus negócios, milhões de euros, dos quais alguns vêm do esforço também dos açorianos, porque há uma componente regional que tem que ser metida nesse sistema de incentivos, e depois não se refletem no rendimento das famílias e no rendimento dos seus trabalhadores.

E isto não tem qualquer tipo de comunismo. isto que eu estou a dizer é simplesmente factual.

Nós temos pareceres, sucessivos pareceres das Câmaras de Comércio, nós temos sucessivos pareceres de empresários, precisamente a dizer que não podem subir os vencimentos.

Portanto, temos que ter algum cuidado na forma como esses incentivos são distribuídos, sob pena de não retirarmos mais açorianos da pobreza, sendo que é isto que queremos fazer, porque eu só entendo um sistema de incentivos que potencie investimento privado, se esse investimento privado retirar açorianos da pobreza.

Se criar mais, mas essencialmente melhor emprego. E nesse sentido, acho que a única inovação que este diploma nos traz é precisamente este quarto eixo e seguirei atentamente as propostas de alteração que já estão aqui a ser analisadas e decidirei o sentido de voto, a seu tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Senhor Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Governo apresenta-nos aqui um documento, que é um documento enquadrador do novo programa de apoios comunitários, que irá vigorar, até 2027 e depois terá um prazo para finalização dos investimentos até 2030.

À semelhança do que já aconteceu aqui no passado, com outros programas europeus, tal como o Competir +, é um documento genérico que tem regras genéricas, regras que resultam daquilo que é o enquadramento legal europeu, daquilo que é o enquadramento legal nacional para este tipo de programas de apoio, daquilo que resulta entre o contrato entre o Estado português e a União Europeia e, portanto, não é expectável que seja um documento exaustivo em termos de regras específicas sobre cada um dos eixos de investimento, aliás, tal como já aconteceu no passado,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é bem assim!

O Orador: ... aqui, neste Parlamento, com, exatamente, outros programas comunitários de apoio, onde também os documentos enquadradores eram genéricos e não tinham as regras específicas de cada medida e de cada eixo, porque isso está já atribuído aos decretos regulamentares regionais.

Portanto, isso é competência exclusiva do Governo Regional, tal como no passado, também já foi competência dos outros governos regionais.

De salientar que o Governo de coligação estruturou os apoios, as medidas em quatro eixos fundamentais, os negócios estruturantes, a base económica local, jovens investidores, e pequenos negócios. Ora, eu gostaria de realçar exatamente estes dois últimos, os jovens investidores e os pequenos negócios.

Nós sabemos que cerca de 98% da do tecido empresarial da Região Autónoma dos Açores é constituído por micro e pequenas empresas.

Portanto, isto mostra bem a preocupação que a coligação tem com o nosso tecido empresarial, exatamente com os pequenos negócios, muitos dos quais são autoemprego, são negócios familiares e, portanto, têm uma dimensão muito pequena e isto mostra que temos uma atenção especial a este tecido empresarial, que emprega muitas pessoas em todas as nossas ilhas.

Todos nós sabemos que temos duas ilhas de grande dimensão pela sua demografia, pelo número de habitantes que tem, que será São Miguel e ilha Terceira, e as restantes pela demografia que tem, obviamente, tem uma economia mais fraca, menos dinâmica e, por conseguinte, o volume de negócios, a dimensão das empresas são, obviamente, empresas de menor dimensão e isto mostra claramente uma preocupação com essas ilhas.

Já anteriormente, antes da minha intervenção, outros deputados vieram falar de problemas da empregabilidade, dos salários, da miséria, pois eu questiono-me se estaríamos no Estado em que estamos, e todos podemos criticar e é legítimo que o façamos o estado de desenvolvimento que temos, mas eu pergunto-me se não fossem estes programas de apoio comunitários, se hoje estaríamos no patamar em que estamos?

Eu pergunto se estaríamos melhor do que o que estamos, apesar de todos os erros do passado, apesar de todos esses “tubarões que abocanharam as fatias de leão” de todos os Quadros Comunitários anteriores e deixaram pequenas migalhas para os pequenos negócios, apesar de tudo isso, eu pergunto-me se o nosso nível de desenvolvimento económico e social, hoje em dia seria o que temos se não fossem estes programas de apoio comunitário?

E, portanto, este é um documento enquadrador. Relativamente aos jovens investidores, é também uma preocupação da coligação, promover a fixação de jovens, sobretudo jovens, formados.

Portanto, tem um eixo específico para os jovens empreendedores exatamente com esse objetivo de criar condições para que, uma vez obtida a sua qualificação universitária de nível superior, possam regressar aos Açores e,

em qualquer das nossas ilhas, instalem-se criarem os seus negócios, criarem o seu emprego e gerarem riqueza.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário das Finanças, voltamos à nossa conversa de manhã, mas com outro assunto agora.

Eu estive a ler atentamente o diploma (e pode-me ter escapado, mas eu creio que não) e não encontrei nenhuma referência à forma de (e eu concordo com ela) que haja uma maior exigência de capitais próprios relativamente à aprovação dos projetos que decorrerão desse novo Quadro Comunitário de Apoio...

Deputado Carlos Silva (PS): Não está no DLR!

O Orador: ... e que fica materializado pelo Construir 2030.

A minha pergunta, Senhor Secretário, é: de que forma é que fica materializado, por exemplo, o facto de uma empresa ter um espaço físico seu, em que esse espaço conta com capitais próprios.

Imaginemos por hipótese:

A empresa X não tem armazém seu, mas tem 50 mil euros na conta à ordem.

A empresa Y tem zero euros na conta à ordem, mas tem um pavilhão que vale 200 mil euros.

De que forma é que podemos aqui articular um mecanismo que seja justo e que valido como 200 mil euros do pavilhão, a situação de que a empresa tem aquele capital próprio?

Portanto, eu acho que é importante que na análise dessas propostas, seja equacionado esse tipo de situações, porque elas fazem toda a diferença. Eu estou tentado pôr aqui, na prática, uma situação que pode acontecer e que deve ser analisada.

Portanto, na questão dos capitais próprios deve ficar avaliada. Portanto, não sei se o senhor já tem informação relativamente a este assunto, daquilo que poderá decorrer da regulamentação, mas eu acho que essa pergunta que faço é bastante pertinente e que merece informação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começando pelo Senhor Deputado Carlos Furtado, é uma questão pertinente e que remete para as regras contabilísticas.

Uma empresa, seja uma sociedade unipessoal, seja uma sociedade por quotas, pode fazer entradas em espécie para o seu capital.

E essas entradas em espécie estão reguladas por aquilo que é o normativo e, salvo erro, exigem naturalmente uma avaliação, exigem a certificação do Revisor Oficial de Contas e depois entram como espécie no capital da empresa e, para todos os efeitos, em termos contabilísticos, contam como capital próprio.

E, portanto, com esta explicação, penso que os esclareci.

Em relação à questão que foi aqui referida dos pequenos negócios, já houve apoios para micro negócios, que vão até 15 mil euros, com CAEs muito reduzidas, que se fosse um investimento acima de 15 mil euros já perdia a possibilidade de apoio.

O que nós aqui estamos a tentar é ter uma abordagem mais aderente àquilo que é a nossa realidade. Poder ser 50, 60 mil euros, vamos discutir isso também com as associações comerciais, alargar ao máximo as CAEs, porque pode haver uma CAE que não faça sentido estar abrangida em Ponta Delgada, mas faça sentido estar abrangida na Calheta de São Jorge.

Portanto, vamos ter que fazer estes pesos, mas isto depois, naturalmente, é matéria de regulamentação, que vai ser gerida e discutida também com associações empresariais, naturalmente, mas o objetivo é, conhecendo como conhecemos as realidades das nossas pequenas terras, criar condições para ter um instrumento que, se com 50 ou 60 mil euros pode fazer uma grande diferença numa freguesia qualquer, num concelho qualquer dos Açores.

Se calhar 50 ou 60 mil euros no centro de Ponta Delgada, ou no centro de Angra, não faz diferença absolutamente nenhuma,...

Deputado Nuno Barata (IL): Faz, faz! Então não faz?

O Orador: Relativa, tudo bem! Mas na Feteira aqui do Faial, se calhar faz mais diferença ou nos Cedros.

Deputado Carlos Silva (PS): Senhor Secretário, já era assim no passado!

O Orador: Faz diferença! E é esta sensibilidade, e também com a aprendizagem que tivemos, porque já se fez várias abordagens, várias tentativas, umas melhores decididas, outras menos bem sucedidas e.

Portanto, o que estamos a tentar, de facto, é ter aqui uma abordagem que possa dar resposta a isso.

Eu gostaria de também responder ao Senhor Deputado Carlos Silva porque colocou aqui uma questão pertinente que tem a ver com os apoios à exportação.

E não estão neste diploma, porquê?

Porque serão alvo de regulamentação própria, porque não são objeto de apoios de fundos comunitários, como se sabe. Têm, aliás, condicionantes por via da autorização genérica que nos deram destes apoios, mas têm que ser feitos com verbas do Orçamento da Região.

Portanto, vai ser feita também a regulamentação específica também com as aprendizagens que se fizeram para esta matéria.

Quando o Decreto Regulamentar Regional do Competir + for revogado pelo Decreto Regulamentar Regional do Construir 2030, nessa altura, teremos também já um DRR a prever a regulamentação dos apoios à exportação.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que não traz aqui a esta Assembleia?

O Orador: Em relação à digitalização, é evidente... Em relação à exportação, penso que já deram as notas claras de qual é a nossa abordagem e, portanto, a com a revogação do DLR do Competir + será enquadrado nos DRRs, porque é uma matéria que não tem a ver com o apoio ao investimento, por um lado, verdadeiramente não é apoio ao investimento, é apoio aos custos de contexto, eventualmente aos custos decorrentes. E por isso mesmo não é matéria de investimento, mas também por isso não é objeto de apoios comunitários.

Portanto, entendemos que poderíamos clarificar melhor assim e, portanto, penso que é razoável, embora salvo melhor opinião.

Em relação à digitalização, como dizia, naturalmente poderá ser inserida no conjunto de investimentos previstos no Construir 2030, mas também devo dar nota de que teremos agora, segundo a nossa proposta, por via do aumento das verbas do PRR, uma rubrica que não havia, no PRR inicial, específica e diretamente dirigida às empresas dos Açores para a digitalização e modernização.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Governo da república que era tão mau, tao mau!

O Orador: É algo de novo. Não estava previsto no PRR inicial.

Entendemos que deveria ser agora neste reforço, haver essa possibilidade, aliás, o Senhor Presidente do Governo deu indicações claras...

Deputado Carlos Silva (PS): Acho que não foi bem assim, foi o contrário!

O Orador: ... que nesta possibilidade de revisão temos de aumento de verbas, 56 milhões, desculpem, tanto no PRR como no REACT-EU, que globalizam as duas 95 milhões.

Tínhamos que apostar claramente na iniciativa privada, nas autarquias que tinham sido esquecidas, no PRR inicial e na descarbonização. Essa é uma evidência, porque é uma obrigação em função do REPowerEU.

Portanto é isto que está em causa e teremos apoios específicos para a digitalização e modernização das empresas, neste âmbito do PRR. A terminar a relação ao conjunto de propostas de alteração que aqui foram apresentadas, agradeço.

O Governo vê com bons olhos a grande maioria delas e, portanto, estamos disponíveis para aceitá-las e recomendar a sua aprovação, na grande maioria delas.

Há dois tipos de propostas que nos podem causar aqui problemas. Uma tem a ver com as regras nacionais de prazos, nomeadamente. Nós esperámos, o tempo que esperámos, porque foi no dia 22 de março que soubemos algumas condições específicas, embora, poucos dias antes tivéssemos conhecimento informal do *draft*, mas pronto, foi recente.

E há aqui prazos e regras têm que ser cumpridas, que não podem ser contrárias àquilo que está no normativo nacional.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é mais favorável!

O Orador: Outras matérias mais ideológicas que eu compreendo da parte do Bloco de Esquerda, não temos a mesma visão,...

Deputado António Lima (BE): O senhor não tem ideologia!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ter uma ideologia não necessariamente mau!

O Orador: Não temos a mesma visão.

Deputado António Lima (BE): Mas parece!

O Orador: Senhor Deputado António Lima, aceite que eu concordo que haja diversas ideologias.

Deputado António Lima (BE): Claro! Isso é verdade!

O Orador: Posso é não concordar com elas. Tudo bem!

Deputado António Lima (BE): Parece que só as nossas é que são ideológicas!

O Orador: Não, não! Só lhe lembro uma coisa que o senhor errou redondamente.

Quando fizemos há alguns meses há um ano ou dois atrás, a reforma das políticas de emprego ia ser o desastre, o descalabro, a arruína, a desgraça.

Ao fim e ao cabo, temos a maior população empregada da história da autonomia,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... o maior combate à precariedade da história da autonomia.

Deputado Carlos Silva (PS): Também tem o maior défice de sempre!

O Orador: Eu já só lhe peço que, apesar da abordagem ideológica que tem e que é aceitável, que dê um espaço do mínimo de confiança a quem já acertou quando o senhor dizia que ia falhar.

Portanto, poderemos ter isto também em vista.

Agora eu concordo com algo que o senhor disse, e o Deputado Nuno Barata disse.

E eu concordo com isto tão ou mais de qualquer um dos senhores.

Isto não pode ser sempre para os mesmos, não pode ser sempre para os grandes centros. Isto tem que se perceber o que é que são os Açores,

profundos, cada uma das suas terras pequeninas, para fazer, para desenhar propostas e negociar propostas que o reconheçam.

Ter um grande negócio em Ponta Delgada, na Ribeira Grande, ou em Angra,...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o negócio que o senhor tem então? Diga lá!

O Orador: ...não tem nada, absolutamente nada a ver, com um pequeno snack bar nos fóruns da Piedade. Não tem nada a ver!

Portanto, para o bem e para o mal, e para mim, para meu orgulho, conheço muito bem estas pequenas realidades,...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor é único que conhece!

O Orador: ... e é um pouco desta visão que está aqui na abordagem aos pequenos negócios.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra a Senhora Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional das Finanças e demais membros do Governo:

O que seria de esperar de um Governo que se diz, ou melhor, que se dizia amigo das empresas?

Esperaríamos que dissesse presente nos momentos mais difíceis, esperaríamos que fosse atento e bom ouvinte.

Mas rapidamente a realidade ultrapassa a ficção e essa alegada amizade traduz-se em mais de 15 meses sem um sistema de incentivos em vigor na Região Autónoma dos Açores, facto inédito nas últimas décadas, em mais de 15 meses de indefinição, quanto aos apoios, às majorações, às atividades e às regras a aplicar; em mais de 15 meses de incerteza quanto ao futuro.

E essa incerteza e indefinição, essa falta de estratégia acabam hoje com a aprovação deste diploma? A resposta é não.

A resposta do CESA e da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e dos demais parceiros consultados é clara: que nos últimos 15 meses, e nos próximos meses, continuam sem saber com o que contam, ou melhor, continuam sem poder contar com este Governo Regional.

Este Governo da coligação continua a ser uma fonte de instabilidade não só para as famílias como para as empresas, continua fechado sobre si próprio, sem corresponder em devido tempo às necessidades e aos alertas das empresas.

Não somos só nós que o dizemos.

Atentemos ao que diz o CESA:

“O documento proposto, é pouco materializado e generalista. O documento é omissivo quanto ao período de transição dos dois Quadros Comunitários de Apoio e o que, considerando o atraso verificado na implementação do Construir 2023, suscita dúvidas quanto à avaliação da elegibilidade das candidaturas e dos beneficiários neste período de transição, designadamente, se e de que forma será acautelada a respetiva retroatividade.”

O documento não diz nada e o Senhor Secretário nada disse.

O documento não esclarece suficientemente os termos do apoio nem as obrigações ao nível da digitalização, descarbonização e sustentabilidade.

O documento nada diz e o Senhor Secretário nada disse.

“O empreendedorismo, principalmente o que permite a realização de projetos de investimento por novos empreendedores que diversifiquem e regenerem o tecido empresarial, é um dos pilares defendidos no documento”, diz o CESA, “não obstante se encontrar pouco concretizado quanto ao tipo de projeto, áreas de apoio, montantes e condições de acesso ao mesmo”.

O documento nada diz e o Senhor Secretário nada disse.

Importa, por fim, referir que será igualmente importante considerar a economia social, nomeadamente as empresas do setor social, pela relevância e representatividade.

O documento nada diz, e o Senhor Secretário nada disse.

A Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada concretiza e diz mais.

Diz mais quanto às questões associadas à base económica de exportação: “não poderá de forma alguma haver um retrocesso nos apoios à exportação e internacionalização, antes pelo contrário, exige-se um reforço das políticas nesta área”.

O documento, nada diz, o Senhor Secretário nada disse na Comissão e volta a repetir a mesma argumentação hoje.

Neste sentido, e por tudo o que acabei de dizer, este é um Governo farto em promessas e parco na concretização.

Desde logo, Senhor Deputado António Vasco Viveiros prometeu maior alocação de recursos e de verbas à competitividade empresarial. E o que é que temos hoje?

Afeta menos recursos neste programa Açores 2030 a esta finalidade.

Mesmo naquilo que não estando definido na proposta que está hoje aqui em debate, o Senhor Secretário fez questão de anunciar, designadamente quanto aos capitais próprios (era importante esclarecer), a quem é que beneficia uma eventual regra de capitais próprio, estabelecer uma percentagem de capitais próprios’

As grandes empresas ou as pequenas empresas, como por exemplo as *startups* e os jovens empresários?

A quem é que beneficia essa regra?

Que regra é essa?

Não conhecíamos ontem e continuamos sem conhecer hoje pelas palavras aqui trazidas, e era importante que esta questão fosse devidamente clarificada. Falamos em apoiar os jovens empreendedores, falamos na importância do empreendedorismo.

A quem é que beneficia esta regra? E que regra é esta?

Remeto para a regulamentação é verdade.

O que seria expectável e que o Senhor Secretário anunciando isso como uma das grandes bandeiras desta nova regulamentação, fosse capaz de dizer em que é que se traduz esta componente dos capitais próprios nas diversas vertentes de apoio ao investimento e nas diversas tipologias de empresas que potencialmente dele beneficiarão.

Aguardo a sua resposta. Obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras Membros do Governo:

Senhora Deputada do PS, disse que o CESA foi claro.

Não foi nada claro. Muito pelo contrário.

Eu não vou falar da Câmara do Comércio, obviamente, porque devem ter uma proximidade e uma amizade bastante grande pelo seu Secretário Regional, Duarte Freitas, que adora as Câmaras do Comércio.

Mas o CESA fez um grande engano, exatamente a mesma coisa que este esta iniciativa, o preâmbulo, diz uma coisa. Comprei completamente. Comprei aquilo que estava a ser vendido, mas a parte resolutiva não consegue acompanhar aquilo que é uma ideia espetacular do que está no preâmbulo.

E o CESA fala sobre isso, mas de uma forma positiva que salienta que a proposta visa responder aos desafios com as alterações climáticas- e eu pergunto onde - eficiência energética – eu pergunto onde – e combate os gases com efeito de estufa, transformando, para além de necessário oportuno, um processo exigente e rigoroso da transição... (de se você quiser, peça a peça, palavra) e transição da economia regional para o momento sustentável e equilibrado em termos ambientais.

Nada da parte resolutiva diz sobre isto. Por isso, o CESA não é claro, porque, primeiro, diz de uma forma positiva, depois, mais tarde diz que o documento

não esclarece suficientemente os termos de apoio nem as obrigações ao nível de digitalização descarbonização – espera o CESA está a entrar num paradoxo.

Por um lado, diz que é positivo, por outro, não é positivo. Aquilo que o PAN quer dizer é que aquilo que está no preâmbulo não quer dizer absolutamente nada se não tiver na parte resolutiva, é apenas uma ideia. É uma vontade. Nós temos essa vontade e temos que acreditar que essa vontade irá fazer.

Por isso é que é aquilo que eu tenho que dizer sobre o diploma que por si só, não temos um alerta vermelho, o problema é que não está algo que devia ser totalmente verde e esse totalmente verde é aquilo que nós temos como uma parte evolutiva, aquilo que nós temos para não ser o pensamento absolutismo relativamente àquilo que nós precisamos de que são só ideias e discursos políticos, de transição digital, alterações climáticas, a discriminação.

Mas acreditem, Senhor Secretário Regional, há uma coisa que lhe prometo e obviamente, que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas, eu não vou fazer que é obviamente mostrar as minhas nádegas como fizeram hoje para os anos 50 anos do PS, relativamente a que não há planeta B.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, também, dirigir uma palavra de felicitações ao Partido Socialista pelos seus 50 anos.

É um grande partido democrático, um partido fundamental para o sistema democrático português, e açoriano, e por isso estas felicitações sinceras, de um partido quase tão antigo como o vosso, mas cujas origens remontam-se a D. Afonso Henriques e por isso, por isso, como é evidente, da minha parte,

dentro daquilo que é o espírito do debate democrático, quero deixar aqui essas felicitações ao Partido Socialista.

Em relação à matéria, discordo com o Partido Socialista em relação àquela que é a perspetiva do Partido Socialista. A verdade é esta: nós conseguimos convergir e aproveitámos os fundos europeus ao longo destas décadas para convergir com a Europa, para recuperar o nosso atraso económico e social? A resposta é não!

O Partido Socialista teve tempo para o fazer? Teve! Teve 24 anos! 24 anos e milhões de euros, ao longo destas décadas, muitos milhões, para conseguir alcançar estes resultados. E a verdade é que se tiver que fazer uma análise, ao longo destas décadas daquilo que aconteceu, ninguém nenhum economista, nenhum historiador irá alguma vez referir que estas estão por parte do Partido Socialista aos ao longo dos últimos 24 anos, resultou. Não resultou e por isso a estratégia tem que ser diferente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Claro, está à vista!

O Orador: O Partido Socialista, na sua primeira intervenção, fez aqui o seguinte, pela voz do senhor deputado Carlos Silva, veio aqui dizer, nós fizemos assim, nós fizemos assado, nós fizemos isto, nós obtivemos os resultados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que eu lhe quero dizer, Senhor Deputado, nós não vamos fazer igual ao que o Partido Socialista fez, pela simples razão de que não resultou Senhor Deputado, não resultou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, por isso vamos fazer diferente e começámos, desde logo, por fazer diferente do ponto de vista do contexto macroeconómico.

É evidente que neste momento, a nossa responsabilidade coincidiu com uma crise, com a provocada pelo COVI e também por uma crise internacional

provocada pela guerra, pela invasão da Rússia ao território ucraniano e por isso, evidentemente, existem estas condicionantes.

Isso nós não podemos controlar. São fatores externos que não conseguimos controlar, mas o que conseguimos controlar, já o começámos a fazer de forma diferente.

Por exemplo, em relação à carga fiscal, porque se nós queremos promover o investimento, se queremos aumentar a produtividade, se queremos ser mais competitivos se queremos criar emprego, se queremos promover ganhos de produtividade, se queremos alcançar estes resultados, o que nós temos que fazer – e nós acreditamos nisso – é também apoiar estas medidas que aqui o Governo apresenta, esta linha estratégica com um contexto favorável. O contexto favorável é um contexto de redução da carga fiscal e isso já nós fizemos e fizemos contra aquilo que pensa o Partido Socialista e contra o voto da bancada do Partido Socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Começámos a fazer diferente. Começámos a criar um contexto diferente e, por isso, o que eu considero é que em relação a este plano estratégico, já estamos a obter resultados diferentes, como por exemplo, conseguimos o maior número de empregados da história dos Açores, no contexto de uma grave crise internacional e de uma crise inflacionista.

Conseguimos este resultado num contexto tão difícil. E são resultados que devem ser aqui referenciados.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os números falam por si!

O Orador: V. Exas, o que nos dizem é: bom, já referiram tantas vezes essa questão do emprego, mas essa questão essencial é ou não é o resultado muito significativo, muito importante conseguir obter o maior número de empregados da Região Autónoma dos Açores.

Isto é um resultado espetacular, o que demonstra que estamos a fazer e que estamos no caminho certo e também em relação aos índices económicos

vamos com 20 meses consecutivos de crescimento de crescimento. Isto é muito significativo.

São resultados que mostram que a estratégia é correta.

Do ponto de vista do ponto de vista daqueles que são os objetivos que estão aqui traçados por parte do Governo Regional.

O que vos posso dizer é que considero que os objetivos, são uma estratégia inovadora em muitos aspetos, nomeadamente, por exemplo, aspeto aqui que já foi referenciado do apoio aos pequenos negócios, que é fundamental numa região, como a nossa, em que é necessário, em que nós temos um tecido empresarial, temos um disperso, com dificuldades que têm a ver com a nossa dispersão territorial.

É uma dispersão territorial de 600 km de pequenas ilhas com pequenas populações. Portanto, é necessário ter um cuidado fundamental para que todas as ilhas possam desenvolver os seus próprios tecido económico e o seu tecido empresarial e é isso que nós estamos a fazer.

A aposta na digitalização a aposta também nas questões ambientais, a aposta na modernização tecnológica, a aposta na formação de ativos, ou seja, nós o que estamos a fazer, estamos a fazer bem, porque na formação de ativos, por exemplo, nós só estamos a alcançar estes resultados em relação ao emprego, porque evidentemente alterámos também os pressupostos no âmbito da formação e da integração das pessoas no mundo do trabalho. Estamos a fazer bem e por isso é que os nossos resultados são melhores que os vossos, nesta questão da criação do emprego.

Finalmente, quero também referenciar-vos que acredito nesta estratégia e acredito, desde logo, porque ela é visível.

É difícil às vezes acreditar em coisas que não se veem.

Eu percebo. Mas a nossa estratégia, os resultados estão aí para quem quer ver e esses resultados são meus senhores, o maior número de empregados da história dos Açores.

Esta estratégia é também, ao contrário do que o Bloco de Esquerda dizia, a diversificação da nossa economia.

Vossa Excelência refere: bom, o turismo está a crescer!

É algum problema que o turismo esteja a crescer e que esteja quase todos os dias, quase todos os dias, a obter prémios de excelência a nível internacional? Há algum problema?

Não há nenhum problema, mas ao mesmo tempo mantém, por exemplo, um setor, um setor primário extremamente forte e sólido na Região Autónoma dos Açores e tem um conjunto de outros setores ligados ao conhecimento que também estão a crescer e que são apostas deste governo.

Por isso, este é o caminho, este é o rumo, Senhor Secretário, isto é de facto aquilo que tem que ser feito e é por isso que nós recebemos o apoio de instituições como a UGT, ou a ACRA, ou do próprio Conselho Económico e Social que eu interpreto, o texto do texto do Conselho Económico e Social como um texto de facto, que também considera que aqui o que se está a propor é algo que é positivo e que está bem planificado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu ouço frequentemente, ouvimos todos, uma frase e que às vezes, me ficar apreensivo: um Governo amigo das empresas.

Eu acho que as empresas não precisam que o Governo seja seu amigo.

O que as empresas precisam é que o Governo não seja seu inimigo. E não seja seu inimigo como? Por exemplo:

Quando os apoios vão –eu sei que está muito atenta, eu gosto disso, Senhora Deputada...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sempre atenta ao que o senhor diz.

O Orador: Sempre!

Quando os apoios vão para os tais mesmos, os tais mesmos que criam negócios, que criam concorrência desleal aos negócios que já existem, pequenos negócios, familiares unipessoais, normalmente pessoas que nunca receberam um apoio, porque a única coisa que fizeram foi acordar de manhã e começar a trabalhar, que é uma coisa que pouca gente às vezes sabe, mas tem que ser, há empresas na nossa terra e isto é preciso ser dito, que só estão vivas, porque foram consequentemente forradas de subsídios. Uma coisa, é um apoio.

Para mim um subsídio é dinheiro atirado ao lixo e que só serve para alimentar algumas boquinhas normalmente do dono da empresa e seus parentes e adorantes.

Para mim, os verdadeiros empresários, os nossos heróis, são aqueles que têm uma ideia de negócio que é viável, que funciona, que vai para a frente e que, para muitas vezes, poder fomentar poder crescer precisa de algum apoio.

Se eles existem, obviamente. Agora não podem ser os apoios para uns e para outros, simplesmente o escuro, simplesmente não existir, simplesmente ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não se preocupe Senhor Deputado. Vão passar a existir apoios para o lançamento de CD's e edição digital!

O Orador: O senhor quer falar inscreve-se? Se quiser! Se não estáá caladinho!

Nós não podemos é criar esta concorrência desleal e eu quero chegar aonde com isto.

Eu quero chegar uma das coisas que os empresários muitas vezes dizem: Se não têm pronto um contabilista atento, um contabilista que conhece os processos, que conhece a burocracia, como é que vamos fazer esta divulgação, como é que vamos chegar às empresas, às pequenas empresas, que é o que mais me preocupa, e a seguir, como é que fazemos a fiscalização? Porque isto só dar o dinheiro sem fiscalizar, isto é que me dar dinheiro a miúdos, não é?

Nós temos essa obrigação. O dinheiro não é infinito, o dinheiro não é infinito. Agora e dentro daquilo que é o que eu acredito, muito mais subsídios, nós precisamos de ajudar as empresas, reduzindo aquilo que é o maior drama: a carga fiscal que as empresas têm, que é excessiva, e que faz muitas vezes não poder aumentar aquilo que era mais que justo, o ordenado de quem lá trabalha.

É que ainda todos nós falamos nisso quase todos os dias, que é, aumentar o ordenado, pode ser um empregado receber menos.

Aumentar o ordenado pode não ser a sobrevivência da empresa. Porquê? Porque nós temos uma carga de impostos, das obrigações, de segurança social tão pesada, tão pesada, que não há apoio que nos valha.

As empresas muitas vezes só não crescem porque não conseguem dar um passo em frente. Só não dão melhores ordenados, porque não conseguem dar o passo em frente.

Agora também uma coisa é certa, quem cria emprego e emprego a série, emprego de futuro é garantidamente as empresas.

Nós não vamos empregar as pessoas todas no Estado. Isto aqui não é a União Soviética e não é a visão e que eu tenho para isto.

Muito bem que se façam – dá-se o benefício da dúvida – novos programas, que se utilizem novos apoios, mas Secretário, divulgação e fiscalização, duas coisas fundamentais, porque quem não tem um bom contabilista, ou quem não tem uma pessoa expert nesta matéria, o subsídio passa-lhe à porta, ele não

sabe dele e o vizinho que já recebeu cinco passa a receber o sexto, sétimo, oitavo e o mais certo é aquele mais pequenino fechar a porta no dia a seguir. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Agradecendo as questões colocadas e os contributos aqui explicitados, deixo 2 ou 3 notas no âmbito da discussão na generalidade deste diploma.

É preciso também contextualizar (já contextualizei nos termos do caminho das regulamentações nacionais e regionais relativamente ao Programa Açores 2030) e de facto, menos de um mês depois de termos a regulamentação nacional, que é imprescindível, já temos aqui a oportunidade para apreciar o diploma, para que não aconteça, como aconteceu no passado, na anterior mudanças de quadros, que tiveram que rever o DLR.

Deputado Carlos Silva (*PS*): E então? É essa a função da Assembleia!

O Orador: Houve projetos, voltaram atrás, tiveram de ser refeitos e, portanto, foi esse o nosso objetivo, por um lado. Por outro lado, porque os esforços de todos nós, desde logo e em primeiro lugar, dos empresários, vão no sentido de, face às dificuldades, que existem, de preços de abastecimento, de construção civil, concretizar aquilo que está aprovado no âmbito do Competir+. E esse é um enorme desafio, um enorme desafio.

E esperamos que ele tenha sucesso, que não se percam verbas, que não haja projetos prejudicados, mas a verdade é que estamos todos focados e canalizados nesse sentido, mas até ao verão, quando estes projetos têm que estar terminados também é até a essa altura que, felizmente vamos ter um novo sistema de incentivos.

Mas gostaria também de dar nota do seguinte, estes 360 milhões de euros que temos para financiar este Construir, 2030, estão envolvidos não só em opções estratégicas, mas também nalguns caminhos que já foram sendo trilhados.

E eu posso (já falei de alguns) falar de alguns outros no seguimento, aliás, questões colocadas pelos senhores deputados relativamente à chegada da informação ao nosso tecido empresarial. Isto é muito relevante, muito, muito, relevante, porque os consultores fazem facilmente chegar as informações aos promotores, mas para haver consultores, é preciso haver promotores com dinheiro.

E quando os promotores não têm tanto dinheiro, os consultores não estão disponíveis para ajudar da mesma maneira e levar a mesma informação.

E por isso, fizemos uma aprendizagem que devo dizer, foi muito eficaz de relacionamento próximo, por exemplo, com a Ordem dos Contabilistas Certificados que já aqui referi.

Esta aprendizagem que fizemos tem uma importância na difusão capilar da informação, na recolha também de contributos e deduções e funciona (já temos essa experiência) numa regra regular de reuniões *webinars* consertados com a Ordem dos Contabilistas Certificados, onde se recolhe a informação e que vamos incentivar e incrementar naturalmente, a partir de agora, não só para podermos afinar com as câmaras, com as associações comerciais, mas também com os contabilistas certificados, a Ordem dos Economistas podemos afinar as Propostas de Decreto Regulamentar Regional,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É a prova de que não era preciso a nacional!

O Orador: ... sendo o mais próximos possíveis daquilo que o nosso tecido empresarial necessita.

Mas dizia, isto tem que ser visto nesta envolvência, tem que ser visto também na envolvência da Rede Integrada de Apoio ao empresário, uma nova solução

que foi criada pelo XIII Governo e que tenta em cada uma das nossas ilhas, levar a informação diretamente aos empresários.

Os pequenos negócios, por exemplo.

Os pequenos negócios, por exemplo, fica aqui clara a intenção do Governo em relação aos pequenos negócios é não ter (repito: em relação aos pequenos negócios, a nossa intenção é não ter) exigências de capitais próprios, porque senão aí já poderíamos estar a matá-los.

E, portanto, fique claro para as Senhoras e Senhores Deputados, apostamos muito , muito, muito, nos pequenos negócios, apostamos nas redes integradas de apoio ao empresário e nas relações com os técnicos de contas, com os economistas e com os empresários em geral, com as associações comerciais, apostamos muito para fazer chegar a mensagem destes pequenos negócios, mas, repito, a nossa intenção é que, no subsistema dos pequenos negócios não haja exigência, de capitais próprios.

E há mais do que isso, teremos a Rede Integrada de Apoio aos Empresários disponíveis até para ajudar os empresários a preparar os projetos para, de forma simplificada, poderem aceder aos apoios.

Dou nota também, nesta abrangência que estava aqui a falar, que estamos a preparar novas plataformas informáticas, que tem que ser com paginadas, com aquilo que se passa no portal dos fundos, no plano nacional, para poder correr todo este sistema em cima dessas plataformas, de forma eficaz e o mais desmaterializada possível.

Presidente: Senhor Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Termine já, Senhor Presidente.

Dar nota também que, em relação à digitalização, já o referi do PRR da verba que teremos agora.

No âmbito do PRR, o capital participativo Açores, que estamos a desenhar e a finalizar a negociação com os bancos e com o Banco Português do Fomento,...

Deputado Carlos Silva (PS): E então? É essa a função da Assembleia!

O Orador: ... contamos que contamos que este capital participativo Açores, como sabe ideia inovadora no Plano Nacional, eu penso, Senhor Deputado, está a parabenizar o Governo por esta ideia inovadora, ideia inovadora, o programa nacional de capital participativo Açore, aliás, elogiada em órgãos de comunicação social nacionais,...

Deputado Carlos Silva (PS): Já passou um minuto e o senhor estar a falar, mas não fala do diploma e o Senhor Presidente não chama a atenção!

O Orador: ... com este sistema com verbas do PRR, vamos poder também noutra mão ser mais exigentes em capitais próprios.

E termino só dizer isto, tal como a nossa intenção, em termos de regulamentação é, não ter exigências de capital para os pequenos negócios para os outros três subsistemas, ter exigências de capitais entre o 20 e os 25%. Depois vamos ver ao pormenor se é tudo a 20 se é tudo a 25.

Se há diferenças, mas também fica aqui claro para quem colocou essa questão, qual é a intenção do Governo que vai ser depois afinada neste procedimento final, sendo que esta exigência para os 3 subsistemas e que nada para os pequenos negócios, tem na outra mão a faculdade do capital participativa Açores, a tal ideia do inovadora...

Presidente: Tem que terminar, Senhor Deputado, faz favor.

O Orador: os parabéns ao Grupo Parlamentar do PS, porque vamos implementar também.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

Duas notas relativamente àquilo que se foram as intervenções do Senhor Deputado Carlos Silva e da Senhora Deputada Andreia Cardoso.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Andreia Cardoso, e na referência que fez relativamente à redução de verbas por baixo, tenho que recordar aquilo que foi um debate aqui no Parlamento, em março de 2022, em que se discutia a anteproposta do 2030...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que é que se dizia?

A Oradora: ... e nessa proposta há dados que condicionaram aquilo que eram as verbas disponíveis.

Desde logo, o FEDER teve -130 milhões de euros, ou seja, passou do anterior....

Deputada Andreia Cardoso (PS): E confirma!

O Orador: Passou do anterior, 2020.

Isso foi explicado na altura, passou do anterior 220, de 820 milhões para 690 e foi acrescentada uma condição que, no objetivo de hoje, 30% das verbas tinham do FEDER tinham que ser afetas à promoção, da sustentabilidade ambiental.

Mas ainda assim, Senhora Deputada, há um reforço equivalente no Fundo Social Europeu e, portanto, as empresas também têm acesso a verbas do Fundo Social Europeia. Ou seja, no global, esta questão não se coloca do ponto de vista da redução de fundos.

Deputado Carlos Silva e Deputada Andreia Cardoso (PS): Coloca-se! Coloca-se!

O Orador: Agora é bom que se diga, e aqui volto ao Senhor Deputado Carlos Silva, o Senhor Deputado Carlos Silva, o Partido Socialista e o Governo, ao longo da legislatura, anunciou aqui, permanentemente, centenas e centenas de milhões de euros de investimento privado em candidaturas.

Mas vamos aos números:

Está no Boletim Informativo, informação pública, do Programa Operacional 2020.

O Senhor Deputado falou entre em 31/12, de 2020, investimento elegível aprovado, 586 milhões de euros (em 31/12/2020, e o FEDER, correspondente àquela verba, fundos comunitários, 3500 milhões de euros, e pago 164.

E o que é que se passou em 31/12/2020 e 31/12/2020?

Ora o investimento elegível teve um aumento de 59%, passou de 586 para 934 e o FEDER passou 350 para 454, e o FEDER pago de 164 para 205.

Ou seja, apesar da ausência da entrada em vigor do atual Quadro Comunitário, do atual programa, existiam candidaturas abertas do 2020, e que foram bastante concorridas, ou levando ao crescimento em 2 anos em 59% relativamente ao que eram as candidaturas aprovadas nos 6 anos anteriores.

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, isso mostra que o setor empresarial respondeu e que aquilo que é a narrativa...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi desmentido pelo Diretor Regional!

O Orador: Não, não foi! São os dados publicados.

A narrativa que tem sido permanentemente transmitida de que os empresários estão há 14 meses sem candidaturas,...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas vai para mais!

O Orador: ... não é verdade, porque não estavam no novo Quadro Comunitário, mas tinha um Quadro em vigor, o qual teve aqui os dados com um aumento brutal das despesas elegíveis .

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta é a realidade relativamente àquilo que é o futuro, nós não podemos esquecer, infelizmente, o passado da última década. O investimento, a formação bruta de capital fixo, baixou, desde 2005, houve mais 2 anos que tiveram bons resultados, mas há aqui um decréscimo muito significativo de uma década.

Isso não é culpa só do Partido Socialista. Aconteceu na região e é um desafio que se levanta ao atual Governo e à atual geração, que é um há de facto um aumento substancial do investimento ou nós não convergimos nem com o país, nem com a Europa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um desafio fortíssimo e basta olhar para os números, Senhor Deputado, estão no SREA.

Nós, por exemplo, dou-lhe um dado. Em 2005, a formação bruta de capital fixo foram 1.243 milhões de euros, correspondendo a 38% do PIB.

Em 2020 (não temos os dados de 2021), mas em 2019 e 2020 foram 712 milhões em 2020 e 672.

A região não consegue crescer com os dados da última década e esse é um desafio deste Governo, de todos nós, das empresas e sem alterar esta situação, nós não crescemos.

Agora nós não podemos é tirar foguetes como os senhores fazem com resultados desses. É perfeitamente demagógico. O caminho é diferente ou nós continuamos a ser dos piores da Europa.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário Regional, eu lamento que o senhor não tenha mais tempo porque existem, dúvidas que ficaram por esclarecer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já não tem tempo!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Na especialidade podemos falar!

O Orador: A questão dos capitais próprios não foi explicada e essa é uma matéria muito relevante e que pode condicionar o investimento de pequenas empresas, de empresas de jovens investidores.

E isso não fica acautelado com o DLR que está aqui em apreciação, até porque, mais uma vez, o Secretário confirma: diz uma coisa que não está preconizada no diploma que está em apreciação. E isso é algo que nos preocupa e reflete bem aquela que tem sido a falta de transparência do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: Relativamente àquilo que disse o Senhor Deputado António Vasco, e também Paulo Estêvão, começando pelo Deputado Paulo Estêvão, depois de o ouvir fiquei com a convicção que o senhor não leu o diploma.

Quase nem abordou o conteúdo do diploma...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lhe respondo!

O Orador: ... e depois vem com dados que não correspondem à verdade. Diz que vai fazer diferente, que isso preconiza uma mudança de paradigma, que a economia regional está a crescer mais do que no passado.

Ó senhor deputado o senhor deve andar desatento, mas o PIB dos Açores foi o que menos cresceu no país em 2021. Em 2021, o PIB da Região Autónoma dos Açores foi o que menos cresceu no conjunto do país e ficou abaixo da

média nacional. Isso é factual. Mais! Em relação à convergência com a União Europeia, os Açores nem convergiram, como pior, divergiram e recuaram a níveis, (imagine-se!) de 1998, com o PIB per capita de 2021.

Isso é um dado preocupante e traduz um retrocesso face àquilo que estava a acontecer.

Se é verdade que nós não conseguimos alcançar os resultados que queríamos ao nível de convergência com a União Europeia, e a convergência que conseguimos foi *ténue* o que os senhores fizeram em apenas 2 anos é muito preocupante e traduz um retrocesso de mais de 20 anos relativamente à convergência do PIB per capita.

Isso é factual e também entregarei à Mesa para distribuir às Senhoras e Senhores Deputados.

Em 2021, dados do PIB per capita recuaram de:

- 2020, 67,2

- 2021 65,8 (recua para níveis de 1998).

Isso é muito preocupante e isso resulta exatamente (muito obrigado) das vossas políticas e dos resultados que elas estão a gerar para os açorianos e isso é muito preocupante.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito pelo contrário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Senhor Deputado António Vasco Viveiros, o Senhor Deputado, fala da importância do investimento privado, fala da importância do investimento Público também. É verdade, são importantes. O privado é importante, mas o investimento público também potencia o investimento privado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso era a receita de Sócrates!

O Orador: Isso é sobretudo numa economia pequena como a nossa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E o que é que aconteceu?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era a receita de Sócrates

Deputada Andreia Cardoso (PS): Saraiva!

O Orador: O Senhor Deputado Joaquim Machado está novamente com vontade de participar no debate. Inscreva-se ainda tem tempo, e creio que terá contributos, certamente valiosos para o debate.

Eu estava a dizer que o investimento público, numa região como a nossa, é um fator que potencia o investimento privado, quer o investimento público, mas também os sistemas de incentivos ao investimento.

E a verdade é que os dados que têm sido trazidos pela atual governação são preocupantes.

Nós temos um corte no investimento público muito significativo. Nós temos um corte das verbas para a competitividade empresarial. Nós temos uma ausência de sistemas de incentivos ao investimento de mais de 14 meses e seguramente chegará a 15 ou 16 meses, pelo menos.

E, portanto, tudo isto é factual.

Tudo isto nos preocupa e resulta de uma opção do vosso Governo.

E os resultados não são bons e o futuro ainda é mais preocupante com aquilo que estamos aqui a assistir.

Por último, Secretário Regional, apesar de não ter tempo, tenho que o referir. O Secretário abordou por diversas vezes que tem participado em *webinars* com a Ordem dos Contabilistas Certificados. Isso é positivo. Mas a pergunta que se impõe é: perante o parecer da Ordem dos Contabilistas, a esse diploma, o Governo Regional não discutiu previamente o diploma com a Ordem dos Contabilistas Certificados?

Não discuti com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo com o Conselho Económico e Social ou as reuniões são apenas para propaganda?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso era a vossa receita!

O Orador: É que não basta estar lá, é preciso discutir os diplomas que são relevantes como este e aparentemente isso não foi tido em consideração.

Isso é também uma marca negativa da vossa governação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

Sei que o Governo não tem tempo e não vou interpelá-lo, mas não posso deixar também de responder àquilo que o Secretário das Finanças a referiu numa das suas intervenções. Quando diz que não aceita (e é legítimo), e não concorda, com algumas das propostas de alteração, nomeadamente as do Bloco de Esquerda, porque são ideológica, eu respondo, da mesma forma: o Bloco de Esquerda não concorda com esta proposta do Governo, porque ela é ideológica, tem a ideologia que subjaz a este Governo e a sua estratégia de desenvolvimento para a região com a qual nós não concordamos.

Por isso é tão ideológica a sua proposta como são as nossas

E sobre esta matéria também é preciso que fique claro, porque às vezes parece que só alguns é que têm ideologias q eu os outros são uma espécie de anjos, que estão acima das ideologia e isso também devo dizer que é muito perigoso para a democracia quando se quer retirar a ideologia das decisões políticas.

E também não posso deixar de registar, que é curioso que o Governo passem, debate após debate, a dizer cobras e lagartos das anteriores políticas, dos governos do Partido Socialista.

Mas nesta proposta as similitudes, entre aquilo que insistia, a nível de incentivos às empresas, que é o Competir + e esta proposta, são por demais

evidentes. Há ligeiras diferenças, diferenças essencialmente técnicas, mas no que diz respeito a essa tal estratégia, a essa tal ideologia, a diferença é absolutamente nenhuma.

Ou seja, aquilo que tanto criticam, afinal, são mais procedimentos e pormenores técnicos do que a questão de fundo, que é a ideologia que subjaz e a estratégia de desenvolvimento que têm para a região, porque nisso, esta maioria, não difere muito dos anteriores governos do Partido Socialista.

Aliás, vamos ver os números:

Esta maioria vinha com uma revolução a nível dos impostos que iria combater a pobreza, melhorar o abandono escolar na região e vemos os últimos dados da pobreza nos Açores. Em 2021 subiu 3,8 pontos percentuais, subiu a desigualdade na região, subiu a diferença entre os que mais ganham e os que menos ganham.

E isso tudo, Senhor Secretário, apesar dos níveis de emprego que nós temos e ainda bem que temos, mas como vê a não se alterar este estado de coisas, em não se alterar este tipo de política que efetivamente dá sempre aos mesmos de sempre e cada vez mais, só leva a que a pobreza aumente e as desigualdades aumentem, e a estratégia do Governo, como se vê, está à vista pelos números, (oxalá mude, mas está à vista pelos números) que não está a resultar muito.

Obrigado, Senhor Deputado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Deputado Carlos Silva:

Diz Vossa Excelência que parece que eu não li o documento. Posso lhe garantir que o li, que o analisei. Agora eu tenho a certeza que Vossa Excelência para fazer a análise que fez, deixou muita coisa por ler isso.

Disso eu não tenho dúvida ao longo do seu período de formação.

É evidente que quem diz o que diz, pois a resposta não pode ser sempre com os índices de cortesia que eu gosto de manter aqui no Parlamento, mas eu acho que esse é sempre um argumento que eu não penso que possa ser utilizado em relação a quem tirou conclusões diferentes dos documentos, não se pode dizer que não se leu. Portanto isso eu não aceito e, apesar de tudo, estou a dar-lhe uma resposta fofinha, porque eu tinha aqui outra.

Senhor Deputado, se o senhor estava à espera, que em 2021, se pudesse alterar, se estava à espera de um milagre que não se alcançou em 24 anos de governação do Partido Socialista, estava à espera que um comboio em andamento cheio de freios, que em 2021 já fosse possível alterar o paradigma, os efeitos de 2021 foram provocados pelas vossas políticas ao longo de 24 anos.

E digo-lhe já o que se vai notar, Senhor Deputado, é que consequências teve, por exemplo, a diminuição dos impostos a que nós procedemos. Isso é que se vai medir, em vários índices.

Para já, Senhor Deputado, há dois resultados que Vossa Excelência não contestou e que eu lhe dei: primeiro o maior número de empregados sempre da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que acha que isso se alcançou com políticas erradas?

Nós alcançámos os melhores resultados de sempre em apenas dois anos, Vossas Excelências não conseguiram alcançar em 24 anos de Governo, Senhor Deputado, este é que é o dado relevante a criação de emprego. E a criação de emprego mostra a vitalidade da economia dos Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Deputado, 20 meses consecutivos com os índices económicos a crescer, senhor deputado. É uma economia degradada, uma economia cujas políticas estão erradas, que consegue isto, que consegues este crescimento ao longo de todos estes meses Senhor Deputado.

Estes são os factos incontestáveis que Vossa Excelência deveria analisar.

Sabe qual é o seu problema? Se não consegue ter uma análise independente, tem que dizer mal do Governo, sempre em qualquer circunstância, tem que dizer mal do Governo, se fizer uma análise independente, uma análise isenta, aumenta a sua credibilidade aqui neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado. Está inscrito o Senhor Deputado António Vasco Viveiros, a quem deu a palavra? Senhor Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Carlos Silva, utilizou os dados de 2021, é legítimo, relativamente à convergência e, de facto, baixou de 67, da média Europeia, em 2020 para 2021, e em 2000 estava em níveis de 1999. Mas vamos àquilo que interessa.

Em 2021, o PIB do país cresceu +0,5 que o da região, país cresceu 5.5, nós recebemos 5%.

O problema é que a convergência também tem a ver com aquilo que evoluíram os outros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sempre foi assim, não é só hoje!

O Orador: É evidente que a recuperação da crise económica do Covid não foi homogénea em toda a Europa, nem foi tão intensa em todos os países.

Portanto, tirar conclusões das políticas deste Governo,...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor tirava todos os dias!

O Orador: ... quando teve um plano aprovado em maio, e entrou em vigor em junho de 2021. Não é correto.

É evidente que nós temos vários anos para analisar aquilo que são os resultados do Governo e estes não são naturalmente bons, mas eu tenho que recordar aquilo que era a ambição do Partido Socialista e recuamos a 2007.

Na aprovação do Pró-Convergência, aqui, na Assembleia, o que disse o responsável do Governo, em matéria de objetivos de convergência, foi que no vigor do Pró-Convergência 7 anos, o que foi dito foi que o PIB da região, iria crescer 70% e cresceu 15 ou 20% nos 7 anos.

E aquilo que é o objetivo, no 2020, aprovado em 2014, é que a Região, em 2020, estaria entre 80 e 85% da média Europeia e ficou em 67%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta a realidade se continuar nos próximos anos, não é boa para ninguém, não é boa para o sucesso desse Governo, para avaliação do governo, não é boa para os açorianos.

Agora não podemos é passar um pano naquilo que foram os últimos 20 anos e é isso que o senhor tentou fazer falando de 2021, como se tivesse sido o pior ano de sempre.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi em resposta ao Senhor Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: O Senhor Deputado Paulo Estêvão o que tem falado é no índice de atividade económica que de facto, em 21 meses, tem aumentado e nós esperamos com expectativa, aquilo que serão os resultados do PIB em 2022.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor. Tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Estamos a terminar aqui o debate na generalidade.

Ainda guardando algum tempo para debate na especialidade, não podia deixar de, em primeiro lugar, Senhor Secretário Regional, e dando resposta a uma pretensa resposta que nos deu a propósito das *startups*, startups e pequenos negócios são coisas distintas, e era importante também clarificar esta questão e só dizer que sempre houve apoios a pequenos projetos.

Sempre houve apoios a pequenos investimentos!

E o que acontecia antes era que as candidaturas a microprojetos eram simplificadas, designadamente em matéria de estudos de viabilidade económica.

Importa dizer, e eu acho que é importante que terminando esta fase, é fundamental que se perceba que, por um lado, o Governo Regional, quando coloca a discussão, esta proposta que está hoje em debate, devia e não o fez, colocar à discussão a regulamentação com os parceiros, de maneira a que de facto fosse transparente e claro o que é que era expectável e o que é que é expectável de apoios públicos em matéria de investimento privado para os próximos anos, coisa que aconteceu no programa anterior e que não aconteceu agora e isso é por todos os parceiros assinalados como um aspeto negativo.

Continuamos sem saber o que é que nos espera.

Todas as informações prestadas pelo Senhor Secretário vão exatamente nesta linha.

Hoje, o Senhor Secretário não sabe ainda o que tem para oferecer aos empresários da região nos próximos anos em matéria de apoio ao investimento privado.

Isso é profundamente negativo.

Já estamos em 2023, a meados de 2023, e continuamos sem ter qualquer perspetiva sobre o que é que o Governo e em que medida é que o governo será parceiro dos privados em matéria de investimento nos próximos anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: A indefinição é tão grande, Senhor Secretário, não só em matéria de regulamentação, como em aspetos que são cruciais.

O Senhor Secretário diz que vai apoiar, vai continuar a apoiar a exportação e que até vai haver um reforço.

Em quê?

O Secretário esteve na Comissão e não sabia concretizar e hoje continua sem saber concretizar.

Falou-se aqui, que isto é uma mudança estrutural no apoio à digitalização.

Em quê?

O senhor Secretário inclusivamente remete para apoio do Governo da República, quando o Senhor Secretário em comissões, designadamente em comissões de inquérito desta Assembleia, já nesta legislatura, foi profusamente negativo quanto a apoios ao investimento privado na região por parte do Governo da República, quando, afinal, o senhor está empurrar os empresários para apoios do Governo da República.

Era importante clarificar estes aspetos.

Foi o senhor que informou a Câmara de Comércio do PRR.

Foi o senhor que disse que era profundamente negativo a negociação que tinha sido feita pelo anterior governo e o senhor empurra os empresários da região novamente para a mesma solução.

Portanto, Senhor Secretário, continuamos com uma enorme indefinição. Isso é péssimo em termos de investimento privado.

É péssimo para o desenvolvimento da região e, sobretudo, muito mau no enquadramento em que a região se encontra, em que o país se encontra e em que a Europa se encontra. Era fundamental o Governo ser um ponto de estabilidade e não um fator de instabilidade. Obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):

Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Secretário, já não tem tempo, mas eu recordo aqui aquilo que foram as declarações dele no início.

O diploma nacional que permite o enquadramento...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... do atual da DLR...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Este foi apresentado antes!

O Orador: ... foi aprovado a 22/03/2022.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor já tinha entregue este! Já estava à espera!

O Orador: E eu recordo à Senhora Deputada Andreia Cardoso, (não sei se fazia parte, ou se estava, mas o Senhor Deputado Carlos Silva estava, no Grupo de Trabalho dos Fundos Europeus) na última reunião que houve, na audição do Senhor Diretor Regional dos Fundos Estruturais,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A última e única!

O Orador: ... Dr. Nuno Melo Alves, foi colocada a questão, por mim, se, em termos de regulamentação para a publicação da regulamentação subsequente deste diploma, se toda a legislação estava já publicada? Ele disse que não, que ainda havia alguma legislação nacional que não estava aprovada e que, sem isso, a regulamentação regional não podia ser aprovada e publicada porque implicava necessariamente, porventura, a sua posterior alteração.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Se houvesse necessidade!

O Orador: Ou seja, se o Governo aprovou e apresentou o diploma praticamente em simultâneo com a aprovação da legislação nacional, se ainda falta publicar a regulamentação nacional que permita...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é assim!

O Orador: A Senhora Deputada diz que não é, sabendo que é.

O que é que podemos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pode!

Deputado Carlos Silva (PS): Pode-se alterar!

O Orador: Senhor Deputado, não faz sentido uma estratégia dessas quando estamos, supostamente, a poucas semanas da publicação nacional.

Este diploma, se for aprovado, hoje (esperamos que sim), tem aqui o seu prazo de publicação e entrada em vigor...

Deputado Carlos Silva (PS): Sabemos porque vos interessa atrasar o processo: o endividamento zero!

O Orador: ... e nós o que esperamos é que seja compatível com a aprovação da regulamentação subsequente e que a vontade é comum: quanto mais cedo

seja publicado, entre em vigor a bem dos Açores, estamos todos nesse mesmo barco.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há margem inscrições.?

Senhor deputado Nuno Barata, peço desculpa, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores, Membros do Governo:

Só para rematar sem usar muito tempo e sem gastar muito da vossa paciência, mas há duas questões que me parece que depois deste debate todo e depois da minha primeira intervenção, era importante clarificar e desdramatizar.

Eu confesso que me faz alguma confusão ouvir o debate entre a bancada do Partido Socialista e a bancada do PSD sobre o crescimento do PIB em 2021.

Parece que se esquecem que fizeram um *shutdown* à economia em 2020. Era impossível, a economia dos Açores e o PIB dos Açores crescer em 2021.

Ponto.

Porquê? Porque em 13/03/2020 – em 13 de Março,...

Deputado Carlos Silva (PS): Mais uma razão porque cresceu!

O Orador: ... já vou lá, em 13/03/2020 – os governos de quase toda a Europa resolveram parar com a economia. Ponto Final.

Esses reflexos, obviamente, não se fizeram no PIB de 2020, fizeram-se no PIB de 2021, porque é assim que as coisas em macroeconomia acontecem. E

era por isso que eu estava a desafiar, Senhora Deputada Sandra Dias Faria para vir a terreiro.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Substituir o Senhor Deputado Carlos Silva!

O Orador: É assim que as coisas acontecem.

Mas há uma questão que a mim me parece muito importante e que o Senhor Deputado António Lima também tocou nela.

É que este diploma é muito parecido com os diplomas anteriores do Partido Socialista.

Portanto o Partido Socialista só pode é aprovar, aplaudir este diploma, porque ele é tão socialista como o diploma anterior e vai ter os mesmos resultados que os diplomas todos anteriores. Isto é garantido! Isto é garantido! E por isso mesmo é que a Iniciativa Liberal se vai abster na votação deste diploma, porque não quer ser responsável pela implementação de mais essas políticas que vêm a reboque do corporativismo do costume e houve muito corporativismo que nem sequer se deu ao desprante e ao esforço de responder à Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor é o único esclarecido aqui!

O Orador: Não sou Senhor Deputado.

O que é certo é que aqui se confundem conceitos, aqui se confundem as pessoas e continua-se a mentir aos açorianos. E esta é que é a realidade. Este diploma, com exceção daquele quarto eixo como eu disse que, como eu disse, pode aqui fazer alguma diferença e depois de ouvir o Secretário já não fiquei com tanta certeza que ele vai fazer a diferença, porque o Secretário, afinal, está preocupada com os snack-bares das Feteiras, não está preocupado com snack-bares da rua da Arquinha ou dos centros da cidade de Ponta Delgada, porque estes têm os mesmos problemas que têm os outros.(têm precisamente os mesmos problemas que têm os outros!).

E têm concorrência feroz das marcas internacionais. Portanto, esses também precisam do apoio. E é só aí que eu dou algum benefício da dúvida nesse diploma. O resto não dou e por isso mesmo, vou abster-me na votação deste diploma, porque acho que este diploma não vai combater o corporativismo, não vai combater a pobreza dos açorianos e muito menos vai combater as desigualdades e a igualdade e não vai permitir a igualdade de acesso dos cidadãos aos mecanismos de desenvolvimento económico e social.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Para uma interpelação tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista solicita um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Trinta minutos. É regimental. Voltamos às 17h30.

Eram 17 horas.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos com a votação deste diploma.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Pergunto se há mais inscrições para o debate?

Não havendo vamos começar a votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII, “Construir 2030 – Dinamização do investimento sustentável e integrado”.

Vamos começar por votar na generalidade.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII foi aprovada, na votação na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 24 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos colocar à votação a primeira proposta de alteração ao artigo 1.º do PSD, do CDS-PP, do PPM, proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 1.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1.º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2.º colocado à votação foi aprovado com 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Artigo 3.º. A primeira proposta de alteração é do PSD, do CDS-PP e do PPM, à alínea o), do n.º 1.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de aditamento de uma alínea AA), ao artigo 3.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, do BE e do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 3.º com a proposta de alteração de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Artigo 4.º.

Primeira proposta de alteração é apresentada pelo Partido Socialista à alínea c).

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea d) do artigo. 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento da alínea j), apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento da alínea j) apresenta pelo PAN.

Faz favor, Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, a proposta é do BE.

Presidente: Eu não estou a perceber qual é o problema?

Deputado Carlos Silva (PS): Ele estava a referir que a proposta é do Bloco de Esquerda, Senhor Presidente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Anunciou como sendo do PAN.

Presidente: Não! Tem a do PAN, primeiro.

Há três propostas de aditamento: uma do PS, do PAN e uma do Bloco.

Eu estou pondo à votação pela ordem de entrada.

Portanto, vamos votar a do PAN: proposta de aditamento de uma alínea j), ao artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento de alínea j), apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea k), apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento de uma alínea k), apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento de uma alínea l), apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 4.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 4.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE, 24 votos de abstenção do PS e 1 de abstenção do PAN.

Presidente: Passamos artigo 5.º.

A primeira de proposta de alteração é apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, que é uma proposta de eliminação da alínea j), do n.º 1 do artigo 5.º

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista... Senhor Deputado Pedro Neves...

Deputado Pedro Neves (PAN): Senhor Presidente, era para pedir a repetição da votação anterior, por favor.

Presidente: Sim senhor. Vamos repetir a votação da proposta de eliminação apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, à alínea j) do n.º1 do artigo 5.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido à alínea o), n.º1, do artigo 5.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, do BE, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea b), apresentada pelo PAN), ao n.º 1 do artigo 5.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor e se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputados que se abstêm façam favor e se sentar.

Secretário: O artigo 5.º colocada à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Artigo 6.º, proposta de alteração do PAN, ao n.º 5.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL.

Presidente: Vamos votar o artigo 6.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputados que se abstêm façam favor e se sentar.

Secretário: O artigo 6.º colocada à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Artigo 7.º. A primeira proposta de alteração é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à alínea e), do n.º 1 do artigo 7.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para este artigo há duas propostas de aditamento do n.º 4 do n.º 5, apresentadas pelo Bloco de Esquerda. Pergunto à câmara se posso colocá-las à votação em conjunto.

Estão à votação as propostas de aditamento do n.º 4 e do n.º 5 ao artigo 7.º, apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 votos do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7.º colocado à votação foi aprovado com, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Artigo 8.º. A primeira proposta de alteração é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 3 do artigo 8.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea b), do n.º 4, do artigo 8.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN à alínea c), do n.º 4, do artigo 8.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL.

Presidente: Colocamos agora à votação o artigo 8.º, com as propostas de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 1 voto contra do PAN, e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Passamos ao artigo 9.º.

Primeira proposta de alteração do Partido Socialista à alínea a), do artigo 9.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está assim prejudicada a proposta do Sr. Deputado Independente para a mesma alínea.

Passamos à votação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea b), do artigo 9.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está assim prejudicada também a proposta de alteração apresentada pelo Senhor Deputado Independente à mesma alínea.

Agora votamos uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea o), do artigo 9.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Votamos então o artigo 9.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Passamos ao artigo 10.º.

A proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 5 do artigo 10.º. Está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 10.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votamos agora o artigo 11.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Passamos ao artigo 12.º.

A primeira proposta de alteração é do PAN, proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 12.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Colocamos à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 4, do artigo 12.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 24 votos a favor do PS, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PAN, proposta de alteração do proémio, do n.º 7 do artigo 12.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL.

Presidente: Votamos agora o artigo 12.º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 12.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS, 2 BE e 1 do PAN.

Presidente: Colocamos à votação o artigo 13.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos passar ao artigo 14.º.

A primeira proposta de alteração é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, proposta de alteração ao n.5 do artigo 14.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, do 2 BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 8, do artigo 14.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE, e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN, ao n.º 9, do artigo 14.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 14.º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 24 votos de abstenção do PS e 2 BE.

Presidente: Vamos agora passar à votação de uma proposta de aditamento proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de um artigo 14.º-A, com os n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, e 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, artigo 15.º.

O Bloco de Esquerda tem uma série de proposta ao artigo 15.º.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação... Então vamos votar alínea a alínea.

Coloco à votação as propostas do Bloco de Esquerda, de aditamento, de uma alínea s).

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 votos do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Coloco à votação, também, proposto pelo BE, uma proposta de aditamento da alínea t).

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que abstém faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação obteve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de aditamento da alínea t), ao n.º 1 do artigo 15.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que abstém faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada por votação com resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Também proposto pelo BE, está à votação a proposta de aditamento da alínea u), ao n.º 1 do artigo 15.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 14 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação, também apresentado pelo Bloco de Esquerda, uma proposta de aditamento alínea z), ao n.º 1 do artigo 15.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação obteve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21

contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir.

Está à votação a proposta de aditamento da alínea z), apresentada pelo BE, ao n.º 1, do artigo 15.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que abstém faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos colocar à votação a proposta de aditamento do n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 15.º.

Sr. Deputado Carlos Silva...

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas eu penso que o n.º 2 fica prejudicado porque ele remete para a alínea s), que aparentemente foi rejeitada, mas se puder confirmar agradeço.

Obrigado.

Presidente: Não me parece.

Em caso de dúvida é melhor votarmos.

Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** É para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Faz favor, para uma interpelação.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O n.º 2 remete para a alínea s), da proposta de alteração do próprio Bloco, e não para a alínea s) do diploma original que não tem nada a ver.

Portanto, creio que está prejudicada, porque não faz sentido remeter para a alínea s). Fica sem sentido algum.

Presidente: Para a alínea s) do Bloco de Esquerda ou do diploma?

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Do diploma.

Remetendo para a alínea s) do diploma, o texto fica sem sentido nenhum. Só faz sentido remendo para a alínea s) da proposta do Bloco, que foi rejeitada.

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Senhor Presidente, se me permite, acrescentando ao que já foi dito. é que a alínea s) do Bloco de Esquerda criava a obrigatoriedade que este número vem dispensar em determinadas situações. Portanto, não existindo a obrigatoriedade, não faz sentido votamos um artigo que remete para uma obrigatoriedade que não existe.

Era só isso, muito obrigado.

Presidente: Portanto a câmara é do sentido de não votar, porque está prejudicada.

Então passemos à votação da proposta de aditamento do n.º 3 apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 15.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação obteve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21

contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3, apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 15.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4 apresentado pelo Bloco de Esquerda ao artigo 15.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 dos CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos colocar à votação a proposta de alteração ao n.º 2 da iniciativa, que corrente ao n.º 5 da proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Finalmente há dois artigos consecutivos não têm propostas de alteração.

Vamos votar o artigo 15.º que eu acho que não houve nenhuma proposta.

Está votação o artigo 15º da proposta.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, faça o favor se sentar.

Secretário: O artigo 15.º colocada à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Os dois artigos seguintes não têm propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 16.º e 17.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados em votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Passamos ao artigo 18º.

A primeira proposta de alteração é do PSD, do CDS, PP e do PPM, que altera a epígrafe do artigo 18.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e Senhor Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está a votação a proposta apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, de alteração do proémio do n.º 1 do artigo 18.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputados que votam contra, faça o favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 1 do PAN, do 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação também, apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM, uma proposta de aditamento da m) ao n.º 1 do artigo 18.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Colocamos agora à votação, o artigo 18.º, com as propostas de alteração que acabámos de introduzir

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação o artigo 19.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Passamos ao artigo 2º.º.

A primeira proposta de alteração é da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que propõe alterar a alinha e), do n.º 1, do artigo 20.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação teve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea e), do n.º 1 do artigo 20.º

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a alínea g), do n.º 1, do artigo 20.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada, com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e um do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea k), do n.º 1, do artigo 20.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloquemos a votação o artigo 20.º do diploma

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e o Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 20.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 2 votos contra do BE, 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Artigo 21.º

A primeira proposta de alteração, é apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação teve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 21.º

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com resultado de empate, em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 21 contra do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Coloquemos a votação o artigo 21.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 21.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 21.º-A, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao artigo 22º. A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, propõe alterar o proémio do artigo 22º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

O Senhor deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 do PAN 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Colocamos à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à alínea d), do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Presidente: Coloco à votação o artigo 22.º do diploma com as propostas de alteração que aprovámos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 22.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os próximos seis artigos não têm propostas de alteração.

Deputado Carlos Silva (PS): O 26.º em separado.

Presidente: Então vamos votar um a um, é melhor. Já tenho várias solicitações.

Artigo 23º.

As senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O artigo 23º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está votação o artigo 24.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Artigo 25°.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O artigo 25° colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 26.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 26.º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação o artigo 27.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O artigo 27° colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 28.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: O artigo 28° foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 51/XII foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2

do PPM, 1 do Chega, 1 da IL, 2 votos contra do BE, 24 votos de abstenção do PS, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep*): Obrigado, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O Projeto DLR que acabámos de aprovar aqui, nesta Casa, é da maior importância, para a atividade económica da Região e, conseqüentemente, para o bem-estar das famílias.

Aprovei todos os artigos deste diploma, no entanto, na votação final não pude acompanhar a votação positiva, porque aquilo que se passou com o caderno de encargos da SATA retirou-me a confiança na regulamentação deste Governo.

E foi essa perda de confiança que me levou a não acompanhar favoravelmente a proposta, conforme foi apresentada pelo Governo. A falta de matéria determinante neste diploma, para mim não me deixou confiança para votar favoravelmente, porque passar cheques em branco não estou disposto a isso.

O Governo terá que provar mais do que aquilo que provou até agora, porque a regulamentação desta iniciativa terá que ser rigorosa, terá que fazer justiça às necessidades das famílias, terá que escrutinar devidamente quem precisa, quem menos precisa, quem useiro e vezeiro dos fundos comunitários, porque só assim é que poderá haver justiça.

Não percebi neste diploma, naquilo que foi a votação, matéria suficiente para votar favoravelmente esta iniciativa.

E espero que a regulamentação que o diploma assume e que daqui a 15 dias está pronta, traga informação que o diploma em causa não trouxe.

Por esta razão, não votei favoravelmente, percebendo pela aritmética que não estaria a pôr em causa a aprovação da iniciativa. obviamente, mas tinha que

sinalizar a minha discordância com aquilo que têm sido os cheques em branco que já passei a esta maioria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra esta Proposta de Regional, porque ela efetivamente reflete aquela que é uma estratégia errada para o desenvolvimento da região, uma estratégia que, em nossa opinião, irá continuar o caminho que a região tem seguido até aqui; um caminho de uma economia pobre, pouco diversificada e que aposta tudo em setores que geram pouco valor acrescentado, que geram emprego, por vezes, sim, mas geram emprego essencialmente mal pago, e pouco respeitador dos direitos dos trabalhadores.

Este não é o caminho que queremos para a região.

E para além disso, votamos contra, porque esta proposta aprovada, hoje, piora, efetivamente, aquilo que existia.

Piora o Competir +, proposta sob a qual também tínhamos discordâncias, mas piora substancialmente aquilo que existia.

E recorde aspetos em que piora efetivamente:

- Piora ao nível da informação.

Aliás, nem sequer o código, o tipo de atividade, os senhores, a coligação, quer apresentar nos relatórios deste projeto.

- Não querem uma comissão que permita a análise e que tenha entidades externas na avaliação dos projetos e no acompanhamento dos projetos.

- Piora nas garantias de estabilidade no emprego que retiraram da proposta e chumbaram novamente nas propostas de alteração que apresentámos.

Depois, ao nível do trabalho, tínhamos apresentado um conjunto de propostas de alteração que exigiam coisas tão simples como o cumprimento das convenções coletivas existentes na Região para cada setor e até isso foi rejeitado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pode ser de outra maneira!

O Orador: E, imagine-se!

Esta maioria que aprovou esta proposta não quer uma coisa tão simples que é tão referida em votos de saudação e em flores que são entregues no Dia da Mulher, que é igualdade de género; igualdade de género nas empresas que são apoiadas por este projeto, por esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, a maioria que aprovou este diploma, rejeitou a igualdade de género nas empresas que são apoiadas por dinheiros públicos.

Não querem igualdade de género nas empresas, não querem igualmente salarial nas empresas.

Este não é, de facto, o caminho que queremos para a Região e preocupa-nos muitos que se fale muito em ideologia, mas essa ideologia da desigualdade, é essa ideologia que esta maioria defende.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar na nossa... Tem de ser mais rápida, Senhora Deputada. Tem a palavra, para uma declaração de voto. Olha, agora vão vir mais cinco ou seis.

(Risos da Câmara)

Eu não disse?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se na votação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que institui o Regulamento Geral de Apoios à Iniciativa Privada, essencialmente por três ordens de razão:

A primeira tem a ver com o facto de, à data da aprovação desta iniciativa legislativa, não conhecermos aquilo que é a regulamentação e a mesma não ter sido discutida com os parceiros sociais nesta matéria, como aconteceu no passado, que estão identificadas pelos parceiros, designadamente pela Câmara de Comércio de Ponta Delgada e pelo CESA.

Em segundo lugar, abstivemos nesta iniciativa, porque não fica assegurada a forma como ocorre a transição entre os Quadros Comunitários.

Não basta estarmos há 15 meses sem o regime de incentivos à iniciativa privada, como não está assegurada a transição entre quadros.

Não basta dizer que há um aviso de mão no ar.

É preciso concretizar como é que ocorre essa transição entre Quadros.

Em terceiro lugar, porque o Governo Regional, com esta proposta, reduz os subsistemas de apoio, excluindo questões fundamentais, no entender do Partido Socialista e de todos os parceiros que apresentaram pareceres sobre esta matéria, designadamente os apoios à exportação, a digitalização e a descarbonização.

Não podemos, pois, votar favoravelmente uma iniciativa que não corresponde àquelas que são as necessidades dos empresários dos Açores e aquilo que nós entendemos todos que é requerido nesta fase de desenvolvimento para a nossa economia.

Por tudo isto, entendemos que não bastam, de facto, promessas.

Este é um Governo farto em promessas e parco em concretização. Não podemos, por isso, votar uma iniciativa que não responda àquelas que são as necessidades dos empresários dos Açores e que fica aquém daquilo que é a necessidade da nossa economia.

É preciso dizer que esta não é uma opinião do Partido Socialista. É o entendimento daqueles que diretamente beneficiarão, daqueles que são os beneficiários, deste sistema de incentivos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

O Orador: É bom lembrar que a pronúncia de todas estas entidades... Não basta circular entre ilhas a divulgar um sistema de incentivos. É fundamental ouvir aquilo que estas entidades dizem e haver uma ação consequente.

Todos eles indicam um caminho e o Governo, ao arrepio daquilo que é, e daquilo que é o entendimento dos empresários e das associações empresariais, mantém o rumo errado.

O rumo que nos conduziu agora, já há dados concretos de divergência da nossa região com o todo nacional,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... designadamente em termos de PIB *per capita* e em termos de desigualdade e de pobreza.

Não é este o caminho que o Partido Socialista pretende seguir e não nos revemos neste caminho e por isso abstivemo-nos nesta votação,

Entendemos que não devemos inviabilizar a proposta votando contra, mas que é fundamental manifestarmos as nossas discordâncias, designadamente nas matérias que identifiquei.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente esta proposta, essencialmente, porque é uma proposta virtuosa. É uma proposta que teve o parecer favorável, globalmente positivo, do Conselho Económico e Social e muitos dos parceiros de outras entidades remetiam expectativas relativamente à regulamentação que nós sabemos que será aprovada brevemente, desde que a nível nacional também sejam criadas as condições.

Nós também, daqui, deixamos uma palavra de elogio ao Governo pela forma e pelo tempo em que consegui a apresentação deste diploma, sendo certo que a nível nacional – e que permitiu o seu enquadramento – só foi aprovado a 22 de março deste ano.

Relativamente àquilo que são os efeitos deste diploma – isso é o essencial – nós já afirmámos na nossa intervenção, durante o debate, que sem investimento não há crescimento económico, o passado da região e aquilo que são os indicadores da região demonstram a ausência de convergência e uma das causas dessa ausência de convergência é exatamente o pouco peso relativo do investimento na economia e, o exemplo que foi dado, foi aquilo que foi publicado no SREA, que, por exemplo,...

Deputado Carlos Silva (PS): Corta nas verbas para a competitividade!

O Orador: ... antes de 2014 e 2018, o peso relativo do investimento na economia situou-se na ordem dos 14%, quando a nível dos países que têm conseguido convergência com a Europa, esses valores estão muito acima dos 20%.

Portanto, nós reconhecemos a importância do investimento na economia.

Nós reconhecemos que sem investimentos não teremos crescimento económico, e é preciso alterar aquilo que foi o percurso da última década.

Nesse sentido, este diploma não resolve só por si a situação, também dissemos isso. Há outras medidas. Há um conjunto de medidas que são essenciais do ponto de vista de políticas públicas. Não se resumem só esse diploma, mas esse diploma é um instrumento importante. Trará com certeza condições para a inversão da situação passada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Este Governo tem uma estratégia. Essa estratégia tem de ser necessariamente diferente daquilo que aconteceu nos últimos últimos 24 anos que antecederam esta legislatura.

Durante aqueles últimos 24 anos que antecederam esta legislatura, apesar de termos recebido uma quantidade enorme de Fundos estruturais provenientes da Europa, a verdade é que não conseguimos a convergência com a Europa e até nos afastámos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: E isso, evidentemente, é uma estratégia que não resultou. Portanto, nós estamos a governar para fazer diferente, desde logo, criando um contexto diferente e um contexto favorável.

Deputado Carlos Silva (PS): Estão a fazer pior!

O Orador: E é preciso ter aqui em conta que o fizemos quando reduzimos impostos,...

Deputado Carlos Silva (PS): O crescimento económico foi abaixo!

O Orador: ... quando procedemos à redução de impostos e da pressão fiscal sobre a economia e as famílias açorianas, que criou um contexto muito favorável. E tanto assim é que nos permitiu obter um maior número de empregados da Região Autónoma dos Açores.

Temos neste momento este número, que é um número muito bom. É necessário continuar a avançar. Temos a ambição de fazer ainda mais, mas a verdade é que a este nível, a nível da criação de emprego, fizemos mais do que qualquer outro Governo fez na história dos Açores.

Portanto, é algo absolutamente fundamental.

Um segundo ponto, tem a ver também com um contexto que foi criado, um contexto favorável, de crescimento económico, de criação para que a Região possa crescer do ponto de vista económico, tem a ver com um dado que eu considero da maior relevância, que é o aumento e o crescimento dos índices de atividade económica ao longo dos últimos 21 meses, o que é também um indicador muito favorável.

É evidente que com estes resultados não foi possível projetar do aumento do PIB *per capita* que cresceu, mas não cresceu com a ambição que nós tínhamos e que nós conseguimos fazer (temos essa ideia, temos essa ambição), porque é evidente que todos se lembram que, do ponto de vista orçamental, nós tivemos até junho um documento orçamental que foi desenhado pelo Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isso já vai!

O Orador: Portanto, até 2021 tivemos um desenho orçamental errado, que não permitiu, de facto, que a Região começasse a crescer mais rapidamente,

algo que já fizemos, assim que tivermos documentos orçamentais que favorecem o crescimento económico.

Deputado Carlos Silva (PS): Em 2025 é que vai ser!

O Orador: Agora para terminar dizer o seguinte, este documento, o “Construir 2030”, segue esse objetivo: o objetivo de aumentar o investimento, de aumentar e promover também a competitividade das empresas, a inovação das empresas, a criação de emprego, para além dos valores que já estamos a alcançar, a criação de valor acrescentado, os ganhos em produtividade que é preciso incrementar, a modernização tecnológica também, a digitalização, recentrarmos nas questões também ambientais, que continuamos a considerar que são fundamentais, apostar na investigação, na aplicação da investigação à economia real.

Portanto, há um conjunto de princípios que nós defendemos aqui com esta planificação e que nos permitirá continuar neste rumo que é o rumo da mudança e o rumo do crescimento económico. É isso que estamos absolutamente convencidos, que vamos alcançar e este documento é um documento fundamental para alcançar esse desígnio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Não havendo, vamos avançar para o ponto 6 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”.**

É uma iniciativa apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM. Para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Esta iniciativa que prevê a alteração ao Regime Jurídico das atividades sujeitas a licenciamento por parte das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores, o Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A. de 5 de agosto, este diploma aprova o regime jurídico que fica sujeito a realização das touradas à corda, na Região.

As touradas a corda, como é reconhecido, têm um impacto e uma relevância nos Açores, principalmente na ilha Terceira, mas também em outras ilhas como São Jorge, a Graciosa ou a ilha do Pico, a diversos níveis, desde a tradição que representa, mas também a nível económico, a nível social e esta urgência que apresentámos na Comissão, foi exatamente por a época taurina decorrer entre o dia 1 de maio e 15 de outubro e por isso, como já tinha sido no plenário anterior justificada essa urgência.

Esta alteração surge pelo facto de, em determinadas ilhas, o que atualmente apenas, tal acontece na ilha de São Jorge, não existe a possibilidade de utilizar artigos pirotécnicos na tourada por parte dos promotores, por não existir ninguém licenciado como estanqueiro, nem nenhum paiol licenciado, ou seja, não há fogo licenciado para ser comercializado.

Esta situação tem gerado alguns constrangimentos, em particular, na ilha de São Jorge (aconteceu na ilha Graciosa, mas isso já foi ultrapassado), constrangimentos esses que não são só ao nível das touradas à corda, mas também desde as festividades em honra do Divino Espírito Santo, ou mesmo as atividades de freguesia.

A verdade é que tal, por via da legislação não é possível ultrapassar, mas no caso das touradas à corda tal é permitido.

Como tal, o que se pretende com esta iniciativa é atualizar as medidas e as normas de segurança, por forma a sinalizar a recolha e a saída do animal, sendo possível utilizar um sinal sonoro de recurso.

A verdade é que as condições de segurança nas touradas dependem do conjunto de regras reconhecidas por toda a população e é importante esclarecer essa questão e essa questão passar a estarestar contemplada.

No ano passado, no caso da ilha de São Jorge, foram realizadas mais de 40 touradas ao longo de toda a ilha. No ano passado, no caso da ilha de São Jorge, foram realizadas mais de 40 touradas ao longo de toda a ilha.

Os promotores foram sujeitos a coimas, uma vez que decorre da própria legislação que existam processos de contra ordenação quando não utilizado o material pirotécnico, que foi o que aconteceu, sendo que na realização destas touradas o que ocorreu foi que, julgo que a sua maioria, ou grande maioria, ou se não todas, utilizaram, como sinal sonoro, a trompete.

O que se pretende é que esse sinal sonoro de recurso passe a ser possível de ser utilizado.

E por isso, esta iniciativa surge.

O nosso entendimento é que realmente isto deve estar salvaguardado na legislação em vigor e também para que sejam sempre realizadas as touradas com todas as condições de segurança, que é isso que nós também pretendemos com esta iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Foi acabado aqui de afirmar pela Senhora Deputada Catarina Cabeceiras realmente urge a alteração e a adequação desta lei à nossa realidade atual.

A tradição taurina em alguma das ilhas dos Açores, como São Jorge, Graciosa, Pico e claro que a ilha Terceira, é uma realidade comprovada, quer pelas suas inúmeras ganadarias, quer pela a criação de gado bravo, pela "afición" das suas populações, que acorrem a dezenas e, por vezes, centenas de manifestações taurinas que decorrem entre maio e outubro de todos os anos.

No caso particular de São Jorge e como já foi aqui bem referido, temos a nossa "afición" bem patente, desde logo, com a nossa praça de touros, com a nossa tortura tauromáquica, com oito ganadarias e mais de 400 cabeças de gado bravo na ilha São Jorge.

O DLR 37/2008-A, 5 de agosto, que “estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas ao silenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”, e claro que engloba o licenciamento e realização das manifestações taurinas.

Como foi referido, no ano 2022, foram mais de 40 as manifestações taurinas que decorreram na ilha de São Jorge.

E se fosse para cumprir a legislação atual, a saída do touro deveria ser assinalada com um foguetão e a sua recolha com dois foguetes ou o foguetão de duas respostas, caso contrário, daria lugar a coimas.

Ora, foi o que aconteceu em São Jorge, por não haver paióis licenciados para artefactos pirotécnicos, nem haver estanqueiros licenciados, não haver fogo

licenciado para ser comercializado, dando lugar à instauração, pelas Câmaras Municipais, de processos de contraordenação.

Nesse sentido e salvaguardando sempre a tradição taurina dos sinais de saída e recolha de touro por artigos pirotécnicos, pelos nossos foguetes, que é preciso realçar que é bom manter esta tradição, importa, dar condições de recurso de alternativa perante situações excepcionais como estas que acabei agora de explicar.

A manter-se a atual, situação na época taurina de 2023, que se iniciará em menos de 15 dias, será a reincidência dos proponentes, o não cumprimento da lei e a aplicação de coimas substancialmente superiores pelas Câmaras Municipais.

Portanto, o diploma que aqui se apresenta pretende na sua formulação conceptual, criar um conceito de sinal sonoro de recurso, entendido como sinal alternativo aos artigos pirotécnicos, passível de ser audível de forma clara e expressiva e inimitável em todo o percurso da tourada à corda.

Isto é, quando existe a impossibilidade comprovada de recurso à utilização de artigos pirotécnicos para os sinais de saída e recolha de touros, é permitida a utilização, a título excepcional, deste sinal sonoro de recurso.

A decisão sobre a qual o tipo de sinal de sonoro recurso a utilizar, caso não esteja sido previamente definido no ato do licenciamento, cabe ao delegado municipal, ouvidos o promotor, o ganadeiro e a polícia de segurança pública.

Antes do início da tourada e desde que acautelada a existência de equipamento e pessoa capaz de emitir o dito sinal sonoro e salvaguardada a divulgação de informação prévia destes factos aos presentes no percurso da tourada, sendo esta repetida aquando do intervalo.

Com esta redação dá-se a possibilidade de, no momento do licenciamento da tourada à corda, e quando seja previsível, a impossibilidade de utilização de artigos pirotécnicos, que o promotor apresente, uma declaração da Polícia de Segurança atestando a impossibilidade legal da utilização de artigos

pirotécnicos, exatamente para que as manifestações taurinas decorram em segurança e dentro da legalidade para todos os intervenientes.

De momento, é dizer que no ano 2022, em São Jorge, o licenciamento das touradas foi feito com a apresentação de um seguro de fogo que, quando já sabia que não havia fogo, portanto os proponentes tinham essa despesa de apresentar um seguro fogo, sabendo que já não ia utilizar o fogo no decurso da tourada.

Por fim, sabemos que a falta de armazenamento de artigos pirotécnicos em São Jorge não afeta sua mente as manifestações taurinas e, como já foi referido, também outros eventos, como é o caso, neste momento, das festas do Divino Espírito Santo, que seria importante agregar vontades para que de futuro esta situação seja ultrapassada e se possa voltar a ouvir o som de um foguete na comemoração das nossas tradições.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Enquanto se realizarem touradas, o Bloco de Esquerda não pode deixar de defender a segurança das pessoas nesse contexto.

Os sinais sonoros, agora propostos em alternativa aos foguetes, para assinalar a saída e recolha do animal e difusão sonora das manifestações taurinas, a serem aprovados, irão constituir uma novidade que não foi previamente

testada em termos do reconhecimento da informação de início e fim da atividade por parte do público e da população em geral.

O BE considera que é do mais elementar bom senso que seja garantido o reforço de todas as medidas relativas à segurança das pessoas em contexto de manifestação taurina, quer sejam utilizados os habituais foguetes, quer quando do uso destes sinais sonoros alternativos.

Aliás, o próprio documento agora em análise, o refere quando declara – e cito – “a necessidade de se atualizar as medidas e normas de segurança”, fim de citação.

Concordamos que há essa necessidade.

Assim apresentamos propostas de alteração e aditamento a este diploma, nomeadamente a eliminação da possibilidade de reduzir o número de efetivos do dispositivo policial alocado ao evento, bem como, em acrescento, a proibição da realização destes eventos em dia de eleições, ou referendos de qualquer tipo, como medida indireta, bem, sabemos, de dissuasão do abstencionismo eleitoral, fenómeno com enorme expressão nos Açores, e que todos, todos, desejamos combater.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que da parte do Chega acompanha esta proposta e já agora, também deixava aqui uma pequena reflexão: eu sou um grande defensor das roqueiras, o fogo para o ar. Sou um grande defensor! Mas também sou uma pessoa preocupada,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bombão!

O Orador: Um bom bombão!

Aliás, não há festa... Permitam-me esse peccadinho: na minha freguesia, onde moro, das coisas mais bonitas que eu senti, que gosto e que até eu faço (não chamem a polícia, senão eu vou preso, porque eu não tenho licença) é acender a roqueira para se rezar o terço.

É das coisas mais bonitas. Faço-o com segurança, faço junto a uma ribeira sem causar qualquer dano e era esta reflexão que eu queria fazer.

Daqui a dias, nós proibimos o fogo, porque há pessoas que não sabem utilizar o fogo e há pessoas que abusam do fogo e eu compreendo que às 3 da manhã...

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas não cumpre a lei!

O Orador: Eu não cumpro a lei porque a lei é assim, é o que é, e depois nós andamos a vedar as nossas tradições, andamos a vedar e até andamos a vedar financeiramente.

Andamos a vedar financeiramente o fogo, com taxas, taxinhas, e mais isso e mais aquilo, que tornam uma dificuldade. A dificuldade que nós temos que criar são aqueles tipos, os perfeitos idiotas, que às três da manhã, depois de meia dúzia de cervejas na barraca, lembra-se de uma roqueira. Isto não é aceitável!

O resto é uma maravilha...

(Aparte inaudível da Deputada Ana Luís)

O Orador: A senhora que não percebe nada disto e que está para aí, “tá, tá, tá”, às sete da noite, acende-se a roqueira, às oito é o terço.

Não é: “o senhor..., o senhor..., o senhor...”.

A senhora não percebe nada disso. Eu não sei do que é que a senhora percebe até.

Está para aí “pá, pá, pá” a mandar... A senhora está a mandar roqueiras de graça. Pronto! É o que é! É mandar roqueiras! Ah, que pachorra para essa gente também!

Eu estou a falar de algo que é muito sério, que é, daqui a dias alguém está a proibir o fogo porque meia dúzia deles não sabe utilizar.

(Apartes inaudíveis)

Senhor Presidente, eu posso falar? Ou é só esses roqueiros e bombas? Porque é só quando o Chega fala é que tem que ser calado. Quando essa gente está por aí a mandar para bombons e roqueiros haja pachorra! Ó senhor...

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco, o senhor pode falar. Tem que evitar alguns excessos.

O Orador: Quais são os excessos?

Presidente: São os excessos...

O Orador: Senhor Presidente, diga qual foi o excesso?

Presidente: Eu nem vou repeti-los.

O Orador: Diga! Onde é que isso está escrito?

Presidente: São esses excessos e a forma como o senhor às vezes se dirige, aos seus colegas, que provoca esse tipo de reações.

O Orador: Mas diga, especifique. Diga qual foi o termo que usei.

Presidente: Eu não vou repetir.

O Orador: Diga, diga, se faz favor.

Presidente: Senhor Deputado, toda a gente ouviu e eu não vou repetir esses excessos.

Faça favor de continuar, se pretende.

O Orador: Então eu não sei quais são, vou continuar utilizando.

Eu acho que não pode haver um critério para uns e um critério para outros.

Não pode! Não pode!

A partir do momento que eu sou apelidado de uma série de coisas dentro desta casa, eu não sei qual o excesso. Está tudo gravado. Vamos rever, vamos rever os excessos.

Eu não digo palavrões.

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco, o senhor quer usar da palavra para continuar a sua intervenção?

O Orador: Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas é todas as vezes.

Presidente: Quer usar da palavra para continuar a sua intervenção?

O Orador: Eu já não quero usar da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Então, muito obrigado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira. Faça favor.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O historial sobre a atividade tourinha em São Jorge já foi feito. Portanto, ainda eu não me vou repetir, senão os senhores vão ficar mais desassossegados nos seus lugares, portanto, está feito por natureza.

O que importa referir é que em São Jorge, neste momento, não existe nenhum estabelecimento com a armazenagem de produtos explosivos licenciado.

Por conseguinte, os promotores das manifestações taurinas incorrem o processo de contra ordenação, tal como aconteceu no ano de 2022.

Com esta alteração da possibilidade de utilizarem sinal sonoro audível, como sinal alternativo, ultrapassa se este imperativo legal, devendo sempre os promotores destes eventos cumprirem todas as regras de segurança exigida para salvaguardar quem está nestes eventos. No entanto, continua a ser uma lacuna para a ilha de São Jorge.

O facto de não existir estabelecimentos com estes requisitos, pois os artigos de pirotecnia eram utilizados também em outros eventos, não só nas manifestações taurinas, eram utilizado nas festas do Divino Espírito Santo ou

nas festas da freguesia/paróquia. São tradições próprias de cada uma das nossas ilhas.

Sei que não depende deste órgão legislativo, mas sim da vontade dos nossos empresários em quererem estar licenciados.

Nós como jorgenses podemos, sim, diligenciar esforços pessoais junto desses empresários para que se tente ultrapassar este constrangimento e retomemos todas as nossas tradições.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Membros do Governo:

Obviamente que o PAN vai votar contra esta iniciativa, que acha completamente desnecessária e não pelo objetivo, mas sim pelo propósito, ou pelo propósito e pelo objetivo, vai exatamente dar ao mesmo problema e acho que estarmos até a discutir isso e fazer logo com uma rapidez enorme e pedir logo aparecer à AMRAA, que é a única forma de estar aqui, porque aí a Assembleia Regional não tem competências nas autarquias, só que, quando dá jeito, estamos aqui nós para assegurar, ...

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Cabeceiras)

O Orador: Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, você pode pedir a palavra quando quiser e lhe apeteecer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E posso mandar apartes também!

O Orador: Você tem tempo.

E por isso nós iremos votar contra daquilo que nós achamos, que é um decreto completamente desnecessário.

Relativamente ao Senhor Deputado José Pacheco que diz que faz coisas ilegais, eu tenho que lembrar que quando Deputado, quando assinou ali, e fez o juramento para ser Deputado, comprometeu-se a “cumprir e fazer cumprir a Constituição Portuguesa e o Estatuto Político-Administrativo dos Açores”.

Deputado José Pacheco (CH): Eh!...

O Orador: Por isso devia ter mais algum cuidado com aquilo que diz.

Como Deputado, tem que cumprir e fazer cumprir a lei, na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

É evidente que nós consideramos que nesta matéria, é necessário encontrar uma alternativa à falta de artigos pirotécnicos.

E foi isso que foi legislado nesse sentido e foi legislado nesse tempo específico, porque se iniciam agora as touradas à corda, já no próximo mês de maio e, portanto, este é o momento que antecede estas festas e, portanto, é no momento adequado para permitir que as mesmas se possam realizar em condições de segurança.

Bom, em relação à audição de municípios, pois, sendo os municípios aqueles que têm essa competência legal, é evidente que que esses municípios têm que ser consultados para esse fim.

Diga-se em abono da verdade que os municípios, a associação, teve a oportunidade de dizer que nada tinha contra a iniciativa que está aqui a ser discutida.

Por isso estão reunidas as condições para que esta Câmara aprove esta iniciativa.

Senhor deputado José Pacheco não resisto a dizer-lhe isto: o Senhor Deputado José Pacheco confessou aqui uma prática e agora vai ver que vai ter à sua porta uma contraordenação pelo facto de ter esse comportamento.

É evidente que também pode concluir-se que Vossa Excelência estava a utilizar uma linguagem figurada em relação a esta temática.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos iniciar as nossas votações.

Vamos começar por votar, na generalidade, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII foi aprovado na votação na generalidade com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD,

2 do CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados o diploma tem quatro artigos. Pergunta à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Tem propostas de alteração. Peço desculpa.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração ao artigo 72.º-A, com o aditamento das alíneas a), b), ao n.º 1 do artigo 1.º, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

Secretário: A proposta colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação também, apresentado pelo Bloco de Esquerda, a proposta de eliminação do n.º 2, do artigo 78.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manter em como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 2 CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Colocamos à votação o artigo 1.º do diploma com a proposta de alteração que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra, faça o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 1 contra do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Pergunta à Câmara se posso colocar o 2.º, 3.º e 4.º artigos do diploma em conjunto?

Estão à votação os artigos 2.º, 3.º e 4.º,

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 Deputado Independente, 1 voto contra do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII foi aprovado, em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 PPM, 1 do CH, 1 da IL, 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Interpelação.

Presidente: Pergunto se alguém queira fazer declaração de voto?

Não havendo, para uma interpelação tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Trinta minutos, regressamos às 10 para as 8.

Se todos concordarem nós podemos encerrar neste momento e fazemos a reunião de conferência de líderes, que é urgente, e retomamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10h00.

Sendo assim, estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

João Vasco Pereira da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Alves Cordeiro

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco